

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**PROJEÇÃO DE FORÇA EM ZONAS CONTESTADAS: O CASO DA CHINA E A
DINÂMICA SECURITÁRIA NA ÁSIA-PACÍFICO**

Porto Alegre

2018

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**PROJEÇÃO DE FORÇA EM ZONAS CONTESTADAS: O CASO DA CHINA E A
DINÂMICA SECURITÁRIA NA ÁSIA-PACÍFICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Guilherme Henrique Simionato dos
Projeção de Força em Zonas Contestadas: o caso da
China e a dinâmica securitária na Ásia-Pacífico /
Guilherme Henrique Simionato dos Santos. -- 2018.
98 f.
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Segurança Internacional. 2. Projeção de Força. 3.
China. 4. A2/AD. 5. Zona Contestada. I. Cepik, Marco
Aurélio Chaves, orient. II. Título.

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**PROJEÇÃO DE FORÇA EM ZONAS CONTESTADAS: O CASO DA CHINA E A
DINÂMICA SECURITÁRIA NA ÁSIA-PACÍFICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Cepik – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Tullo Vigevani
UNESP

Prof. Dr. Samuel Alves Soares
UNESP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil, por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável pela minha formação a nível superior, incluindo graduação e mestrado, e pela concessão de bolsa de estudos através da CAPES, que viabilizou a realização do presente trabalho.

Agradeço ao conjunto de professores, servidores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), que me proporcionaram um ambiente de excelente nível acadêmico e repleto de companheirismo. Devo gratidão especial ao professor Marco Cepik pelas conversas e orientações, gesto que estendo a toda Equipe Cepik pelos anos de convívio e aprendizagem.

Agradeço aos amigos de Porto Alegre por toda a fraternidade dos últimos anos, em especial à Júlia Tocchetto e ao Pedro Prates pelo convívio diário e pelo auxílio na dissertação.

Agradeço à minha família, Fátima, Fernando, Gabriela e Odaíra pelo amor e suporte inesgotáveis, bem como pela paciência com os longos períodos de ausência.

RESUMO

A dissertação trata da projeção de força e de suas limitações, focando-se na expansão do perímetro defensivo da China na Ásia-Pacífico. Para isso, primeiramente, faz-se uma revisão sistemática da literatura (RSL) nas áreas de Estudos Estratégicos e de Relações Internacionais, buscando ilustrar os conceitos e contextualizá-los dentro dos respectivos instrumentais teóricos. Constatou-se a carência das teorias convencionais em lidar de forma crítica ou mesmo operacionalizar conceitos como projeção de força e zonas contestadas, centrais na análise de relações internacionais. Na segunda parte do trabalho, sob a forma de artigo, apresenta-se o estudo de caso da China, de seu entorno estratégico e de suas chamadas capacidades de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD). A partir de uma análise envolvendo variáveis geográficas, doutrinárias, materiais e políticas, percebeu-se a expansão significativa da capacidade chinesa de defender-se da projeção de força externa, tanto em termos verticais e horizontais quanto inter-domínio. No entanto, embora com capacidades dissuasórias abrangendo até a Segunda Cadeia de Ilhas, seu alcance efetivo ainda é limitado à região da Primeira Cadeia de Ilhas. Como resultado, tende-se à formação de uma estrutura com diversas zonas contestadas coexistindo ao redor da China e dos outros países da região, onde a projeção de força será mais restrita. Na terceira parte da dissertação, propõe-se uma agenda para pesquisas futuras, destacando a relevância do estudo sobre os processos nas relações internacionais através da análise das zonas contestadas e sua interação com questões centrais como polaridade internacional, polarização e padrão de amizade-inimizade entre atores.

Palavras-chave: Segurança Internacional. Projeção de Força. China. A2/AD. Zona Contestada.

ABSTRACT

This paper rests on the thematic of power projection, notably over China's defense framework. Thereby, it is divided into three parts. First, we proceed on a systematic review of the literature (RSL) in the areas of Strategic Studies and International Relations, seeking to illustrate the concepts and to contextualize them within the respective theoretical tool-box. We found a substantial gap in the conventional theories concerning matters of force projection and its contested zones from a critical perspective. Next, the scientific paper is presented, which focuses on China's case and the so-called Anti-Access and Area Denial (A2/AD) capabilities. From an analysis involving geographic, doctrinal, material and political variables, we noticed an expansion of Chinese contested zone in vertical, horizontal and inter-domain terms. However, its effective range is still limited to the First Islands Chain region, where it can carry out sea control activities, although with deterrent capabilities spanning up to the Second Islands Chain. As a result, the paper glimpses a trending defense regional structure formed by coexisting contested zones around China and other neighbor, where force projection tends to be limited. In the third part of the dissertation, we propose an agenda for future research, highlighting the relevance of studying international relations through the dynamics of power projection and contested zones' interaction, linking both to more common issues in IR debate, like system polarity, polarization and the pattern of amity-enmity between states.

Keywords: International Security. Power Projection. Contested Zones. A2/AD. China.

RESUMÉN

La tesis trata de la proyección de fuerza y sus limitaciones, enfocándose en la expansión del perímetro defensivo de China en Asia-Pacífico. Para ello, primeramente se realiza una revisión sistemática de la literatura en las áreas de Estudios Estratégicos y Relaciones Internacionales, buscando ilustrar los conceptos y contextualizarlos en sus respectivos instrumentales teóricos. Se ha constatado la carencia de las teorías convencionales en hacer frente de forma crítica o emplear conceptos como proyección de fuerza y zonas contestadas – conceptos claves en el análisis de las Relaciones Internacionales. En la segunda parte de ese estudio, en forma de artículo científico, presentase el estudio del caso de China, de su entorno estratégico y sus capacidades de Anti-acceso y Negación de Área (A2/AD). A partir de un análisis que envuelve variables geográficas, doctrinarias, materiales y políticas, se ha percibido la expansión significativa de capacidad china en defenderse de la proyección externa de fuerza en términos verticales, horizontales y de inter-dominio. No obstante, aunque con capacidades de disuasión que llegan hasta na Segunda Cadena de Islas, su alcance efectivo es aun limitado a la región de la Primera Cadena de Islas. Como resultado, tiende a la formación de una estructura con diversas zonas contestadas coexistiendo al redor de China y de otros países en la región donde la proyección de fuerza es más restricta. En la tercera parte de la tesis, es propuesta una agenda para futuras investigaciones destacando la relevancia del estudio acerca de los procesos en las Relaciones Internacionales a través del análisis de las zonas contestadas y su interacción con cuestiones centrales como la polaridad internacional, polarización y el patrón amistad-enemistad entre los actores.

Palabras clave: Seguridad Internacional. Proyección de Fuerza. Zonas Disputadas. A2/AD. China.

ATENÇÃO

Este trabalho foi estruturado em **três partes** de acordo com as Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São as partes: 1) a **Introdução ao tema** (Revisão Sistemática da Literatura), 2) **Artigo**, e 3) **Agenda de Pesquisa Futura**.

SUMÁRIO

	PRIMEIRA PARTE	9
1	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	10
1.1	PROJEÇÃO DE FORÇA E SEUS LIMITES: BALANÇO TEÓRICO.....	11
1.1.1	Projeção de força e condicionantes positivos	12
1.1.2	Projeção de força e condicionantes negativos.....	16
1.2	ZONAS CONTESTADAS: CONTRADIÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO	20
1.2.1	Fatores físicos.....	21
1.2.2	Fatores materiais e tecnológicos.....	22
1.2.3	Fatores políticos	27
1.3	CONTESTAÇÃO À PROJEÇÃO DE FORÇA: KOSOVO (1999), IRAQUE (2003) E LÍBANO (2006).....	31
1.4	CONCLUSÃO.....	36
	SEGUNDA PARTE	44
2	PROJEÇÃO DE FORÇA EM ZONAS CONTESTADAS: O CASO DA CHINA E A DINÂMICA SECURITÁRIA NA ÁSIA-PACÍFICO	45
2.1	PROJEÇÃO DE FORÇA E ZONAS CONTESTADAS	46
2.2	COMPONENTES DA ZONA CONTESTADA CHINESA	49
2.2.1	Aspectos físicos e geográficos	49
2.2.2	Aspectos doutrinários.....	54
2.2.3	Aspectos materiais e técnicos.....	59
2.2.4	Aspectos políticos.....	70
2.3	DINÂMICA REGIONAL DA ZONA CONTESTADA CHINESA NA ÁSIA- PACÍFICO.....	74
2.4	CONCLUSÕES.....	81
	TERCEIRA PARTE.....	93
3	AGENDA DE PESQUISA FUTURA	94

PRIMEIRA PARTE
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

O trabalho tem como temática a dinâmica entre a projeção de força militar e as zonas contestadas no debate sobre segurança internacional. Foca-se nos condicionantes militares, tecnológicos e geopolíticos que têm efeito sobre a guerra e, portanto, sobre as dinâmicas securitárias. Notadamente, a análise desenvolve-se a partir da esfera operacional da guerra, ou seja, o elo intermediário entre a tática (batalha) e a estratégia (uso da força e fins políticos), envolvendo planejamento, condução e sustentação das campanhas.

A pesquisa visa analisar o papel das zonas contestadas a projeção de força para a segurança internacional e para as relações internacionais. Faz-se isso através da revisão sistemática da literatura sobre o tema da projeção de força e seus limites. Mais especificamente, busca-se: identificar na literatura de Relações Internacionais e Segurança Internacional os elementos estratégicos que perpassam o debate sobre projeção de força e são utilizados como variáveis explicativas; analisar o debate sobre as dinâmicas operacionais e táticas que envolvem a projeção de força e a imposição de zonas contestadas; destacar exemplos históricos recentes oferecidos pela literatura sobre limitações à projeção de força mesmo em situações de assimetria evidente.

Trabalha-se com a hipótese preliminar de que as zonas contestadas estão relacionadas com a polarização e com a estabilidade do sistema internacional. No entanto, a expansão de áreas contestadas tem potencial para alterar variáveis estruturantes do sistema e conformar novas polaridades. Isso ocorre através de um mecanismo multivariável, que leva em conta o espaço físico, os efeitos da difusão tecnológica, da ascensão dos novos atores no sistema internacional e determinadas políticas de emprego da força militar. Evidências desse processo podem ser encontradas em algumas conflagrações recentes em que atores assimétricos impuseram dificuldades inesperadas em pelo menos um domínio¹, caso da Guerra do Kosovo (1999), do Iraque (2003) e do Líbano (2006).

Utiliza-se como metodologia a revisão sistemática da literatura (RSL), visto que, como destaca Coulthart (2017), ela congrega técnicas de análise estruturadas e permite análises baseadas em evidências mesmo em ciências sociais aplicadas. A RSL é definida como um método explícito para identificar, selecionar e avaliar criticamente uma série de pesquisas importantes (COULTHART, 2017). Aqui, essa opção justifica-se pela escassez de análises capazes de integrar mais de um ou todos os elementos considerados como centrais para a

¹ Por domínio, refere-se aqui aos espaços físicos ou digitais de projeção de força militar, como o domínio aéreo, terrestre, marítimo, espacial e de informação (incluindo o ciberespaço) (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2014).

análise. Para isso, segundo Knopf (2006), busca-se cumprir duas etapas principais: (i) uma sumarização das principais conclusões e argumentos que surgiram de esforços de pesquisa anteriores; e (ii) uma conclusão sobre o estado da literatura atual referente ao tema escolhida, destacando o que parece correto, o que parece equivocado, o que é inconclusivo e os pontos possíveis de avanço. A ferramenta principal para coletar os estudos será o Google Scholar², e, de forma complementar, outros indexadores como Taylor & Francis, JSTOR e Scielo³.

A estrutura da pesquisa se dividirá em três partes principais, além da introdução e conclusão, espelhando os objetivos do trabalho. Na primeira parte, tem-se como foco a literatura mais geral de segurança internacional, onde serão identificadas as variáveis mais relevantes para o debate. Na segunda parte, por sua vez, lidaremos com uma literatura mais específica, envolvendo os estudos estratégicos, a esfera operacional e a tática da guerra, onde refinaremos e operacionalizaremos algumas das variáveis identificadas anteriormente. A terceira parte, por fim, mostrará alguns exemplos históricos destacados pela literatura a partir da perspectiva escolhida.

1.1 PROJEÇÃO DE FORÇA E SEUS LIMITES: BALANÇO TEÓRICO

Embora interdisciplinares, a dinâmica da projeção de força é relativamente pouco abordada as áreas de Relações Internacionais e de Segurança Internacional. A pesquisa por *power projection* no Google Scholar relevou aproximadamente 23.100 trabalhos contendo o termo em seu texto, 368 dessas possuindo a expressão também em seu título⁴. Os números são baixos caso comparemos, por exemplo, com os resultados para *terrorism*, *weapons of mass destruction* e *missiles*⁵ que revelaram, respectivamente, números aproximados de 1.270.000 (9.110 no título), 747.000 (2.220 no título) e 678.000 (9.110 no título).

Essa primeira análise quantitativa releva uma baixa atenção à projeção de poder, especialmente se considerarmos que apenas 1,59% dos artigos leva o termo em seu título, o que indica que o elemento não é um dos focos da análise. No entanto, os números são ainda

² Como justifica Coulthart (2017, p. 374), o “Google Scholar [...] has extensive coverage of peer-reviewed and non-peer reviewed research. According to one evaluation, Google Scholar captured ‘98 to 100 percent of scholarly journals from both publicly accessible Web contents and subscription-based databases’. [...] In addition to published research, Google Scholar indexes non-published, or ‘gray,’ literature, such as technical reports and dissertations. Including these studies is important to avoid publication bias, sometimes referred to as the ‘file drawer’ problem, where null or insignificant results are not reported”.

³ Os endereços das bases de dados são, em ordem: <https://scholar.google.com>; <http://tandfonline.com>; <https://www.jstor.org>; e <http://www.scielo.org>.

⁴ Similarmente, a pesquisa por *force projection* resultou em aproximadamente 11.500 resultados, 199 no título.

⁵ Respectivamente: terrorismo, armas de destruição em massa e mísseis.

menores após uma análise qualitativa. Dos 368 resultados que contém projeção de poder em seu título, a grande maioria é de monografias de escolas militares com estudos técnicos sobre o assunto ou estudos de caso das capacidades de projeção de algum país específico. Apenas seis (06) deles se propuseram a realizar um debate minimamente teórico sobre o assunto, discutindo os condicionantes da projeção de força e os impactos políticos disso. Nenhum deles, entretanto, realiza um esforço consistente a fim de explicar como a projeção de força se integra com a teoria de relações internacionais.

Devemos avançar na análise, uma vez que podem existir trabalhos importantes no espaço amostral não abarcado pela pesquisa quantitativa inicial (aproximadamente 22.732 resultados). Parte-se, assim, para a pesquisa qualitativa sobre o assunto mesmo em fontes que não tenham a projeção de força como variável dependente principal de pesquisa. Para isso, separamos as contribuições teóricas sob duas perspectivas diferentes. São diferentes inclusive na questão espacial e posicional: no primeiro grupo, debate-se a questão da perspectiva de uma potência que busca projetar força (condicionantes positivos); no segundo, tem-se a perspectiva de atores que visam evitar a projeção de força externa sobre si ou sobre sua região (condicionantes negativos).

1.1.1 Projeção de força e condicionantes positivos

O trabalho de Buzan e Little (2000) é ilustrativo sobre como a projeção de poder pode se relacionar com outras variáveis explicativas frequentemente usadas nas teorias de relações internacionais. Dentro de um modelo com três fontes principais de explicação (a estrutura do sistema, as interações e o processo), os autores argumentam que a projeção de força estaria relacionada especialmente com os dois últimos.

Enquanto capacidade de interação seria definida como o que as unidades podem fazer, processo seria o que elas fazem de fato quando interagem. Assim, a capacidade de interação é pré-condição para o processo e para a própria estrutura do sistema internacional (BUZAN; LITTLE, 2000). Para eles, três fatores mediam a capacidade de interação: fatores geográficos (podem tornar o movimento mais fácil ou não); tecnologias físicas disponíveis para transporte e comunicação; e tecnologias sociais disponíveis para transporte e comunicação. Conforme as tecnologias físicas melhoram, a geografia tem importância decrescente, fazendo com que o movimento de bens em grande escala, de informação, de pessoas e de exércitos se torne, primeiramente, possível e, então, a regra geral. As tecnologias de comunicação e transportes

são, assim, sistêmicas em sua implementação, assim como em seus efeitos (difusão tecnológica) (BUZAN; LITTLE, 2000).

Com os avanços nos últimos 500 anos, especialmente nos 150 mais recentes, tanto em termos de tecnologia física quanto social, Buzan e Little (2000) afirmam ter ocorrido "a morte da distância e da geografia como maiores determinantes dos sistemas internacionais" (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 296). Primeiro, as tecnologias de propulsão teriam encurtado as distâncias nos oceanos e no continente (com ferrovias, rodovias e aeronaves). Segundo, a diferenciação entre os níveis de capacidade de interação e os tipos de interação foi eliminada. Ou seja, para eles, se antes as interações econômicas em longas distâncias eram mais intensas do que as militares, hoje a intensidade se igualou. Terceiro, como consequência, ocorreu uma conjunção entre as interações militares-políticas e econômicas, passando a ocupar um mesmo plano ou espaço geográfico (BUZAN; LITTLE, 2000).

Por fim, os autores argumentam que essas interações são oriundas de três mudanças significativas no contexto político-militar: ocorrem em escala global devido às revoluções tecnológicas sobre a capacidade de interação; tem-se uma aceleração acentuada no caminho e no significado das inovações tecnológicas em capacidades militares; e tem-se um aumento na apreensão sobre o próprio processo da guerra em relação aos outros rivais do sistema que possam a vir a ocupar a posição de um estado (BUZAN; LITTLE, 2000).

De forma semelhante, a partir da análise do caso dos Estados Unidos, Wohlforth (1999) e Posen (2003) não veem grandes impedimentos para a projeção de força global. O primeiro, considera a projeção de força global uma realidade para o país em função de "décadas de investimentos em logística militar e em capacidades de comando, controle, comunicações e inteligência" (WOHLFORTH, 1999, p. 18), bem como de sua marinha de águas azuis (a única no mundo), do domínio do ar e das suas capacidades nucleares.

Posen (2003), na mesma linha, sustenta que a capacidade de projeção de poder global não só é possível, como é o que sustenta a condição de preponderância dos Estados Unidos no sistema internacional. Segundo o autor, isso ocorre através da capacidade estadunidense em comandar os espaços comuns do globo, ou seja, aqueles espaços que não estão dentro da soberania de algum outro estado. São eles: as águas internacionais, o espaço aéreo acima de cinco mil metros e o espaço-sideral (POSEN, 2003)⁶. Com isso, o país pode projetar poder em qualquer região do globo, uma vez que nenhum outro ator seria capaz de contestar seu livre trânsito pelos comuns.

⁶ O autor reconhece que o espaço aéreo está sob soberania das nações embaixo dele, no entanto, afirma que poucos estados seriam capazes de contestar o livre acesso dos EUA em uma altura de cinco mil metros.

Já Mearsheimer (2007), embora também desenvolva sua teoria a partir de uma visão sistêmica, concordando com as mudanças no contexto reconhecidas por Buzan e Little (2000), tem uma perspectiva diferente sobre a projeção de poder. Isso deriva da própria divergência sobre a concepção de poder, que para ele é função direta das forças militares terrestres de um estado (MEARSHEIMER, 2007), enquanto Buzan e Little (2000) adotam uma perspectiva mais holística incluindo variáveis econômicas e comportamentais.

Assim, para Mearsheimer (2007), mesmo as grandes potências enfrentariam sérias dificuldades em projetar poder para além da sua região, devido principalmente às grandes massas de água. Elas limitariam fortemente a capacidade de projeção de força de um exército. Mesmo quando o espaço fosse transposto, a sua capacidade ofensiva seria baixa. Ocorre que, as evoluções tecnológicas e a industrialização da guerra, notadamente a tecnologia de propulsão a vapor, realmente aumentaram o potencial de deslocamento marítimo. No entanto, a capacidade de impedir a aproximação foi ainda mais fortalecida. Isso se deu especialmente com o desenvolvimento dos aviões, dos submarinos e das minas marítimas. Combinado com o surgimento das ferrovias e rodovias rápidas, nesse sentido, a capacidade de um estado em se defender de uma invasão anfíbia aumentou exponencialmente (MEARSHEIMER, 2007).

Nesse sentido, Mearsheimer (2007) destaca-se entre os teóricos das Relações Internacionais por problematizar a questão da projeção de poder das grandes potências, especialmente de uma perspectiva securitária. Houve algum avanço no debate sobre projeção de poder, entretanto, com o surgimento do novo regionalismo principalmente após o fim da Guerra Fria (KELLY, 2007). A questão, no entanto, trata mais de países menores, os quais demonstram dificuldades mais claras em projetar poder.

Assim, a onda mais recente de estudos sobre regionalismo e a questão da capacidade de interação dos atores recolocou a projeção de poder como uma variável importante. A possibilidade de vencer a distância e as condições geográficas, bem como a questão da proximidade, concorre com questões mais funcionalistas (econômicas, ambientais e culturais) características dos estudos clássicos de regionalismo para a delimitação dos complexos regionais (KELLY, 2007).

Lemke (1995, 2004) é quem melhor operacionaliza a questão da projeção de poder para analisar a capacidade de interação entre dois atores da mesma região. Para isso, ele utiliza o conceito de ‘gradiente de perda de força’ (*loss-of-strength gradient* ou LSG) originário de Kenneth Boulding (1962)⁷ e modifica a fórmula criada por Bueno de Mesquita

⁷ Segundo Boulding (1962), o princípio do LSG aplica-se a todos os estados e estabelece que cada um deles terá seu poder máximo em seu território, mas que conforme avança para além de suas fronteiras, sua

(1981) para calcular a capacidade de interação entre dois países⁸. Em suma, Lemke afirma que o poder de um país é deteriorado conforme as distâncias aumentam devido ao LSG. Quanto mais fraco for um estado, quanto mais tortuoso o terreno a ser transposto ou quanto menos desenvolvida a infraestrutura de transporte entre os estados maior o valor de LSG. Por consequência, quanto maior o LSG, “menor é a porção do globo em que um estado pode exercer influência ou interagir militarmente” (LEMKE, 2004, p. 70).

De fato, a ideia por trás do LSG não é nada mais do que a operacionalização de uma das máximas clausewitzianas que reconhece o enfraquecimento progressivo de uma força atacante conforme expande a suas linhas logísticas e de comunicação (CLAUSEWITZ, 2007; DUARTE, 2013). Contemporaneamente, o próprio Kennedy (2014) tratou do assunto quando demonstrou que o fracasso da blitzkrieg ocorreu pela sobre-extensão das linhas alemãs em território soviético⁹.

Entretanto, Boulding (1964), Bueno de Mesquita (1981), Lemke (2004), Mearsheimer (2007) e Posen (2003) são exemplos de como as teorias de relações internacionais devem considerar a projeção de poder como um processo relacional, indo além de capacidades absolutas e estanques. Dessa forma, existe demanda pelo desenvolvimento de novas ferramentas para análise, abarcando um nível intermediário que vai além de uma categoria analítica e de uma definição exclusivamente funcional.

Destarte, algumas questões básicas retornam à agenda. Qual a extensão física do poder militar? Qual a melhor perspectiva sobre o poder para medirmos isso: uma perspectiva positiva que se foque na capacidade de projeção de força ou uma perspectiva negativa que leve em conta a capacidade de impor zonas contestadas à projeção externa? Quais variáveis importam e como mensurá-las?

habilidade de dominar um outro estado diminui. A quantidade de poder ‘competitivo’ perdida através da distância (por milha) é chamada de *loss-of-power gradient* (BOULDING, 1962, p. 78).

⁸ Bueno de Mesquita operacionaliza o LSG entre dois países através da seguinte fórmula Poder Ajustado = $\text{Poder}^{\log[(\text{milhas})/(\text{milhas por dia})+(10-e)]}$. Para mais detalhes, ver Bueno de Mesquita (1981) e Lemke (2002).

⁹ Paul Kennedy (2014) identifica dois principais fatores que levaram os Aliados a deter a blitzkrieg: (1) diferentemente dos que sucumbiram à estratégia, Grã-Bretanha, URSS e EUA combinavam duas características essenciais, eram grandes potências (com uma indústria forte, capacidade material e de população) e tinham a vantagem de uma distância geográfica suficiente do Terceiro Reich (EUA-Atlântico, GBR-Canal da Mancha, URSS-profundidade estratégica); e (2) a adoção de estratégias defensivas que tiravam proveito dessas vantagens geográficas, como minas e artilharia antitanque (GBR, na África, e URSS, especialmente, buscavam ganhar tempo e utilizar-se do atrito para enfraquecer os alemães, para, então, lançar uma contraofensiva) (KENNEDY, 2014, p. 197-198).

1.1.2 Projeção de força e condicionantes negativos

Utiliza-se frequentemente a expressão ‘esferas de influência’ para se referir à capacidade de grandes potências ou potências regionais expandirem a sua esfera de atuação e diminuírem a interferência de potências externas. No entanto, como destaca Etzioni (2016), a questão das esferas de influência é praticamente ignorada em termos teóricos-conceituais na literatura de relações internacionais. Isso decorre, por um lado, de uma perspectiva de caráter liberal, que tende a desconsiderar barreiras políticas e econômicas, sendo centrada na alta capacidade de agência das unidades. Por outro lado, a própria visão realista tradicional, que desconsidera características de hierarquia no sistema, tem dificuldades em lidar com o assunto (PAES; MARTINS, 2014). Em geral, como vimos, faltam ferramentas de mensuração que sejam capazes de qualificar o conceito de forma a torná-lo operacionalizável para a análise.

Além disso, a perda da importância do papel da geografia nas análises de relações internacionais contribuiu para isso (GRAY, 1999). A questão das percepções sobre a tecnologia é premente, sejam as tecnologias de informação ou aquelas relacionadas à projeção de força militar (mísseis de longo alcance, munições guiadas de precisão, redes de C4ISR com satélites de vigilância, *drones* e outras tecnologias). Assim, na medida que se passou a considerar o livre fluxo de informações e o acesso operacional irrestrito, as esferas de influência passaram a ser disfuncionais para o período da globalização.

No entanto, a contestação dessas premissas é crescente (MEARSHEIMER, 2001; BIDDLE, 2004; PORTER, 2015), dando não apenas indícios do ressurgimento do regionalismo (BUZAN; WAEVER, 2003), mas também das próprias esferas de influência. Indicativos possíveis são o ressurgimento das guerras *proxies* e dos grandes acordos de infraestrutura (Nova Rota da Seda). Similarmente, a crescente retórica isolacionista de nações importantes pode ser uma resposta negativa a esse fenômeno. Dessa forma, a operacionalização do conceito é funcional para a análise de RI.

O primeiro trabalho a avançar mais significativamente sobre o assunto é o de Susanna Hast (2014). Nele, a autora reconhece uma tendência pejorativa ao uso do termo, derivado principalmente do período da Guerra Fria e ligado comumente à esfera ideológica. Na verdade, sua definição de esferas de influência é simples: seriam formações internacionais que contêm uma nação que detém poder de influenciar a tomada de decisão de outras.

Baseado nisso, Etzioni (2016) qualifica o termo, argumentando que “o nível de controle que o [estado] influenciador deve ter sobre as outras nações que são objetos de sua influência deve ser intermediário: mais baixo do que uma nação ocupante ou colonizadora,

porém mais alto do que o líder de uma coalizão” (ETZIONI, 2016, p. 123). Os meios de controle, nesse sentido, são diversos: vão desde aspectos ideacionais e econômicos, até questões coercitivas e que dizem respeito ao uso da força.

No entanto, tanto Hast (2014) quanto Etzioni (2016), avançam pouco na qualificação das esferas de influência com os elementos geográficos identificados na seção anterior. Para preencher esse espaço, tem-se três conceitos úteis: o primeiro, mais abrangente é o de balanceamento local de Montgomery (2014); o segundo, intermediário, é o de zonas contestadas de Posen (2003, 2014); o terceiro, por sua vez, é o de inexpugnabilidade de Cepik (2013). Os três conceitos partem de uma perspectiva realista e negativa quanto ao poder, dando menos importância para a capacidade de um estado expandir sua projeção de poder e mais relevância para a capacidade do mesmo evitar que um adversário projete força sobre sua região ou território.

No primeiro caso, Montgomery (2014) argumenta que um fator desconsiderado pelos teóricos realistas é a possibilidade de ocorrer um balanceamento interno de alcance regional. Assim, por exemplo, uma potência emergente poderia realizar o balanceamento a partir do desenvolvimento de capacidades de grande alcance (fora de sua região) ou através da expansão progressiva do seu perímetro defensivo dentro de sua própria região. Ambas não são mutuamente exclusivas. A primeira opção é mais complexa e gera o risco de sobre-extensão (*overextension*), sendo chamada de balanceamento global. A segunda é mais segura e permite uma potência emergente deter uma eventual intervenção externa em sua região e maximizar sua liberdade de ação na vizinhança¹⁰ (MONTGOMERY, 2014).

Posen (2003, 2014), por sua vez, dentro da lógica do comando dos comuns apresentada anteriormente, reconheceu os limites da projeção de força, materializado na sua ideia de zonas contestadas, que são definidas como as arenas do combate convencional onde adversários mais fracos podem causar dano real às forças combatentes dos EUA (POSEN,

¹⁰ Utilizando como exemplo o caso da China, Montgomery argumenta: "De fato, durante uma confrontação perto de casa, uma nação como a China aproveitaria inúmeras vantagens sobre um competidor mais forte, porém mais distante. Como um *hegemon* geograficamente isolado, mas com comprometimentos geográficos diversos, os Estados Unidos podem dispor apenas de uma porção de suas forças para uma região particular em cada momento, mesmo durante um conflito. Mais que isso, conduzir operações militares em um teatro tão distante quanto o Pacífico ocidental representaria obstáculos logísticos significativos. Linhas de suprimentos estendidas, grandes tempos de trânsito para forças navais, elevados requerimentos em termos de abastecimento para aeronaves e o acesso a algumas poucas bases de operações na região fariam a tirania da distância particularmente intimidadora, limitando a quantidade de poder de combate que os Estados Unidos poderiam gerar e sustentar. Em contraste, a China poderia concentrar grande parte de suas forças militares contra o seu oponente, mobilizando e apoiando essas unidades nas seguras linhas interiores de comunicação, estocar mais armamentos e munições do que um competidor operando à distância, além de aproveitar-se da profundidade estratégica com a instalação de alvos potenciais em seus territórios mais interiorizados (MONTGOMERY, 2014, p. 125-126)".

2003)¹¹. Baseando-se na ideia de que, conforme os Estados Unidos for se aproximando de um território adversário, mais competitivo o inimigo será, Posen (2003) vê o surgimento das zonas contestadas devido à combinação de fatores políticos, físicos e tecnológicos.

Assim, os principais fatores para o estabelecimento das zonas contestadas seriam: os interesses políticos dos atores locais, o que dá a estes atores maior resistência ao sofrimento – a noção da defesa como mais forte que o ataque, i.e. linhas interiores (CLAUSEWITZ, 2007); um maior suprimento de homens em idade de combate se comparado ao exército dos EUA; o conhecimento do terreno; o estudo por soldados estrangeiros da maneira como os EUA fazem a guerra; a menor importância da tecnologia militar quando o combate se torna aproximado, tanto em terra, no ar a baixas altitudes e no mar, na zona litorânea; a crescente evolução e difusão tecnológica nos sistemas para combate aproximado. Porém, o autor ressalta que o surgimento das zonas contestadas não é uma previsão de uma derrota estadunidense, mas antes uma previsão de adversidade (POSEN, 2003).

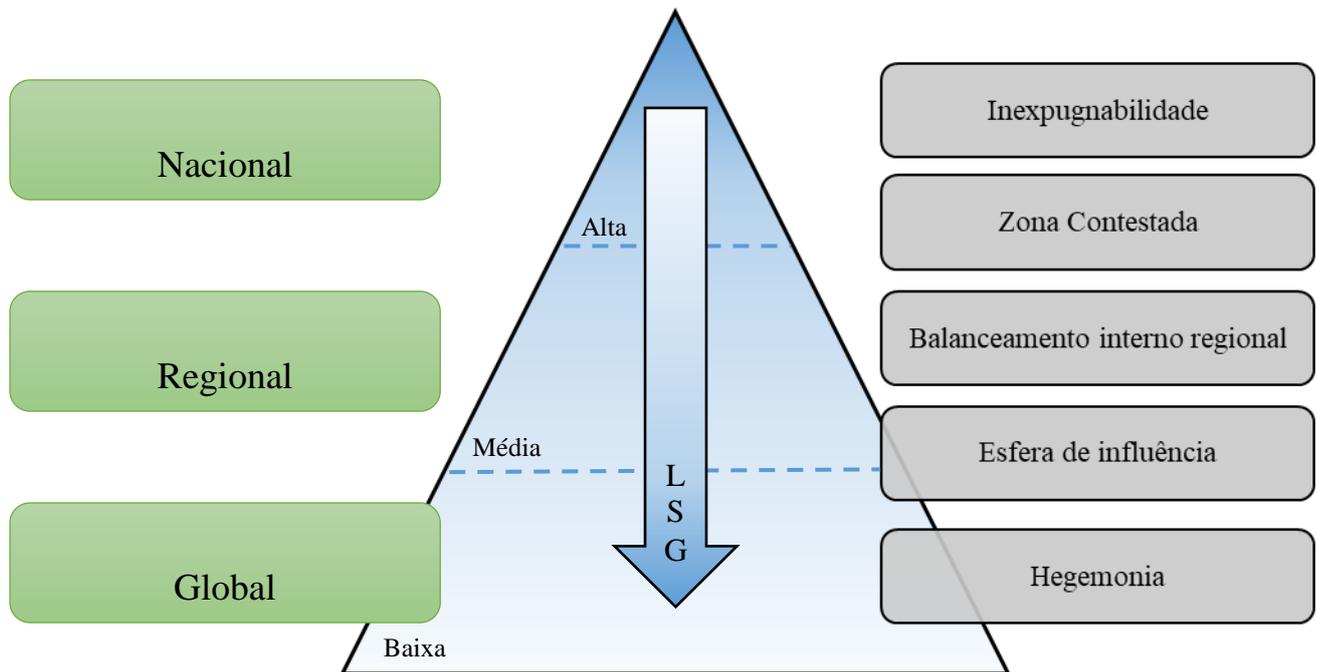
Nesse sentido, ainda assim, Posen (2003) nunca considerou as zonas contestadas como ameaças reais à capacidade de ação global dos Estados Unidos, especialmente porque o comando dos comuns, em sua visão, compensaria a contestação de um ambiente com o acesso em outros. Por exemplo, como será visto, na Guerra do Golfo de 2003, embora o acesso marítimo ao Iraque diretamente pelo Golfo tenha sido negado pelas minas navais de Saddam Hussein, as forças iraquianas colapsaram em poucas horas graças a superioridade convencional em terra, a superioridade aérea e o comando do espaço (para comando, controle, comunicações, inteligência, reconhecimento e guiagem) (POSEN, 2003).

O terceiro conceito advém de uma concepção tripartida do poder militar. Segundo Cepik (2013), três características principais condicionariam o status de grande potência de um país: a capacidade de uma potência retaliar nuclearmente em caso de sofrer um ataque nuclear (capacidade de segundo ataque); o comando do espaço, entendido como “a capacidade de um país garantir por meios próprios o seu acesso e uso do espaço em tempos de paz e de guerra, bem como a habilidade de impedir um adversário de lhe negar tal proveito” (CEPIK; MACHADO, 2011, p. 114); e, finalmente, a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais. Essa última, que se relaciona mais diretamente com a questão do acesso, configura-se pela instrumentalização de capacidades convencionais no sentido de tornar “impossível para qualquer outro país sustentar uma invasão territorial e a derrocada da soberania do Estado” (CEPIK, 2013, p. 311).

¹¹ Os exemplos de zonas contestadas encontradas pelos EUA na época foram em combates contra o Irã, a Sérvia, a Somália e a Operação Anaconda no Afeganistão.

Abaixo, a Figura 1 esquematiza essas três esferas em uma perspectiva espacial e relaciona com o gradiente de perda de força (LSG) e com as categorias analíticas convencionais (nível nacional, regional e global). É importante destacar que se utiliza aqui um conceito limitado de hegemonia, como defendido por Mearsheimer (2007), representando mais a situação onde tem-se apenas uma hegemonia regional coexistindo com polaridades equilibradas nas outras regiões do que um cenário de hegemonia total ou império mundial.

Imagem 1 - Intensidade da Projeção de Força, Distância, Categorias Analíticas e Categorias Empíricas



Fonte: elaboração própria a partir de Boulding (1964), Lemke (2004), Posen (2003), Mearsheimer (2007), Cepik (2013), Montgomery (2014) e Etzioni (2016)

De todos esses conceitos, a contribuição de Posen (2003) sobre as zonas contestadas é a que oferece as melhores condições para analisarmos os limites à projeção de força: situa-se entre a esfera nacional e a regional; é relativamente possível delimitar operacionalmente; está no limiar entre uma intensidade de projeção de força alta e média; e é baseada em uma perspectiva negativa de poder (capacidade de defender o seu entorno operacional contra eventuais ataques). Dessa maneira, o alcance da análise, por um lado, é maior do que se utilizássemos questões restritas ao espaço soberano do Estado (inexpugnabilidade), e, por outro lado, torna-se menos abstrato, ou não reducionista, do que se permanecêssemos no nível das esferas de influência ou hegemonias. Assim, pelos propósitos da pesquisa e da

parcimônia, adota-se o conceito de Posen (2003) como base, utilizando os outros como subsidiários para identificar tendências e implicações regionais ou globais.

1.2 ZONAS CONTESTADAS: CONTRADIÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO

A busca pelo conceito de zonas contestadas (*contested zones*) no Google Scholar revelou 972 resultados, onde apenas oito (08) continham o termo em seu título. Nesse segundo grupo, nenhum deles é da área de relações internacionais. O mais relevante é o artigo do General Robert Schmidle e do Coronel Frank Hoffman (2004), ambos do Corpo de Fuzileiros Navais (*Marines*) dos Estados Unidos, onde eles propõem o conceito de operações distribuídas a fim de lidar com as dificuldades impostas pelas zonas contestadas à ação das forças estadunidenses no terceiro-mundo.

O primeiro conjunto de resultados, por sua vez, apresenta 93 pesquisas que envolvem o uso da força militar. Dessas, 43 estão relacionadas com a segurança internacional e utilizam o conceito de Posen (2003). O restante ou diz respeito a um debate mais específico sobre guerra irregular complexa ou traz uma abordagem jurídica sobre a questão das zonas com soberania disputadas entre países. Apenas sete (07) pesquisas do total das 972 que apresentam o termo em seu conteúdo, além do próprio artigo original de Posen (2003), fazem um esforço de teorização e procuram avançar no conceito de zonas contestadas para explicar fatos políticos. Os mais relevantes são Lalwani e Shifrinson (2011), Markowitz e Fariss (2013), Montgomery (2014), Porter (2015) e Etzioni (2016).

O trabalho de Schmidle e Hoffman (2004) é sintomático das lições aprendidas após a Guerra do Afeganistão (2001) e Iraque (2003), bem como da própria maneira dos Estados Unidos fazerem a guerra irregular complexa. Seu conceito de operações distribuídas foca-se exclusivamente no nível tático (até os batalhões) no contexto dos fuzileiros navais. Assim, desde o princípio é adotada a premissa de que a zona contestada é pequena e o acesso ao teatro de guerra pelos comuns é garantido, muito em virtude da superioridade tecnológica dos EUA (SCHMIDLE; HOFFMAN, 2004).

Por um lado, essa premissa vem sendo contestada nos últimos anos por diversos autores (KREPINEVICH, 2010; PORTER, 2015; BIDDLE; OELRICH, 2016) e reconhecida pelo próprio governo estadunidense (UNITED STATES, 2010, 2013). Por outro lado, em seu último trabalho, Posen (2014) insiste no grande potencial do comando dos comuns e, mesmo reconhecendo as evoluções de China e Rússia, considera o acesso dos EUA a todas as regiões do globo como assegurado.

Assim, cabe uma análise mais aprofundada sobre os fatores que sustentam as zonas contestadas de Posen (2003). Como visto, esses fatores dividem-se em políticos, físicos e tecnológicos. Através da utilização de aportes teóricos complementares ou opostos, busca-se identificar possíveis alterações que gerem mudanças na concepção de zona contestada e no próprio uso da força nas relações internacionais.

1.2.1 Fatores físicos

Aqui refere-se especialmente às condições impostas pela geografia física: terreno, ambiente, clima, distâncias. Os fatores geográficos perpassam a estratégia dos países e podem ser identificados em várias áreas. Conforme afirma Colin Gray (1999),

A própria identidade dos beligerantes, cujo status como beligerantes vem notadamente de um local relativo e de um escopo de seu 'espaço' politicamente organizado (que moldou sua história estratégica); [...] As características estratégicas militares-culturais da política, influenciadas pela situação continental ou insular de sua pátria. [...] As Forças Armadas, organizadas majoritariamente pelo ambiente de combate (terra, ar, mar, espaço-sideral), com equipamentos especializados para uma performance tática em geografias específicas. [...] A variável logística, que trata de suprimentos e do movimento através de espaços geograficamente diferentes. [...] A dimensão temporal, que é função do ritmo de eventos ditado pela capacidade das forças armadas em vencer os poderes de resistência das diferentes geografias (GRAY, 1999, p. 171–172).

Nesse sentido, Gray (1999) desenvolve seu argumento em direção a três pontos principais. Primeiro, para ele, a gramática da estratégia seria ditada por requisitos básicos da geografia. A tecnologia conduziria a tática na medida que produziria soluções técnicas para cumprir as condições físicas. Segundo, a geografia continuaria sendo importante mesmo frente à possibilidade de guerra nuclear ou da ciberguerra¹². Terceiro, a tecnologia realmente teria encurtado as distâncias e o tempo. No entanto, o grande erro seria equacionar essa velocidade com a "morte da geografia", uma vez que o elemento humano e suas instituições, os agentes estratégicos, seriam inerentemente geográficos e geopolíticos em seus atos e ideias. Por isso, a geografia enquanto espaço (estratégico) permaneceria relevante, não importando o quão veloz ela possa ser transposta (GRAY, 1999).

Em termos estratégicos, a análise dos fatores físicos, principalmente geográficos, a limitar a projeção de força foram abordados anteriormente. Destaque para a preponderância

¹² No primeiro caso, a própria gramática da estratégia nuclear é baseada em aspectos operacionais de terreno (tríade nuclear). No segundo caso, não importa a velocidade da informação, ela sempre estará fundada em aspectos físicos de hardware localizados espacialmente e politicamente (além disso, estrategicamente, uma ciberguerra envolveria outros elementos da guerra convencional). Ainda sobre a importância do meio físico para o ciberespaço, ver Leal (2015).

das linhas interiores e do poder terrestre sobre outros ambientes (MEARSHEIMER, 2007). Como visto, o gradiente de perda de força depende do terreno, sendo muito maior no mar ou em ambientes acidentados, como montanhas, pântanos ou rios (LEMKE, 2002).

Isso ocorre não apenas devido a maior dificuldade de transporte, mas também porque a efetividade dos sistemas de alta tecnologia (e.g.: radares e munições guiadas de precisão) varia muito com a complexidade do ambiente em que seus alvos se encontram. Conforme argumentam Biddle e Oelirch (2016), o céu e a superfície do mar apresentam ambientes muito mais simples do que a superfície terrestre. Mísseis baseados em terra possuem grande vantagem frente às tecnologias de reconhecimento, monitoramento e aquisição de alvo se comparado com plataformas aéreas ou marítimas. Isso ocorre porque sistemas baseados em terra tendem a ser muito mais difíceis de serem detectados do que sistemas aéreos e navais de sofisticação equivalente, cuja exposição é maior. Nesse caso, a tendência é que essa assimetria faça com que se torne cada vez mais caro sustentar operações aéreas e marítimas sobre ou próximo do território hostil e bem defendido por mísseis baseados em terra (BIDDLE; OELRICH, 2016).

1.2.2 Fatores materiais e tecnológicos

Como se percebe, o debate sobre projeção de força é influenciado em enorme medida pela percepção sobre as evoluções tecnológicas. Em suma, pode-se identificar pelo menos três grandes conjuntos de interpretações diferentes sobre a evolução tecnológica. A primeira considera as evoluções técnicas da era informacional (com o surgimento da microeletrônica e computadores) tão disruptivas ao ponto terem produzido a chamada Revolução em Assuntos Militares (RMA). A principal tese da corrente dominante dentro da RMA é que “cedo ou tarde, as principais potências iriam explorar as tecnologias emergentes e disponíveis, gerando mudanças substantivas no modo que elas se preparam e conduzem as operações na guerra, obtendo ganhos dramáticos em efetividade militar” (KREPINEVICH, A. F., 1992, p. 1)¹³.

A RMA não só se tornou dominante entre os teóricos da guerra, como entre os estrategistas principais do Estados Unidos, como Eliot Cohen, William Perry e Andrew Marshall (MAHNKEN, 2004; ROSEN, 2010; AUGIER, 2013)¹⁴. Recentemente, a RMA

¹³ Para o histórico da evolução do conceito de RMA, suas correntes e visões macroestruturais, ver Duarte (2012).

¹⁴ A gênese da última onda de interpretações sobre o papel revolucionário da tecnologia para a guerra está nos trabalhos de Andrew Marshall e Andrew Krepinevich no *Office of Net Assessment*, uma divisão do Pentágono focada em identificar tendências e ameaças de longo prazo à segurança dos EUA. O escritório foi criado e liderado por Marshall entre 1973 e 2014. Ele foi o principal conselheiro estratégico-securitário

transformou-se ou mesclou-se com o que Duarte (2012a) chamou de Guerra de Quarta Geração (G4G). Como resultado prático, segundo Max Boot (2003), os EUA teriam passado inclusive a adotar um novo modelo de fazer a guerra. Se antes o clássico Modo Americano de Fazer a Guerra, conceito popularizado pelo historiador militar Russell Weigley, teria sido baseado no uso intensivo da massa e das estratégias de atrito, a experiência contra o Iraque em 2003 representou um ponto de inflexão nessa lógica (BOOT, 2003). O "Novo Modo Americano de Fazer a Guerra", como denominou Boot, utilizaria a tecnologia para buscar uma vitória rápida e com o mínimo de baixas possíveis (em ambos os lados). Baseia-se, para isso, em quatro fatores principais: velocidade, manobra, flexibilidade e surpresa. Suas principais ferramentas, nesse sentido, são três: munições guiadas de precisão, forças especiais e operações psicológicas. Ainda, todo o conceito dependeria da integração profunda entre os elementos navais, aéreos e terrestres do poder nacional (BOOT, 2003).

Enquanto a RMA vê a guerra ofensiva como mais forte, uma segunda linha teórica, por sua vez, afirma que as variações entre a força da ofensiva e da defensiva seriam transitórias. Um exemplo é a chamada teoria da Balanço Ataque-Defesa, como ficou conhecida (DINIZ, 2002). É uma teoria realista que também considera a tecnologia como variável principal. Glaser e Kaufman (1998), por exemplo, argumentam que os estados seriam racionais e plenamente capazes de escolher a melhor estratégia militar disponível para seu conjunto de recursos nacionais. Assim, a grande questão recairia sobre a natureza intrinsecamente ofensiva ou defensiva dos sistemas militares, o que determinaria se o ataque se sairia melhor sobre a defesa, ou vice-versa (JERVIS, 1978).

A terceira corrente, buscando demonstrar as inconsistências teóricas de ambas, bem como os perigos de se adotar suas premissas¹⁵, sugere que a variável determinante para caracterizar o poder militar seria a forma como um estado empregaria as suas forças (*force employment*), não apenas a natureza de suas capacidades ou seu nível tecnológico (MEARSHEIMER, 1983; BIDDLE, 2004). Para Mearsheimer (1983), as estratégias de emprego seriam mais relevantes, uma vez que a natureza dos sistemas seria geralmente ambígua¹⁶, enquanto o balanço dos números totais seria historicamente inconsistente em explicar a vitória militar.

dos chamados neoconservadores, principalmente George Bush, Dick Cheney e Donald Rumsfeld (AUGIER, 2013; ROSEN, 2010).

¹⁵ Em síntese, Biddle (2004) afirma que a RMA promove a preempção e a instabilidade, enquanto as outras correntes que colocam a tecnologia como centro podem dar uma "ilusão de estabilidade" na medida que creem na natureza exclusivamente defensiva de alguns sistemas (caso do Escudo Antimíssil).

¹⁶ Por exemplo, tanto os teóricos da RMA quanto os da Balança Ataque-Defesa justificam que a tecnologia fortaleceu a mobilidade dos sistemas e a ofensiva ficou mais forte (BOOT, 2003; JERVIS, 1978).

Biddle (2004), adiciona que, caso um estado optasse por armar uma defensiva forte, baseada na profundidade e sustentada por um grande número de reservistas capazes de serem mobilizados nos diversos teatros de guerra, a guerra ofensiva dificilmente triunfaria, minimizando, assim, as assimetrias tecnológicas. Segundo o autor, isso ocorreria porque todos os armamentos modernos seriam vulneráveis se expostos ao fogo inimigo. Biddle reconhece que, "desde o final do século XIX, o campo de batalha tornou-se muito letal para os atacantes tomarem posições bem-defendidas através de ataque massivo frontal, independente do equipamento utilizado" (BIDDLE, 2001, p. 751). Assim, a única forma de sobreviver seria através do avanço cadenciado e com uso de fogo supressivo em breves períodos de exposição ofensiva. Isso, segundo Biddle, atrasaria o avanço da ofensiva e daria oportunidade para um defensor bem preparado concentrar e reconcentrar suas forças, assegurando no mínimo um impasse (BIDDLE, 2004).

A tecnologia, dessa perspectiva, entraria apenas como a terceira variável mais importante, depois da forma de empregar a força e da preponderância numérica (massa), tendo, portanto, um efeito limitado. Ela determinaria somente quão custosa seria a exposição do atacante e quão custoso seria para o defensor sofrer um ataque aniquilador. No primeiro caso, tem-se uma situação paradoxal, onde ao mesmo tempo que a tecnologia aumenta o alcance dos sistemas e sua letalidade, ela também aumenta enormemente os custos de se falhar em explorar a cobertura, o encobrimento, a dispersão e o fogo supressivo. Assim, embora a tecnologia influencie o *trade-off* entre exposição e poder de fogo, seus efeitos não são isolados, mas distribuídos de forma semelhante entre os elementos da equação. No segundo caso, da mesma forma, a tecnologia influencia a velocidade do avanço e o quão difícil será para o defensor parar uma ofensiva inimiga. Isso ocorre porque, à medida que o atacante avança, aumenta tanto a vulnerabilidade de sua estrutura logística quanto das linhas adversárias, permitindo, eventualmente uma manobra de envolvimento. Assim, a tecnologia age no sentido de acentuar os efeitos do emprego de força (BIDDLE, 2004).

Em suma, a tecnologia é vista de uma perspectiva mais sistêmica. Prefere-se, então, utilizar a expressão *digitalização* ao invés de revolução em assuntos militares (MARTINS, 2008)¹⁷. Assim, diferente dos teóricos da RMA, a digitalização incidiria mais sobre os meios e

Mearsheimer (1984), por outro lado, afirma que depende da forma com que os sistemas de alta mobilidade serão empregados. Por exemplo, caso sejam usados para fortalecer a capacidade logística de mobilizar reservistas dentro de uma lógica de defesa em profundidade, a guerra defensiva seria fortalecida.

¹⁷ Martins (2008) argumenta que a digitalização incide principalmente sobre quatro áreas: "(1) Comando, controle, computadores, comunicações, inteligência, vigilância, reconhecimento e os suprimentos (C4ISR + sup); (2) a guiagem de projéteis, mísseis, aeronaves não-tripuladas e ogivas de mísseis balísticos; (3) o processo de produção de armamentos, por meio do uso da realidade virtual e da simulação

não sobre a natureza da guerra (CLAUSEWITZ, 2007; DUARTE, 2012b). Além disso, com relação ao papel da digitalização para a projeção de força, não haveria uma relação diretamente proporcional entre ambas. A tecnologia não incidiria sobre a projeção de força de maneira univectorial para transpor o espaço geográfico e político. O gradiente de perda de força agiria tanto no lado que ataca quanto no lado que defende e o conjunto de variáveis envolvidas poderia uma situação de contestação mesmo em situações de assimetria tecnológica.

Isso é ainda mais significativo quando adicionamos a questão da difusão da digitalização entre as unidades, minimizando as assimetrias tecnológicas (MEARSHEIMER, 1983; GILPIN, 2002; MARTINS, 2008). Martins (2008) reconheceu o papel horizontalizador da digitalização: na medida que os custos de desenvolvimento da tecnologia ficassem com o desenvolvedor e o processo de difusão ocorresse, as assimetrias diminuiriam e seriam compensadas por outros fatores¹⁸. Essa difusão, diferente do que argumenta Posen (2003), não estaria restrita apenas às tecnologias de combate aproximado por meio da infantaria. Segundo Martins, um exemplo seria o caso do JDAM a partir da segunda metade da década de 1990. O JDAM consiste em um dispositivo eletrônico capaz de converter bombas de gravidade (“burras”) em munições guiadas de precisão por uma fração mínima do preço destas. Para ele,

O JDAM é o ponto de inflexão da universalização da tecnologia digital, tanto no que diz respeito às forças armadas estadunidenses, quanto na difusão da tecnologia digital no resto das forças armadas no mundo. Os baixíssimos custos do JDAM trouxeram para os [EUA] a perspectiva de intervenções unilaterais. Porém, em contrapartida, tornou-se possível que seus competidores e adversários utilizem um tipo de tecnologia que agora está também ao alcance de seus orçamentos (MARTINS, 2008, p. 86).

Outro exemplo é a disseminação de sistemas antiaéreos da década de 1970, como o S-300 russo, para diversos países. Em suas versões modernizadas, esses sistemas são capazes de atingir alvos a uma altitude de até 25 km em um raio de até 150 km (KOPP, 2012). Apenas como exemplo, o S-300 está no inventário de mais de 20 países, a maioria fora da Europa (IISS, 2017)¹⁹. Em termos financeiros, os contratos de compra desses sistemas são mais acessíveis do que seus equivalentes ocidentais. Apenas a título de ilustração, e descontando

computadorizada em todas as fases de design, teste, prototipação, fabricação, etc.; (4) o surgimento de novas armas estratégicas, como as micro-ondas de alta potência (HPM) e os lasers que podem danificar de forma permanente a infraestrutura de produção (siderúrgicas, hidrelétricas e de comunicações civis)” (MARTINS, 2008, p. 17).

¹⁸ Esse processo, entretanto, não é automático, dependendo de variáveis políticas e econômicas. Ademais, mesmo que ocorra a difusão, a transmissão entre tecnologia civil e tecnologia militar não é direta, demandando adaptações técnicas, organizacionais, doutrinárias, de treinamento e de pessoal. Para um debate mais aprofundado, ver Duarte (2012b).

¹⁹ Os operadores do S-300 incluem: Argélia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bulgária, China, Egito, Grécia, Índia, Irã, Cazaquistão, Coreia do Norte, Rússia, Síria, Ucrânia, Venezuela e Vietnã (IISS, 2017).

assimetrias contratuais frutos de contextos políticos e especificações técnicas diversas, 12 regimentos do S-300VM custaram USD 1 bilhão à Venezuela e duas baterias do mesmo sistema USD 300 milhões ao Vietnã, enquanto duas baterias do PAC-3 custarão USD 10 bilhões à Polônia, preço substancialmente maior mesmo em relação os contratos de compra do superior S-400 de Índia e China, respectivamente USD 6 bilhões por cinco regimentos e USD 3 bilhões por dois regimentos (REUTERS, 2009; IANS, 2018; GADY, 2018).

A mera posse dos sistemas não significa que os objetivos operacionais serão atingidos, ou mesmo planejados adequadamente. No entanto, a difusão desses sistemas mais sofisticados altera os limites das zonas contestadas de Posen (2003), especialmente considerando que a maioria dos atores já utilizam uma combinação de sistemas menos sofisticados, mesmo que com alcances reduzidos, sistemas de médio alcance (mais escassos, mas bem organizados) e esforços sistemáticos para aproveitar as vantagens do terreno em termos de camuflagem, proteção e encobrimento.

Em suma, as perspectivas apresentadas aplicadas à concepção original do comando dos comuns e das zonas contestadas (POSEN, 2003), sugerem que: o comando dos comuns seria relativo e altamente dependente de bases avançadas; mesmo que real, o comando dos comuns não garantiria capacidade de intervenção global devido não apenas às zonas contestadas, mas ao gradiente de perda de força, ao poder parador da água e ao modo que os outros estados empregariam suas capacidades na Era Digital; as zonas contestadas, então, poderiam ir além dos limites identificados por Posen (2003), ultrapassando, em alguns casos, os 5 km de altitude no espaço aéreo ou o próprio território adversário, expandindo-se para a seu entorno operacional, por exemplo. No entanto, da mesma forma que a projeção de força da grande potência seria limitada, as outras potências também estariam sujeitas a essas condições se optarem por expandir sua área de operações.

Ganha força, dessa forma, o argumento de Mearsheimer (2007) sobre a improbabilidade de uma hegemonia global. Na mesma direção, Biddle e Oelrich (2016) concluem que o comando dos comuns por parte dos EUA seria fictício justamente devido à vantagem da defesa sobre a projeção de força. Eles argumentam que o que existe, na verdade, não seria uma estrutura composta apenas pelo comando dos comuns, de forma majoritária, e, minoritariamente, pelas zonas contestadas, mas sim haveria a coexistência de zonas contestadas entre as potências em ascensão, separadas por grandes espaços de negação de aérea, ou zonas de impasse, onde nenhum país poderia ter seu trânsito garantido em tempos de guerra (BIDDLE; OELRICH, 2016).

1.2.3 Fatores políticos

Diante disso, a expansão das zonas contestadas é função não apenas dos condicionantes físicos (linhas interiores, terreno, fortificações) e materiais (emprego de força, massa, tecnologia), mas também de fatores políticos, econômicos e sociais. Mearsheimer (2001) reconheceu o produto interno bruto (PIB), por exemplo, como recurso de poder potencial a um estado, sendo o substrato básico para sustentar o processo de transformação do conjunto de variáveis iniciais até a consolidação em um poder real. Entretanto, mesmo quando se fala desse último, a forma de emprego de força seria condicionada por outros fatores que não os militares. É comum, inclusive, um estado se ver forçado a utilizar suas forças de forma não ideal, não se aproveitando das vantagens da defesa, por exemplo (POSEN, 1984).

Brooks e Stanley (2007) argumentam que a efetividade do poder militar dependeria apenas parcialmente de seus recursos materiais e humanos, existindo todo um conjunto de variáveis pouco exploradas e que teriam parte nisso. Essas seriam formadas por questões diversas, como o ambiente global e particularidades culturais, das estruturas sociais, economia nacional e das instituições nacionais.

Essas variáveis agem basicamente em quatro sentidos. Na integração dos objetivos táticos com os objetivos estratégicos e políticos mais amplos, a fim de não haver concorrência entre eles. Na responsividade da estrutura e das instituições capazes de se adaptar ao ambiente e aos diferentes constrangimentos. Na habilidade em assimilar novas tecnologias e proficiência em executar os planos. Na qualidade do armamento e potencial de amenizar os *trade-offs* entre mobilidade, poder de fogo, exposição e encobrimento (BROOKS; STRANLEY, 2007).

Assim, constrangimentos políticos agiriam diretamente sobre a efetividade e sobre a forma com que a força será empregada. Uma zona contestada, nesse sentido, seria mais forte conforme existissem orientações estratégicas e políticas claras no sentido de guiar os instrumentos do poder nacional em direção a um objetivo limitado de impedir a projeção de força sobre seu território. No entanto, conforme reconhecem Posen (1984), Mearsheimer (1983) e Biddle (2004), haveria uma tendência histórica que esses constrangimentos políticos e econômicos pressionem o desenho das doutrinas militares em uma direção diferente da mais recomendada. Isso ocorre porque o planejamento de guerra seria sempre pressionado a utilizar o menor número de recursos possíveis, a buscar uma vitória militar rápida, com poucas baixas militares e, de preferência, sem depender de terceiros (MEARSHEIMER, 1983; BIDDLE, 2004).

No geral, isso comprometeria a dissuasão convencional e a efetividade do poder militar (BROOKS; STANLEY, 2007). Por outro lado, a literatura indica pelo menos três conjuntos de variáveis políticas que poderiam fortalecer a dissuasão convencional e a imposição das zonas contestadas. Essas são: a questão da mobilização nacional; a atuação diplomática e a formação de alianças; e a construção de legitimidade.

Van Evera (1999) argumenta que regimes populares tenderiam a ter mais sucesso em impedir a invasão externa graças a sua capacidade de mobilizar os diversos setores da sua sociedade (indústria, população, economia) de forma a criar uma maior coesão em torno do governo e das forças armadas. O autor argumenta que, muitas vezes, isso compensaria assimetrias entre os atores e tornaria possível a superação de barreiras logísticas e materiais para a defesa nacional (VAN EVERA, 1999).

A mobilização nacional, no entanto, vai além da potencialidade da guerra de guerrilha clássica, já reconhecida por Posen (2003) e outros. Refere-se aqui inclusive ao próprio papel da mobilização nacional para o desenvolvimento de um sistema moderno de fazer a guerra, onde a capacidade de concentrar reservistas com rapidez é central (BIDDLE, 2004). Isso é especialmente relevante quando se trata de uma guerra na zona contestada e, portanto, local. Na Era Digital, conforme Martins (2008, p. 18) demonstra, “há uma realimentação entre guerra local e digitalização”. É premente a manutenção de um nível elevado de reservas (em termos de sistemas de gestão e controle de batalha, tropas, armas e munições) e um sistema organizacional capaz de difundir o armamento digital portátil e simplificado para a sua utilização por tropas regulares, paramilitares e civis (MARTINS, 2008)²⁰.

Assim, a dissuasão convencional e a capacidade de um estado impor uma zona contestada dependeria em boa medida da mobilização nacional. Essa, por sua vez, seria função da habilidade do estado em gerenciar as pressões políticas e econômicas em direção ou a um perfil de forças armadas com baixa qualidade e proficiência ou no caminho de um perfil mais profissional e enxuto, mas com pouca integração entre tática e estratégia e baixa responsividade frente as necessidades da guerra local. O equilíbrio e a sustentabilidade dessas tendências perpassam diversas questões incluídas aqui sob o guarda-chuva da mobilização nacional, mas que são reconhecidas por diversos autores, como a questão do nacionalismo,

²⁰ Esses quatro fatores relacionam-se com capacidades civis, informacionais e produtivas. De forma simplificada, com as comunicações, a logística e os suprimentos nacionais. Com a capacidade do país de 'entronizar os centros de decisão' (Celso Furtado) tecnológicos e econômicos que dizem respeito à produção de redes de comunicação (satélites, sistema de telecomunicação e radiodifusão) e computadores (semicondutores e supercondutores). Neste caso, a detenção da capacidade decisória nestas áreas é importante por razões ligadas à autonomia estratégica, isto é, de soberania" (MARTINS, 2008, p. 18).

das relações civis-militares²¹, das instituições (formais ou não), dos valores e da entronização do centro de decisão econômica (FURTADO, 1968; MEARSHEIMER, 1983; POSEN, 1984, 2003; BIDDLE, 2004; BROOKS; STANLEY, 2007, MARTINS, 2008).

Quanto às questões internacionais, o papel da diplomacia e da capacidade de formar alianças ou angariar apoio externo seria outro fator político a contribuir com a efetividade da zona contestada. A partir de uma visão realista defensiva, Van Evera (1999, 164-165) considera três fatores diplomáticos que fortaleceriam a defesa: os sistemas de segurança coletiva, as alianças defensivas e o comportamento balanceador pelos estados neutros.

No primeiro caso, tem-se a participação efetiva dos estados nas instituições internacionais e no sistema ONU, por exemplo. No segundo caso, as alianças defensivas que produziriam em potências adversárias o receio de que o mesmo teria de lidar com mais de um ator em uma eventual conflagração. No terceiro caso, a capacidade de um estado em atrair um país neutro a fim de contrabalançar o peso de uma outra potência, aumentando o equilíbrio (VAN EVERA, 1999).

Há diversas percepções contrárias a essa, decorrentes principalmente de uma visão pessimista das consequências da anarquia internacional sobre o comportamento dos estados (MEARSHEIMER, 2007). Entretanto, no nível regional, os efeitos pró-equilíbrio desses fatores, seja a partir da integração regional, da criação das esferas de influência ou mesmo do balanceamento local, seriam mais claros (MONTGOMERY, 2014; ETZIONI, 2016).

De fato, não há garantia de que esses fatores diplomáticos efetivamente impediriam uma agressão. No entanto, podem se agregar ao conjunto maior de variáveis políticas, físicas, materiais e tecnológicas para diminuir o ímpeto de uma agressão e, mais importante, sustentar alguma legitimidade internacional para a zona contestada.

Nesse sentido, a legitimidade externa perante os outros atores de dentro ou fora da região juntaria-se a própria legitimidade do estado perante a sua população. Aqui entraria a questão da mobilização dos recursos para fortalecer o poder militar *versus* os recursos estatais para prover bem-estar à população (TILLY, 2007). A suavização desse *trade-off* depende, em última instância, da legitimidade do governo e das próprias forças armadas perante o povo, o que Clausewitz (2007) chamou de trindade indissolúvel.

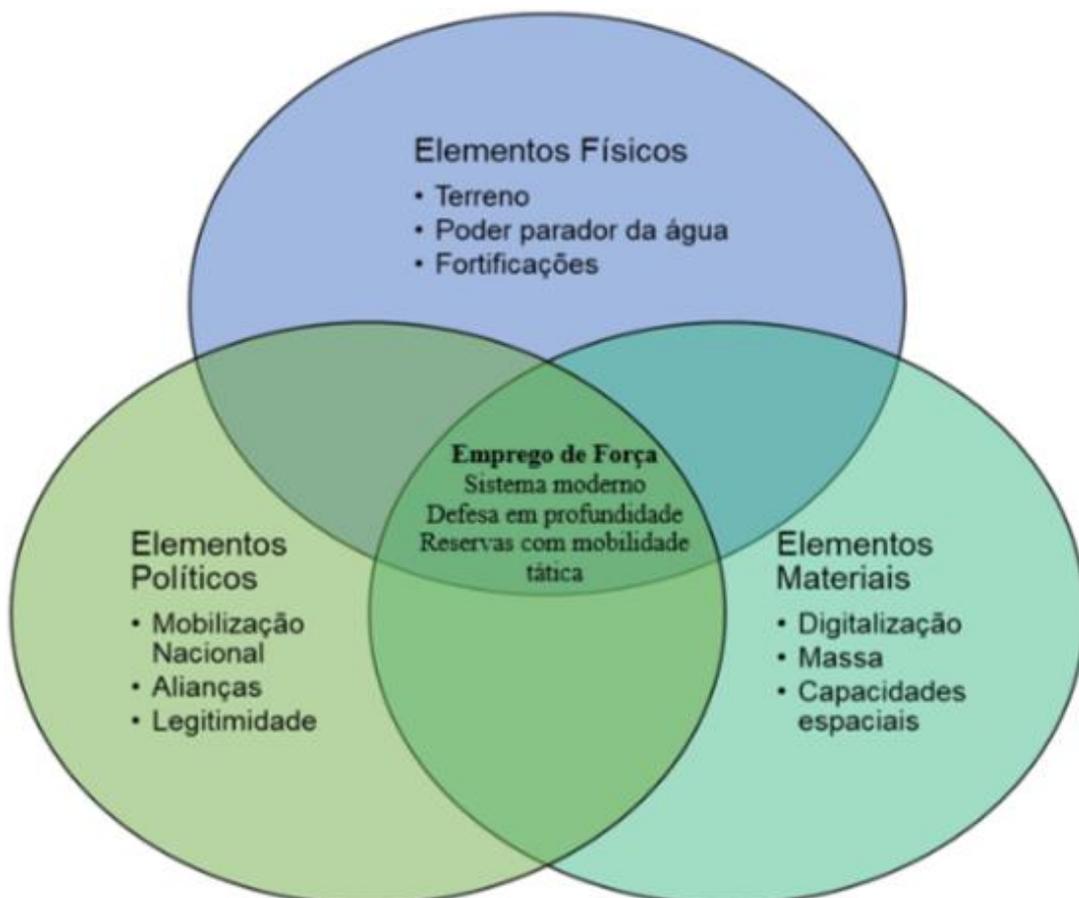
²¹ Utiliza-se o conceito de relações civis-militares de Bruneau e Matei (2013), que engloba forças policiais e de inteligência e é composto por três fatores: controle civil sobre as forças armadas, efetividade no cumprimento dos objetivos constitucionais e eficiência na utilização de recursos, conjugados e organizados sobre instituições sólidas e confiáveis.

Mesmo na era da digitalização, o impacto dessa questão se traduz diretamente no campo de batalha, na capacidade de oferecer resistência a uma invasão externa e, portanto, na imposição das zonas contestadas. Martins (2008), nesse sentido, argumenta que

[...] quem for capaz de convencer a opinião pública nacional e mundial de que a causa pela qual luta é legítima e justa, contando com o menor lapso possível entre as intenções declaradas da política externa e a forma real de se fazer a guerra. Este último aspecto talvez seja o mais importante de todos. É nele que a guerra local e a integração regional se unem em um todo indissolúvel que conjuga força e valores, dissuasão e persuasão, imagens e força (MARTINS, 2008, p. 23).

Assim, a legitimidade agiria tanto no nível da política e da estratégia, na medida que daria sustentação para o desenvolvimento das ferramentas do poder nacional, quanto no nível das operações e da tática, uma vez que fortaleceria a mobilização para defesa nacional em termos logísticos e humanos. Isso iria além da possibilidade de existir um conflito de baixa intensidade, como guerra de guerrilha ou irregular complexa nas zonas contestadas (POSEN, 2003; SCHMIDLE; HOFFMAN, 2004), mas significaria considerar a possibilidade de uma guerra local de alta intensidade nesse espaços. Portanto, haveria efeitos diretos para a dissuasão convencional de um estado e para o alcance de sua zona contestada.

Imagem 2 - A Zona Contestada no Século XXI



1.3 CONTESTAÇÃO À PROJEÇÃO DE FORÇA: KOSOVO (1999), IRAQUE (2003) E LÍBANO (2006)

A Guerra do Kosovo (1999) geralmente é vista como um símbolo do potencial coercitivo do poder aéreo e, conseqüentemente, da projeção de força. O evento é considerado por muitos como a primeira vez em que o poder aéreo independente logrou dar a um estado (ou coalizão), a conquista dos objetivos estratégicos (LAMBETH, 2001). Entretanto, uma análise mais detalhada demonstra importantes falhas nesse argumento e sugerem alguns elementos importantes para o debate sobre zonas contestadas.

Mesmo quem reconhece o protagonismo da projeção de força independente sobre os resultados estratégicos, como Lambeth (2001), concorda que os resultados táticos e operacionais foram subótimos. Para ele, isso ocorreu, dentre outras coisas, pois o sistema integrado de defesa área (IADS) da Sérvia representou um perigo real às forças da coalizão do início ao fim do conflito; o processo de tomada de decisão e a cadeia de comando e controle da OTAN era complexa e lenta, prejudicando a eficiência. Em função da resiliência dos sérvios, tudo isso resultou na extensão das operações além do planejado (LAMBETH, 2001).

Outros autores, no entanto, são ainda mais críticos aos métodos e resultados da campanha no Kosovo. Timothy Thomas (2000), por exemplo, argumenta que um dos principais pressupostos da RMA – de que os EUA teriam a superioridade informacional incontestável sobre qualquer adversário – em nenhum momento foi alcançado na Guerra do Kosovo, mesmo com a assimetria acentuada dos sistemas eletrônicos entre as partes. Isso resultou em diversos erros táticos, baixas desnecessárias, intromissões e ações de contrainteligência por parte das forças de Milosevic. A rede de comando, controle e comunicações da Sérvia permaneceu funcional durante toda a guerra. Thomas (2000) afirma que mesmo o centro de gravidade das forças sérvias se manteve protegido dos ataques da OTAN. A coalizão, nesse sentido, não foi capaz de utilizar a força com a eficiência esperada (THOMAS, 2000).

Posen (2000, 2003) demonstra que a ofensiva aérea causou poucos danos às forças sérvias mobilizadas no campo, especialmente devido aos sistemas de defesas antiaérea e radares de Milosevic. Esses eram compostos por artilharia antiaérea (AAA) mais simples e mísseis antiaéreos (SAM) mais modernos. Os primeiros, em sua maioria, não dependiam de radar e assim não poderiam ser desabilitados por sistemas de guerra eletrônica. A maioria era móvel e de tamanho relativamente pequeno. Representavam perigo real mesmo para

aeronaves modernas voando abaixo de 5 km. O segundo grupo eram, em sua maioria, guiados por radar. Os mais importantes eram os de origem soviética, o SA-3 (S-125 Neva/Pechora) e SA-6 (2K12 Kub). Ambos estavam inseridos em uma rede relativamente confiável (com qualidade de sinal e redundância) de comando e controle que ligava os SAMs aos radares e outros sistemas de inteligência (POSEN, 2000).

Um caso emblemático do potencial dos SAMs sérvios foi a derrubada da aeronave F-117A por um S-125. O F-117A, que até então era considerado como indetectável mesmo pelos radares modernos devido a sua tecnologia *stealth*, foi detectado por um radar VHF adaptado da década de 1950 (LAMBETH, 2001).

Os bons resultados sérvios ocorreram, por um lado, graças ao aproveitamento das condições geográficas de um terreno complexo (com montanhas, florestas, vales) que potencializavam as táticas baseadas na cobertura e no encobrimento. Por outro lado, existia um nível considerável de mobilização nacional, especialmente em termos humanos e de infraestrutura. Os elementos logísticos eram camuflados, protegidos e dispersos. Existia uma base industrial, de engenharia e científica que era capaz de produzir itens básicos de combate e munição, além de conseguir adaptar e reparar os itens mais sofisticados (importados), como SAMs, radares e equipamentos de comunicação. Os sérvios compreendiam como funcionava os equipamentos mais modernos que poderiam ser usados contra eles e operavam seus sistemas, radares, especialmente, com risco mínimo de detecção. Tiveram experiência de combate relevante no início da década de 90 contra Eslovênia, Croácia e Bósnia. Existia inclusive um planejamento de situação de guerra organizado pela estrutura administrativa civil, a qual buscava aguentar os ataques iniciais (POSEN, 2000).

Posen (2000) conclui que tanto a estratégia política, quanto a estratégia militar de Milosevic tinham potencial para obter resultados estratégicos melhores. No entanto, além das assimetrias materiais evidentes, havia pouco apoio político internacional efetivo, mesmo por parte de Rússia e China, contra as ações da OTAN. Além disso, a coesão nacional em torno de Milosevic se deteriorou muito durante a guerra, mais em função de suas próprias ações contra diversos grupos étnicos e políticos do país do que em função dos ataques aéreos. Ainda assim, ao fim, o acordo de rendição rendeu objetivos políticos importantes para Milosevic e que não estavam previstos nas propostas iniciais da OTAN²² (POSEN, 2000).

²² Segundo Posen (2000), da perspectiva da Rússia e da Sérvia, alguns pontos importantes incluídos no acordo envolveram o papel político da ONU no governo interino, a desmilitarização das forças rebeldes e o reconhecimento do autogoverno, soberania e integridade territorial da sérvia, sem nenhuma referência à independência kosovar *de jure*.

No Iraque (2003) o poder aéreo teve maior sucesso se comparado à Guerra do Kosovo (1999). Posen (2003) argumenta que isso ocorreu por três motivos. Primeiro, a despeito das forças de Saddam serem melhor equipadas do que as de Milosevic, muitas já haviam sido destruídas ou estavam fora de operações devido aos ataques ocorridos ainda na década de 90. Segundo, devido a pior proficiência e a maior agressividade dos técnicos e operadores dos sistemas iraquianos, cujas atividades emitiam muito mais sinais do que as dos sérvios e, portanto, facilitaram a sua detecção. Terceiro, o ambiente desértico do golfo é menos complexo do que os do Kosovo e dificulta que as tropas em solo utilizem táticas baseadas na cobertura e no encobrimento (POSEN, 2003). A isso, Biddle (2007) adiciona que o Iraque de Saddam não adotava o sistema moderno de emprego de força e se expunha demais, concentrando-se excessivamente, facilitando o trabalho dos bombardeiros.

Biddle (2007), através de um balanço abrangente sobre o conflito, incluindo entrevistas com quase 200 personagens da guerra (de ambas as partes), contesta a versão dominante de que o sucesso na Guerra do Iraque (2003) é fruto da Revolução em Assuntos Militares, demonstrando inclusive que os ataques de precisão não evitaram o combate terrestre e um relativo nível de atrito entre as forças: havia uma tropa de 160 mil militares no Iraque, além de 30 mil no Kuwait. Neves Jr (2015), no mesmo sentido, argumenta que os EUA, ao mesmo tempo em que utilizavam amplamente dos elementos da RMA, empregaram massivamente tropas terrestres, aeronaves e vasos de combate durante a guerra.

O sucesso da campanha, Biddle (2007) conclui, teve como pré-condição não apenas a superioridade material da coalizão, mas também as opções estratégicas e operacionais do Iraque, bem como a própria debilidade de suas forças decorrentes da situação do país. Em um contrafactual, o autor demonstra que os resultados poderiam ter sido bem diferentes caso essas variáveis fossem diferentes. Dessa perspectiva, a Guerra do Iraque (2003), primeiro, não deve ser vista como um símbolo do sucesso incontestável da Revolução em Assuntos Militares e, segundo, o cenário encontrado no Iraque dificilmente será o mesmo no restante das zonas contestadas (BIDDLE, 2007).

Os problemas estratégicos ficaram evidentes ao longo da década, na medida que uma vitória inicial rápida deu início a um período longo de contrainsurgência²³. Isso já ficara evidente antes de 2005, inclusive, onde, mesmo com toda a assimetria material e os equívocos

²³ Segundo Borne (2012, p. 29), isso demonstrou que “cada vez mais, as forças armadas terão de estar aptas a enfrentar forças não convencionais, em ambientes urbanos superpovoados, sofrendo pressões da mídia e da opinião pública”. Essa é a essência da contrainsurgência, envolvendo também a mobilização das massas e motivações político-ideológicas, diminuindo a eficiência das formas clássicas de combate e suavizando as assimetrias entre os atores. Dentre as táticas da contrainsurgência, tem-se a guerra de guerrilha, terrorismo, subversão, sabotagem e operações de fuga e evasão.

operacionais por parte das forças Iraquianas, as forças paramilitares e insurgentes representavam risco real aos blindados estadunidenses. Em março de 2005, o principal blindado de combate dos EUA, o M1 Abrams já havia sofrido 80 baixas em decorrência apenas de RPGs, minas ou dispositivos explosivos improvisados (IEDs) (BIDDLE, 2007).

No entanto, nos outros domínios os EUA encontraram mais dificuldades, as quais dão pistas dos desafios a serem encontradas nos futuros conflitos pelas zonas contestadas. Por exemplo, o combate de litoral no golfo representou um grande obstáculo para as forças da coalizão durante a ofensiva, especialmente devido às minas navais. Ainda na Operação Tempestade do Deserto em 1991, o Iraque tirou de combate o cruzador da Marinha dos EUA, o Princeton da classe Ticonderoga (deslocando quase 10 mil toneladas), com apenas duas minas navais. Um vaso dessa classe tem um custo estimado de quase USD 1 bilhão, enquanto que as minas custam pouco mais de USD 10 mil cada. Poucos anos antes, em 1987, uma fragata da classe Oliver Hazard Perry (4 mil toneladas) avaliada em USD 122 milhões também fora desabilitada por uma mina, dessa vez o artefato era da Primeira Guerra Mundial e custava menos de USD 2 mil. Em 2003, mesmo quando as forças iraquianas estavam extremamente enfraquecidas, especialmente no que diz respeito a guerra de litoral (pouquíssimas minas foram instaladas), os Estados Unidos não conseguiram avançar por mar da forma que avançaram por terra. Segundo Posen (2003), levou quase uma semana para uma força combinada de guerra antiminas da coalizão limpar apenas 11 minas do canal do porto de Umm Qasr. Descobriu-se, depois, que Saddam planejava instalar um total de 76 minas no mesmo canal, quando foi impedido pelo início da guerra (POSEN, 2003). Assim, o andamento da guerra provavelmente seria diferente caso os EUA não tivessem acesso terrestre ao Iraque por meio do território da Arábia Saudita e Kuwait.

Por sua vez, a Guerra do Líbano (2006), envolvendo Israel e o Hezbollah, evidenciou novamente as inconsistências dos pressupostos da RMA e os limites à projeção de força mesmo quando a distância a ser percorrida é pequena. Biddle e Friedman (2008) demonstram como a Guerra do Líbano em 2006 foi além de uma guerra de guerrilha, como costuma ser usualmente caracterizada. Isso se deu porque o Hezbollah, embora tenha utilizado algumas táticas parecidas com as da guerra irregular, também empregou métodos convencionais, como a busca por preservação de território; utilização do terreno para táticas de encobrimento e cobertura, ao invés dos espaços civis; e a concentração de forças. Os autores concluem que a maior diferença no emprego de força entre o Hezbollah em 2006 e outras forças armadas estatais estaria mais no método para execução dos planos de batalha do que na doutrina (BIDDLE; FRIEDMAN, 2008).

Os bons resultados do grupo foram atingidos, nesse sentido, graças ao uso intensivo de táticas de cobertura e encobrimento, à preparação do terreno e das posições de batalha, à disciplina da artilharia e à coordenação com o apoio direto de fogo (BIDDLE; FRIEDMAN, 2008). Os avanços terrestres das forças israelenses estiveram sempre sujeitos ao fogo inimigo, advindo do uso intensivo de mísseis antitanque (ATM), especialmente o 9K11 Malyutka, o 9K115-2 Metis-M e o 9M133 Kornet, os quais eram camuflados no terreno e causaram dezenas de baixas nos blindados israelenses. O reconhecimento, detecção e supressão desses sistemas era de grande dificuldade, o que, além das milhares de minas instaladas na região, acabou forçando uma guerra de atrito não planejada inicialmente pelos israelenses. Isso levou com que Israel, mesmo com seus Merkavas, um dos blindados de combate (MBT) mais resistentes do mundo, apoiados por sistemas aéreos modernos, incluindo caças F-15I e F-16I, aeronaves de reconhecimento e apoio de satélite, pouco avançasse dentro do território do sul do Líbano²⁴ (BIDDLE; FRIEDMAN, 2008).

Mesmo os defensores do poder aéreo como principal instrumento de projeção de força, como Lambeth (2011), argumentam que o principal erro de Israel foi ter baseado seu emprego de força nos ataques aéreos e subestimado a questão do controle do território por parte do Hezbollah. O autor, nesse sentido, reconhece que, devido a isso, Israel foi incapaz de eliminar os sistemas de artilharia do Hezbollah, especialmente os de curto alcance como o caso dos foguetes Katyusha (LAMBETH, 2011)²⁵.

A guerra de 2006 representou uma derrota estratégica para as forças israelenses e, segundo Sobelman (2017), é simbólico para a dissuasão mútua entre Hezbollah e Israel. Houve inclusive uma inflexão na postura israelense, passando a considerar cenários mais realistas que envolvem uma guerra de atrito caso necessário, em detrimento da guerra rápida, com poucas baixas e baseadas no poder aéreo (SOBELMAN, 2017). Assim, a capacidade de Israel projetar força contra o Hezbollah foi reavaliada e resultou no que Sobelman (2017) chamou de dissuasão por punição, onde o poder aéreo tem uma função mais auxiliar, de retaliação e não tanto de contenção.

À sua maneira, os três casos brevemente analisados aqui ilustram o debate sobre zonas contestadas e os limites a projeção de força. No Kosovo (1999), há um impasse tático e operacional, mesmo com a vitória na guerra, ainda assim longe do esperado inicialmente pela coalizão. Na ocasião, ficou evidente o potencial de sistemas relativamente simples e bem

²⁴ Cada unidade do Merkava tem um custo aproximado de USD 3,5 milhões, enquanto o lançador do ATM 9K115-2 Metis-M tem um preço de USD 3 mil (USD 300 por míssil) (GLOBAL SECURITY, 2016).

²⁵ De um total aproximado de 12.000 foguetes Katyusha empregados pelo Hezbollah, apenas cerca de 100 foram destruídos pelos ataques aéreos israelenses (LAMBETH, 2011)

difundidos se utilizados com proficiência e aproveitando-se da geografia e do terreno. No Iraque (2003), tem-se uma vitória tática e operacional, exceto no mar, mas com resultados estratégicos contestáveis, em especial se considerarmos a incapacidade em lidar com a insurgência por toda a década subsequente. Ainda assim, segundo Biddle (2007), há pouca base empírica para comprovar a tese de que houve uma inflexão acentuada na natureza da guerra como defendem os teóricos da Revolução em Assuntos Militares, uma vez que o combate envolveu o uso intenso da massa e o sucesso tático esteve condicionado às opções do Iraque relacionadas ao emprego da força. Nesse caso, a tecnologia agiu mais para acentuar a dimensão da vitória e menos para torná-la possível. Já no Líbano (2006), ficaram evidentes os limites da projeção de força e o potencial da digitalização em amenizar assimetrias. Assim como no Kosovo (1999), ficou clara a força das táticas baseadas na defesa, no encobrimento e no aproveitamento dos terrenos complexos, mesmo em condições assimétricas.

1.4 CONCLUSÃO

O esforço de pesquisa evidenciou algumas lacunas a serem preenchidas pelos programas de pesquisa na área de segurança e relações internacionais. A pesquisa realizada aqui identificou poucos trabalhos que se dedicam explicitamente a debater os condicionantes da projeção de força e seus limites. Mesmo dentro desse grupo selecionado, em geral, tem-se pesquisas que tratam apenas da projeção de poder das potências regionais ou médias em seu entorno estratégico ou pesquisas de caráter técnico-militar, disponível quase sempre em monografias das escolas militares. Há uma grande carência de esforços teóricos sobre a questão da projeção de força em nível sistêmico e como ela se relaciona com as relações internacionais. A maior parte da literatura, inclusive de segurança internacional, tem naturalizado em seus pressupostos que a tecnologia e a preponderância dos Estados Unidos, como exemplo da maior potência do sistema, garante a projeção de força global. Entretanto, como demonstrado tanto na revisão teórica quanto nos estudos de caso, é cada vez mais difícil ignorar os limites à projeção de força, mesmo das grandes potências.

Isso ocorre não apenas devido a algum tipo de erosão do poder por parte de um ou outro ator, mas devido a um conjunto de variáveis capazes de criar zonas contestadas no sistema internacional. Elas incluem questões de caráter político, físico e material, que conformam o modo como um estado empregará as suas forças armadas, a sua capacidade de interação militar e sua capacidade de manter sua soberania frente à projeção de força externa.

Trata-se de uma perspectiva diversa sobre o poder militar, menos voltada para a projeção de poder, e mais preocupada com a capacidade de um estado em evitar a interferência externa em sua região. A revisão sobre esse tipo de literatura, no entanto, encontrou ainda menos resultados que integrem poder militar, relações internacionais e segurança. Um exemplo é a questão das esferas de influência, de uso corrente nas análises, mas pouco aprofundado.

Para lidar com essas lacunas, a alternativa proposta na segunda parte da análise foi desenvolver o conceito zonas contestadas de Barry Posen. Entretanto, a pesquisa quantitativa do termo através da metodologia da revisão sistemática da literatura também demonstrou pouco esforço da literatura em qualificar o termo. Assim, buscando qualificar o conceito, discutiu-se os fatores físicos, materiais e políticos que sustentam as zonas contestadas. Os trabalhos mais consistentes argumentam que:

- a) Apesar das evoluções tecnológicas, a geografia ainda é um importante limitador à projeção de força não apenas devido às questões mais clássicas como o poder parador da água ou à limitação do movimento em vales, rios e pântanos, mas também ao modo como os Estados podem explorar esses ambientes através de táticas baseadas em encobrimento e cobertura, negando a liberdade de movimento de um adversário e até o próprio acesso operacional ao teatro de guerra.
- b) Assim, os avanços tecnológicos são sistêmicos e agem no sentido de fortalecer a própria natureza da guerra, onde a guerra defensiva é mais forte, e não reverter ou revolucionar essa condição. Dessa forma, a maneira como um estado empregará as suas capacidades é mais importante, uma vez que gera eficiência no uso da força. Tanto a teoria quanto os casos analisados dão indícios de que é possível o estabelecimento de zonas contestadas mesmo em situações de flagrante assimetria material. Para isso, em um cenário de guerra local, parece ser mais efetivo um emprego de força inicialmente voltado para a defesa. Entretanto, essa estratégia deve surgir a partir do sistema de força moderno: baseado na defesa em profundidade, no alto número de reservistas capazes de serem mobilizados para as frentes de batalha ou cadeia logística, na baixa exposição ao fogo inimigo e no aproveitamento de táticas de cobertura e encobrimento oferecidas pelo terreno ou pela engenharia de guerra.
- c) Essas prescrições e conclusões na esfera militar, entretanto, estão sujeitas a questões políticas, sociais e organizacionais que, muitas vezes, inviabilizam o cenário ideal previsto de emprego da força e a abordagem planejada. Nesse

sentido, três variáveis podem contribuir para a consolidação da zona contestada sob os termos identificados no item anterior. São eles: a mobilização dos setores do poder nacional, gerando coesão entre as forças armadas, o governo e a população, onde espera-se obter ganhos políticos, estratégicos e táticos; a adesão a alianças e estruturas de governança global capazes de fortalecer a dissuasão convencional e dar legitimidade internacional; e, por fim, a criação de legitimidade interna através da suavização dos *tradeoffs* existentes e que são inerentes ao estado nacional moderno, como questões envolvendo geração de renda, bem-estar, segurança nacional e democracia.

O esforço para operacionalizar as zonas contestadas ou algum outro conceito análogo como ferramenta de análise em relações internacionais, no entanto, ainda é incipiente. Esse é um exercício que merece consideração, especialmente se concordamos com a tendência identificada por uma parte da literatura de estudos estratégicos que vislumbra um futuro marcado pela coexistência de zonas contestadas entre as potências condicionando suas relações intra e inter-regionais.

Como visto aqui, a evolução das variáveis, bem como sua integração, sugere também a expansão das zonas contestadas originalmente pensadas por Posen, como as dimensões do espaço aéreo comum, não mais situado a partir dos 5 km de altitude. Outro exemplo de inflexão é a crescente capacidade de Rússia e China atingir alvos no espaço-sideral. Os casos analisados já dão indícios da mudança na dinâmica e nos limites das zonas contestadas. Nenhum deles, de fato, demonstrou uma conjugação da contestação de espaço em mais de um domínio, geralmente, quando ocorreu, esteve restrito ou ao espaço aéreo, no caso da Sérvia, ou ao mar, no caso do Iraque, ou ao solo no caso do Líbano. Entretanto, conforme as assimetrias entre os estados vão diminuindo (e a digitalização vai se difundindo), aumenta o potencial de que algum estado do sistema seja capaz de contestar, simultaneamente, mais de um domínio à projeção de força.

Assim, algumas questões que permanecem são: como mensurar as variáveis identificadas aqui e a própria área operacional de uma zona contestada? Como integrar os novos elementos da Era Digital, como sistemas cibernéticos e baseados no espaço-sideral, na noção de zonas contestadas? E a questão das armas de destruição em massa? Qual o impacto das zonas contestadas para a integração regional?

Portanto, as respostas desses questionamentos dizem respeito tanto à estabilidade e à polarização do sistema internacional, quanto à própria polaridade. A forma como os estados

lidarão com esse problema, no caso dos EUA, ou com seu potencial, no caso das potências em ascensão, tem impactos diretos na estrutura do sistema. Para ambos os lados, a análise sugere que a perspectiva mais realista e preocupada com a estabilidade reconheça os limites da projeção de força e desenvolva políticas que objetivem lidar com a coexistência dessas zonas contestadas com instrumentos diplomáticos e políticos. Assim, em períodos de incerteza, evita-se cair em tentações baseadas em interpretações parciais e enviesadas da tecnologia militar, da guerra ofensiva e da vitória rápida.

REFERÊNCIAS

- AUGIER, M. Thinking about War and Peace: Andrew Marshall and the Early Development of the Intellectual Foundations for Net Assessment. **Comparative Strategy**, jan. 2013. v. 32, n. 1, p. 1–17.
- BIDDLE, S. Rebuilding the Foundations of Offense-Defense Theory. **Journal of Politics**, 2001. v. 63, n. 3, p. 741–774.
- _____. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2004.
- _____. Speed kills? Reassessing the role of speed, precision, and situation awareness in the Fall of Saddam. **Journal of Strategic Studies**, fev. 2007. v. 30, n. 1, p. 3–46.
- _____; FRIEDMAN, J. A. **The 2006 Lebanon campaign and the future of warfare: implications for army and defense policy**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute (SSI), 2008.
- _____; OELRICH, I. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, jul. 2016. v. 41, n. 1, p. 7–48.
- BOOT, M. The new American way of war. **Foreign Affairs**, 2003. p. 41–58.
- BOULDING, K. **Conflict and Defense: a general theory**. New York: Harper Torchbooks, 1962.
- BROOKS, R.; STANLEY, E. A. (Org.). **Creating military power: the sources of military effectiveness**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 2007.
- BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina. **The Routledge Handbook of Civil–Military Relations**. New York: Routledge, 2013.
- BUENO DE MESQUITA, B. **The War Trap**. New Haven: Yale University Press, 1981.
- BUZAN, B.; LITTLE, R. **International Systems in World History: remaking the study of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____; WAEVER, O. **Regions and powers: the structure of international security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. V. 91.

CEPIK, M. Segurança Internacional: da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. *In*: BONILLA, A.; ÁLVAREZ, I. (Org.). **Desafíos estratégicos Del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica.** San José, CR: FLACSO, 2013, V. 1, p. 307–324.

CLAUSEWITZ, C. Von. **On war.** New York: Oxford University Press, 2007.

COULTHART, S. J. An Evidence-Based Evaluation of 12 Core Structured Analytic Techniques. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, 3 abr. 2017. v. 30, n. 2, p. 368–391.

DINIZ, Eugenio. **A Teoria do Balanço Ataque-Defesa, Clausewitz e a Teoria das Relações Internacionais.** 2002. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (GEE) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ETZIONI, A. **Foreign policy: thinking outside the box.** New York: Routledge, 2016

FERREIRA, Thiago Borne. **Guerra Irregular Complexa: Aspectos conceituais e o caso da Batalha de Vukovar.** 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/QmzrWm>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GADY, Franz-Stefan. Russia Completes Delivery of 1st S-400 Missile Defense Regiment to China. **The Diplomat**, [s. l.], 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/XaYA16>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: UNB, 2002.

GLASER, C. L.; KAUFMANN, C. What is the offense-defense balance and how can we measure it? **International security**, 1998. v. 22, n. 4, p. 44–82.

GLOBAL SECURITY. **Merkava Mk3/Mk4 Tank.** 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CpNuEf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GRAY, C. S. Inescapable geography. **Journal of Strategic Studies**, jun. 1999. v. 22, n. 2–3, p. 161–177.

HAST, S. **Spheres of influence in international relations: history, theory and politics.** Surrey, England ; Burlington, VT: Ashgate Pub. Company, 2014.

IANS. S-400 missile deal being negotiated, don't rush it: Russian official Sergey Chemezov. **The Economic Times**, New Delhi, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/5CNGBa>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

IISS. **The Military Balance.** Stockholm: International Institute for Strategic Studies, 2017.

JERVIS, R. Cooperation under the Security Dilemma. **World Politics**, jan. 1978. v. 30, n. 02, p. 167–214.

KELLY, R. E. Security Theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review**, 2007. v. 9, n. 2, p. 197–229.

KENNEDY, P. **Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KNOPF, J. W. Doing a literature review. **PS: Political Science & Politics**, 2006. v. 39, n. 01, p. 127–132.

KOPP, C. **Almaz S-300P/PT/PS/PMU/PMU1/PMU2; Almaz-Antey S-400 Triumf; SA-10/20/21 Grumble/Gargoyle**. [S.l.]: Air Power Australia, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/MQuqu>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

KREPINEVICH, A. F. **The Military-technical revolution: A preliminary assessment**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 1992.

LALWANI, S.; SHIFRINSON, J. **Whither Command of the Commons? Choosing Security Over Control**. Washington, DC: New American Foundation, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/dq5knU>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

LAMBETH, B. S. **NATO’s air war for Kosovo: a strategic and operational assessment**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001.

_____. **Air operations in Israel’s war against Hezbollah: learning from Lebanon and getting it right in Gaza**. Santa Monica CA: RAND Corporation, 2011.

LEAL, Marcelo. **Guerra e ciberespaço: uma análise a partir do meio físico**. 2015. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/iWTbpL>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

LEMKE, D. The tyranny of distance: Redefining relevant dyads. **International Interactions**, fev. 1995. v. 21, n. 1, p. 23–38.

_____. **Regions of war and peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MAHNKEN, T. G. **The information revolution in military affairs in Asia**. 1st ed ed. New York, N.Y: Palgrave Macmillan, 2004.

MARKOWITZ, J. N.; FARISS, C. J. Going the Distance: The Price of Projecting Power. **International Interactions**, abr. 2013. v. 39, n. 2, p. 119–143.

MARTINS, J. M. Q. **Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/y2SiY6>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

MEARSHEIMER, J. **Conventional Deterrence**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983.

_____. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MONTGOMERY, E. B. Contested Primacy in the Western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection. **International Security**, abr. 2014. v. 38, n. 4, p. 115–149.

NEVES JÚNIOR, E. J. **A modernização militar da Índia**: as virtudes do modelo híbrido. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/TMm99a>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PAES, L.; MARTINS, J. M. Q. Hierarquia sob a Anarquia: Possibilidades estratégicas no Dilmea de Segurança para a Semiperiferia. **Carta Internacional**, 2014. v. 9, n. 2, p. 72–95.

PORTER, P. **The global village myth**: distance, war and the limits of power. Washington, DC: Georgetown University Press, 2015.

POSEN, B. **The sources of military doctrine**: France, Britain, and Germany between the world wars. Ithaca: Cornell Univ.Pr, 1984.

_____. The War for Kosovo: Serbia's Political-Military Strategy. **International Security**, abr. 2000. v. 24, n. 4, p. 39–84.

_____. Command of the Commons: the Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, 2003. v. 28, n. 1, p. 5–46.

_____. **Restraint**: a new foundation for U.S. grand strategy. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2014.

REUTERS. Venezuela buys powerful missiles with Russian loan. **Reuters**, [s. l.], 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/buf8cy>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

ROSEN, S. P. The Impact of the Office of Net Assessment on the American Military in the Matter of the Revolution in Military Affairs. **Journal of Strategic Studies**, ago. 2010. v. 33, n. 4, p. 469–482.

SCHMIDLE, R.; HOFFMAN, F. Commanding the Contested Zones. **The Naval Institute: Proceedings**, 2004. n. Setembro. Disponível em: <<https://goo.gl/hPy3gs>>.

SOBELMAN, D. Learning to Deter: Deterrence Failure and Success in the Israel-Hezbollah Conflict, 2006?16. **International Security**, jan. 2017. v. 41, n. 3, p. 151–196.

THOMAS, T. L. Kosovo and the current myth of information superiority. **Parameters**, 2000. v. 30, n. 1, p. 13.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007.

UNITED STATES. **Joint Operation Access Concept (JOAC)**. Department of Defense.

UNITED STATES. **Air-Sea Battle**: Service Collaboration to Adress Anti-Access & Area Denial Challenges. Air-Sea Battle Office.

VAN EVERA, S. **Causes of war:** power and the roots of conflict. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

WOHLFORTH, W. C. The stability of a unipolar world. **International security**, 1999. v. 24, n. 1, p. 5–41.

SEGUNDA PARTE

ARTIGO

2 PROJEÇÃO DE FORÇA EM ZONAS CONTESTADAS: O CASO DA CHINA E A DINÂMICA SECURITÁRIA NA ÁSIA-PACÍFICO

O tema que perpassa o trabalho é a dinâmica entre a projeção de força militar e as zonas contestadas²⁶ no debate sobre segurança internacional. Analisam-se as possibilidades de projeção de força²⁷ na Ásia-Pacífico, especialmente frente aos crescentes desenvolvimentos materiais por parte da China e de outros atores da região. Tem-se como objetivo geral analisar a capacidade da China em impor uma zona contestada no seu entorno estratégico. Mais especificamente, isso demanda elucidar alguns pressupostos sobre as zonas contestadas e a eficiência do poder militar, avaliar em que medida pode-se falar de zona contestada no caso chinês e, por fim, identificar algumas tendências para a região e para a relação EUA-China.

Justifica-se o foco na questão dos limites à projeção de força pelo histórico recente de perda de perspectiva sobre a questão no contexto da globalização. Tal fenômeno contribuiu, inclusive, para a consolidação de análises que consideram as distâncias físicas como irrelevantes e os fluxos de comércio, pessoas e ideias inabaláveis. Mais que isso, a visão predominante sobre esse processo argumenta pela sua irreversibilidade, inclusive na esfera militar (KEOHANE, 1984; NYE, 2004). No entanto, o desenrolar dos fatos na última década indica um panorama diferente. Tanto de uma perspectiva global quanto regional, novos desafios surgiram e vão de encontro às visões lineares e deterministas (FUKUYAMA, 1989; ANDERSON, 1992). Assim, as últimas décadas assistiram a uma erosão relativa da posição estadunidense, simbolizada nos fracassos militares no Iraque e no Afeganistão. Isso levanta questionamentos sobre as teorias da unipolaridade, principalmente aquelas baseadas no argumento da superioridade militar absoluta (MONTEIRO, 2014; WOHLFORTH, 1999).

A ascensão da China à condição de grande potência, nesse sentido, é percebida como uma retomada da multipolaridade (SHAMBAUGH, 2013; YAN, 2014). A ascensão é pautada pelo crescimento econômico de dois dígitos anuais sobre o seu Produto Interno Bruto (PIB), mas também por questões institucionais, políticas e militares. Destaca-se a capacidade do país em construir um sistema sofisticado para defesa nacional, montando um conjunto de sistemas que se convencionou a chamar de capacidades de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)²⁸

²⁶ Conceito que Barry Posen (2003) utilizou para nomear os espaços onde a projeção de força estadunidense seria limitada ao ponto de tornar incerto o resultado de um conflito militar.

²⁷ De acordo com a definição do Pentágono, projeção de força é "a habilidade de projetar instrumentos militares do poder nacional a partir do país de origem ou de outro teatro, em resposta aos requerimentos das operações militares" (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2014, p. 99).

²⁸ Trata-se de um termo cunhado por analistas acadêmicos e de *think-tanks*, consolidado pela utilização por alguns países para descrever determinadas capacidades chinesas. Como é um termo exógeno às orientações estratégicas chinesas, limita-se aqui a sua utilização a funções pontuais e não como estratégia fundamental

(CHASE; CHAN, 2016a; DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017; DORNELLES JR, 2014; HEGINBOTHAM, 2015; KAMPHAUSEN; LAI; TANNER, 2014; MULVENON; FINKELSTEIN, 2005; SHAMBAUGH, 2013; VAN TOL, 2010).

Para isso, utiliza-se da concepção de Barry Posen (2003) sobre as zonas contestadas, já que diz respeito aos condicionantes do comportamento da maior potência do sistema, Estados Unidos, mas também à liberdade de ação dos outros atores, nesse caso, a China. Assim, argumenta-se que os avanços chineses nas missões de negação de área e antiacesso indicam a crescente limitação da projeção de força no Pacífico e da expansão das zonas contestadas em termos horizontais, verticais e inter-domínio. Isso ocorre devido aos seguintes fatores: emprego de força que instrumentaliza a digitalização (caráter qualitativo) e a massa (caráter quantitativo); vantagens do terreno e da superioridade da defesa; e de políticas que buscam agregar legitimidade interna e externa (crescimento econômico, cooperação e alianças). Em termos operacionais, a tendência será a coexistência entre bolsões de contestação em torno da China e de outros países da região, onde predominaria o controle do mar, os bloqueios e a imposição de zonas de exclusão aérea, contestando a projeção de força na região e o comando dos comuns.

Para tanto, primeiramente, são apresentados alguns pressupostos teóricos sobre o poder militar, projeção de força e zonas contestadas. Em seguida, analisa-se o caso da China, a configuração de suas forças armadas e a compatibilidade entre geografia, estratégia, tecnologia, capacidades e política. Por fim, um breve balanço operacional é feito, tentando inserir o caso chinês no contexto regional e delimitar mais precisamente o alcance das zonas contestadas.

2.1 PROJEÇÃO DE FORÇA E ZONAS CONTESTADAS

A base do presente esforço conceitual passa primordialmente pelo conceito de zona contestada de Posen (2003, 2014). O autor reconheceu os limites da projeção de força, que seriam função da existência de zonas contestadas, as quais não garantiriam a derrota estadunidense, porém seriam arenas do combate convencional onde adversários mais fracos poderiam causar dano real às forças combatentes dos EUA (POSEN, 2003)²⁹. Baseando-se na ideia de que, conforme os Estados Unidos forem se aproximando de um território adversário,

da China. Para mais informações sobre as contradições do termo, ver Wishik (2011) e Fravel e Twomey (2015).

²⁹ Os exemplos de zonas contestadas encontradas pelos EUA na época foram em combates contra o Irã, a Sérvia, a Somália e a Operação Anaconda no Afeganistão.

mais competitivo o inimigo será, o autor vê o surgimento desses espaços de contestação devido à combinação de fatores políticos, físicos e tecnológicos. Entretanto, para ele, as zonas contestadas não seriam ameaças reais à capacidade de ação global dos EUA, especialmente porque o comando dos espaços comuns compensaria a contestação de um ambiente com o acesso em outros³⁰ (POSEN, 2003).

A projeção de força, assim, seria limitada pelas zonas contestadas, que possibilitariam um Estado resistir a uma invasão de soberania com forças convencionais, o que Cepik (2013) chamou de inexpugnabilidade. Isso, juntamente com a capacidade de retaliação nuclear e o comando do espaço, seriam os principais fatores a conformarem a condição de grande potência e a polaridade do sistema internacional (CEPIK, 2013). Ou seja, da capacidade de negação à projeção de força no nível estratégico, tem-se implicações diretas para a estrutura do sistema (polaridade), para a polarização entre os atores (padrão de amizade e inimizade) e para o próprio o equilíbrio do sistema (BUZAN; LITTLE, 2000).

O engajamento entre as forças perpassa a ideia da zona contestada e da inexpugnabilidade. Em termos operacionais, trata-se das funções clássicas envolvendo a defesa (atrito, defesa em profundidade, interdição defensiva) e algumas funções ofensivas (bloqueios, interdição ofensiva) relacionados predominantemente com o contra-ataque (CLAUSEWITZ, 2007; CORBETT, 2005; PAPE, 1996). Ademais, não se implica necessariamente uma guerra total, pelo contrário: o mais provável nas zonas contestadas seria a guerra limitada, caracterizada como “aquelas em que o oponente é compelido a conceder um acordo após os custos dos enfrentamentos ultrapassarem um determinado limiar” (DUARTE, 2015, p. 119). Assim, as variáveis políticas condicionam diretamente a opção por empreender uma guerra nesses espaços, frequentemente misturando-se a outras questões como dissuasão convencional e nuclear, construção de alianças e legitimidade internacional.

Nesse sentido, o conceito de zona contestada é composto por uma estrutura tripartite. Primeiro, os aspectos geográficos, a despeito das evoluções tecnológicas, ainda são importantes limitadores à projeção de força não apenas devido às questões mais clássicas como o poder parador da água ou à limitação do movimento em vales, rios e pântanos, mas também ao modo como os Estados podem explorar esses ambientes complexos através de táticas baseadas em encobrimento e cobertura, negando a liberdade de movimento de um

³⁰ Por exemplo, na Guerra do Golfo de 2003, embora o acesso marítimo ao Iraque diretamente pelo Golfo tenha sido negado pelas minas navais de Saddam Hussein, as forças iraquianas colapsaram em poucas horas graças a superioridade convencional em terra, a superioridade aérea e o comando do espaço (para comando, controle, comunicações, inteligência, reconhecimento e guiação) (POSEN, 2003).

adversário e até o próprio acesso operacional ao teatro de guerra (GRAY, 1999; KAPLAN, 2012; MEARSHEIMER, 2007).

Segundo, as capacidades materiais envolveriam questões quantitativas (preponderância) e qualitativas (tecnologia), porém seriam conduzidas por um emprego de força específico, sendo a variável principal (BIDDLE, 2004). Assim, a tecnologia seria um fator sistêmico que tenderia a agir para fortalecer a própria natureza da guerra, onde a guerra defensiva é mais forte, e não reverter ou revolucionar esse caráter (MEARSHEIMER, 1983). Nesse sentido, a maneira como um estado empregará as suas capacidades seria mais importante, uma vez que geraria eficiência no uso da força. Destarte, tanto a teoria quanto a história dão indícios de que é possível o estabelecimento de zonas contestadas mesmo em situações de flagrante assimetria. Para isso, em um cenário de negação de área, seria mais efetivo um emprego de força inicialmente voltado para a defesa a partir de um sistema de força moderno: baseado na defesa em profundidade, no alto número de reservistas capazes de serem mobilizados para as frentes de batalha ou cadeia logística, na baixa exposição ao fogo inimigo e no aproveitamento de táticas de cobertura e encobrimento oferecidas pelo terreno ou pela engenharia de guerra (BIDDLE, 2004).

Entretanto, a questão clássica da preponderância numérica ainda possui papel importante. Especialmente em conflagrações entre dois adversários modernos, onde uma ofensiva aniquiladora dificilmente é viável e a guerra de atrito é provável, os números são determinantes, significando capacidade de se manter lutando e atingir ganhos territoriais limitados, porém estratégicos. É o caso do atacante que pode aguentar mais tempo antes de sucumbir à ofensiva (talvez o tempo suficiente para negociação); ou do defensor que pode ter que recuar demais, em caso de um atacante muito preponderante, e perder pontos importantes de seu território e de sua cadeia logística, multiplicando o atrito e perdendo sustentação política (BIDDLE, 2004).

Por último, destaca-se que qualquer teoria da guerra está sujeita a questões políticas, sociais e organizacionais que, muitas vezes, inviabilizam o emprego de força ideal. Nesse aspecto, há pelo menos três fatores que podem contribuir para uma zona contestada efetiva: a mobilização dos setores do poder nacional, gerando coesão entre as forças armadas, o governo e a população, onde espera-se obter ganhos políticos, estratégicos e táticos; a adesão a alianças e estruturas de governança global capazes de fortalecer a dissuasão convencional e dar legitimidade internacional; e, por fim, a criação de legitimidade interna através da suavização dos *trade-offs* existentes e que são inerentes ao estado nacional moderno, como

questões envolvendo geração de renda, bem-estar, segurança nacional e democracia (BROOKS; STANLEY, 2007; POSEN, 1984; VAN EVERA, 1999).

2.2 COMPONENTES DA ZONA CONTESTADA CHINESA

Partindo da definição apresentada de zona contestada, faz-se necessário decompor a análise nos três fatores do conceito. O argumento em favor a uma zona contestada chinesa passa necessariamente pela análise de seus condicionantes, apresentados a partir dos aspectos físicos e geográficos; doutrinários, materiais e técnicos; e políticos. Destarte, ela é formada pelo conjunto dessas variáveis, diferenciando-se justamente pela capacidade de integração entre as diferentes formas de se exercer o poder e entre seus meios de propagação.

2.2.1 Aspectos físicos e geográficos

A complexidade do ambiente geográfico da China influencia diretamente no seu planejamento de guerra. Quarto maior país em extensão do mundo (9.600.000 km²), a China é composta em dois terços por áreas montanhosas, que tendem a dificultar o movimento e a capacidade de manobra. A própria ligação entre as províncias mais a Oeste, como Xinjiang, até a costa – centro econômico, político, industrial e militar do país – ainda se dá através dos caminhos históricos da Rota da Seda, comprimidos entre a cordilheira de Kunlun e o Deserto de Gobi. Em geral, esse tipo de terreno montanhoso predomina na maior parte da faixa de fronteira do país com 14 países soberanos, as três maiores extensões são com a Mongólia (2.906 km), Rússia (2.264 km) e Índia (2.100 km) (JANE'S, 2018a).

Essa condição fornece vantagens e desvantagens. Por um lado, o país possui dimensões continentais e, a despeito de estar ligado por terra à Eurásia, está relativamente isolada por cadeias de montanhas e desertos, fornecendo profundidade estratégica e estabilidade territorial. Embora tenham ocorrido algumas crises fronteiriças relevantes – com Rússia, Coreia, Índia e Vietnã –, segundo Kaplan (2012), atualmente a expansão Chinesa ocorre preenchendo vácuos nessas regiões e, onde há limites impostos por um terceiro, a situação tende a ser mais estável do que no passado. A concertação com a Rússia, tanto no âmbito bilateral quanto no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), alivia a pressão no Oeste e no Norte; a expansão econômica e a preponderância militar chinesa, bem como o terreno, estabilizaram as fronteiras terrestres com Mianmar, Laos, Tailândia e Vietnã, diferentemente das disputas marítimas, especialmente com esse último. O maior problema ainda é com a Índia, especialmente nas áreas disputadas de Aksai Chin/阿克赛钦 e Arunachal

Pradesh/Tibete do Sul, entretanto, embora importantes geograficamente, o relevo extremamente acidentado não possibilita linhas de abordagem relevantes e que ameacem de fato tanto China quanto Índia (MCCAULEY, 2017a)³¹.

Assim, Kaplan (2012) considera que as fronteiras da China têm potencial para multiplicar sua força, uma vez que, se não há estabilidade relativamente consolidada, permite expansão em espaços menos dinâmicos e menos populosos. A instabilidade dos vizinhos não ameaça diretamente o país, especialmente devido ao relevo acidentado. Segundo o autor, o maior problema é indireto, advindo da própria população chinesa nas áreas predominantemente não han, como os uigures e tibetanos, cuja insatisfação pode crescer caso não sejam incluídas social, econômica e politicamente no desenvolvimento do país. A exceção mais notável é a da península Coreana, cujo destino das fronteiras políticas pode mudar a condição de isolamento chinesa, especialmente em um cenário de unificação liderado por Seul, onde a China passaria a ter um rival terrestre importante ao lado da estratégica Manchúria (rica em recursos minerais) e do Mar de Bohai (maior reserva de petróleo *offshore* do país) (KAPLAN, 2012).

Por outro lado, essas condições impõem dificuldades importantes no sentido da integração nacional (mobilidade estratégica e tática) e da segurança energética e alimentar (apenas 11% das terras do país são aráveis). Como solução, o país vem desenvolvendo há décadas obras de infraestrutura de dimensões notáveis: possui 4,5 milhões de quilômetros de rodovias, sendo 120.000 km de vias expressas, 112.000 km de ferrovias e 16.000 km de vias de alta velocidade. Isso, conjugado com os sistemas de mobilidade, atenua o papel do relevo e da distância, porém o país ainda depende de nódulos importantes de comunicações e transportes para ligar as regiões, especialmente na região do eixo Xi'an-Lanzhou³².

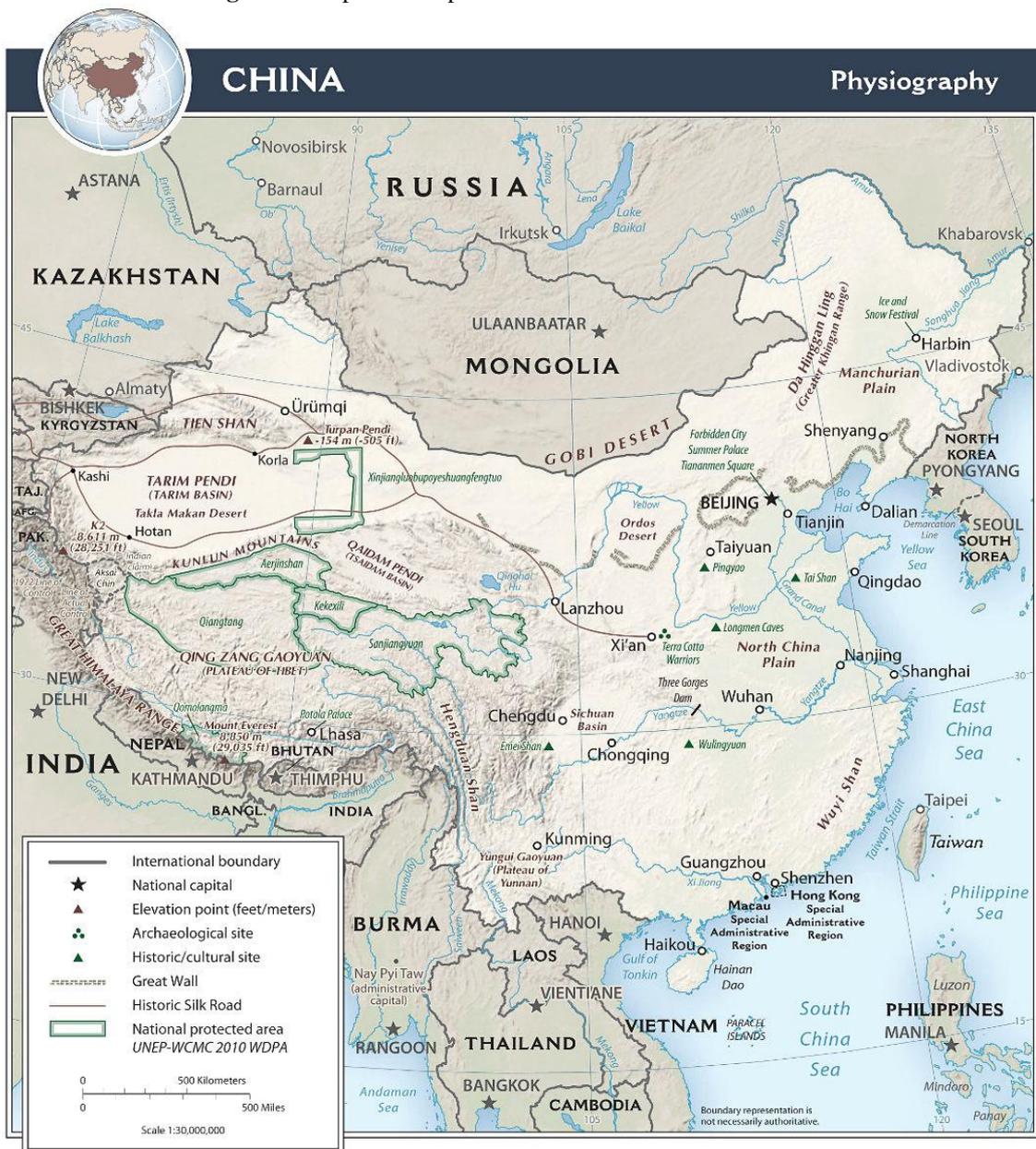
Um exemplo da utilização do terreno para proteção é o caso dos tuneis subterrâneos fortificados do país. Estes representam um importante ponto para a manutenção da

³¹ A fronteira Sino-Indiana apresenta áreas isoladas de alta-atitude, representando problemas substanciais para tropas, sistemas e equipamentos. Segundo McCauley (2017), os combates terrestres nessa região se restringiriam às poucas estradas já existentes, que correm nos vales das montanhas, limitando o apoio de fogo, a profundidade, a mobilidade, penetração e o flanqueamento. As publicações do ELP reconhecem que qualquer operação nessa região ocorrerá em grande medida com operações especiais aerotransportadas na retaguarda inimiga, tendo como função romper as linhas inimigas facilitar um contra-ataque. Ambos os países, nesse sentido, sustentariam a defensiva e buscariam o contra-ataque, preferindo conduzir ataques de precisão contra pontos nodais da logística inimiga e paralisar a ofensiva – evitando conduzir operações ofensivas terrestres complexas com tropas de montanha, onde o defensor possui vantagem preponderante (MCCAULEY, 2017a).

³² A título de ilustração, a ligação entre as regiões de Xinjiang e do Tibete, por exemplo, ocorre principalmente pela rota do norte, contornando a cordilheira do Kunlun. Excetuando-se pequenas estradas e caminhos por entre as montanhas, uma rota alternativa é possível somente no extremo sul, justamente na região do Aksai Chin/阿克赛钦, dipustada com a Índia.

inexpugnabilidade e da capacidade de retaliação nuclear da China, favorecendo a dissuasão do país frente a potenciais adversários nucleares (ZHANG, 2012). Chamados de “a Grande Muralha Subterrânea”, em referência ao papel de protetor máximo que a muralha original possuiu. A rede possui mais de 5.000 km em túneis fortificados e climatizados, capazes de abrigar o arsenal nuclear do país e garantir não só a sua sobrevivência a um ataque nuclear, mas também a sua capacidade de proteger, posicionar e disparar como retaliação. Esses túneis estão distribuídos por uma boa parte do território chinês com grande profundidade estratégica (HSIAO, 2009; KARBER, 2011).

Figura 1 - República Popular da China - Relevo e Rota da Seda



Fonte: United States (2011)

Além disso, a segurança alimentar e energética da China depende do fluxo logístico marítimo baseado vindo do Pacífico e que passa por importantes pontos de estrangulamento em toda a sua extensão, especialmente nos estreitos de Malaca e de Sunda³³ (YERGIN, 2014). Isso, combinado com a sua situação geral de ascensão e a demanda por participação regional e global, tem feito a China mudar seu histórico de potência predominantemente terrestre, passando, pelo menos desde o final dos anos 1980 e início da década seguinte, a desenvolver meios marítimos que vão além do mar territorial (YOSHIHARA; HOLMES, 2005).

Sem embargo, a perspectiva favorável das fronteiras terrestres não se aplica às fronteiras marítimas do país, marcadas por tensões históricas e disputas contemporâneas com potências regionais como Japão e Coreia do Sul; potências globais como EUA e, por um período limitado, União Soviética; países em ascensão como Vietnã e Indonésia; outros estados soberanos com relevância geográfica ou com alianças extrarregionais, como Filipinas e Malásia; e, mais importante, com Taiwan, representando a principal questão estratégica em termos de política externa e de segurança para o país (KAPLAN, 2012).

Da perspectiva geográfica, ao mesmo tempo em que fornece relativa proteção contra conquista externa, especialmente se considerarmos a extensão da profundidade estratégica continental do país, o poder parador da água restringe a projeção de poder da China para além de suas águas costeiras. As cadeias de ilhas no seu entorno formam uma barreira que limita as linhas exteriores do país, vide as chamadas Primeira Cadeia de Ilhas (arquipélago do Japão, ilhas Ryukyu, “meia Ilha” da península Coreana, Taiwan, Filipinas e Indonésia) e Segunda Cadeia de Ilhas (extremo leste do Japão, ilhas Marianas e Guam).

Oficiais da marinha do país, por exemplo, reconhecem as dificuldades impostas pela geografia, especialmente devido aos arquipélagos, ao poder marítimo do país:

These islands obstruct China’s reach to the sea. [...] The partially sealed-off nature of China’s maritime region has clearly brought about negative effects in China’s maritime security. [...] Because of the nature of geography, China can be easily blockaded and cut off from the sea, and Chinese coastal defense forces are difficult to concentrate (FENG; DUAN in YOSHIHARA, 2012, p. 299).

Assim, em um cenário de disputa pelo controle do mar, a Primeira Cadeia de Ilhas, por exemplo, terá posição privilegiada, na medida em que dali pode-se interditar o fluxo de

³³ Para sustentar suas demandas e seu crescimento econômico, a China depende da importação energética em larga escala: 82% das importações chinesas em petróleo, representando 60% do consumo total chinês desse *commodity*, e 30% das de gás natural passam por Malaca (US ENERGY INFORMATION AGENCY, 2016).

abastecimento externo para a China com recursos modestos – e.g: minas, mísseis e/ou aviação baseada em terra (BONDS, 2017). Destaca-se a centralidade de Taiwan: por um lado, caso controlada por forças antichinesas, sua posição estratégica a transforma em uma importante plataforma de projeção de poder sobre toda a extensão da costa chinesa e mesmo sobre o interior do país. Por outro lado, caso a China detenha o controle sobre a ilha, não apenas anularia um importante posto avançado adversário, como também inverteria a relação estratégica, podendo realizar interdição em profundidade para romper os bloqueios na Primeira Cadeia de Ilhas (TILL, 2012; YOSHIHARA, 2012).

Apesar disso, o panorama geográfico corrobora com as questões defensivas básicas da China, favorecendo sua inexpugnabilidade. O poder terrestre, a profundidade estratégica e o terreno complexo, composto por montanhas e planícies, desertos e florestas, dificulta sobremaneira a projeção de poder sobre seu território, especialmente com forças terrestres, na medida em que torna difícil o rompimento de suas linhas interiores, seja pela sua extensão, seja pelo grande potencial existente de encobrimento e de cobertura. Dessa forma, caso vença os desafios logísticos de transporte, conseguindo dispersar e concentrar forças em pontos diversos de sua linha defensiva, uma guerra de agressão baseada no rompimento das linhas defensivas chinesas em profundidade torna-se improvável (BIDDLE, 2004).

Outrossim, da perspectiva de um ator extrarregional, o poder parador da água limita a projeção de poder direta sobre a China, dependendo de aliados regionais para fornecer postos avançados seja para servir de plataforma de projeção, seja de bases logísticas de apoio. Os EUA, por exemplo, dispõem de 25 bases avançadas na região do Indo-Pacífico, distribuídas entre Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Cingapura, Ilhas Marshall, Diego Garcia, Filipinas, Austrália e Guam. (IISS, 2017)³⁴. Entretanto, a maioria está ao alcance dos sistemas chineses, especialmente dos mísseis balísticos, limitando diretamente sua liberdade de ação e tornando algumas delas pouco úteis para projeção de força ofensiva, dependendo de robusta defesa para sua própria sobrevivência (HEGINBOTHAM, 2015) ou, nas hipóteses menos pessimistas, ameaçando suas linhas de comunicação e suprimentos, dificultando sobremaneira um desembarque a partir das linhas exteriores estadunidenses (BIDDLE; OELRICH, 2016).

³⁴ As duas principais ficam no Japão, onde o número de tropas estadunidenses é de 47.050, e na Coreia do Sul, cuja quantia é de 28.500. No primeiro, incluem-se atualmente um porta-aviões da classe *Nimitz*, três cruzadores da classe *Ticonderoga*, oito destróieres da classe *Arleigh-Burke*, um navio de comando e controle da classe *Blue Ridge*, quatro vasos de guerra antiminas da classe *Avenger*, um vaso porta-helicópteros da classe *Wasp*, dentre outros vasos leves (IISS, 2017). Esses vasos dão contribuição importante para fazer da Marinha dos EUA a mais imponente da região, embora em declínio relativo conforme os outros países se modernizam rapidamente (TILL, 2012). Além disso, no Japão tem-se ainda dois esquadrões de caças F-16C/D, dois de caças F-15C/D, um de caças F/A-18D, duas aeronaves de alerta antecipado, comando e controle E-3B/C, além de aeronaves de guerra eletrônica (IISS, 2017).

Sem embargo, é precipitado concluir que os fatores físicos por si só garantem a soberania do Estado chinês. Primeiro, isso depende de um conjunto de variáveis materiais e políticas a serem abordadas na sequência. Segundo, se essas condições geográficas dificultam formas de engajamento mais diretas, elas possibilitam abordagens indiretas, porém com efeitos relevantes, seja de dissuasão, seja de amplificação do atrito para forçar negociações favoráveis. É o caso do bloqueio naval (e.g: fechando a Primeira Cadeia de Ilhas às linhas exteriores da China); dos ataques diretos com mísseis balísticos aos centros industriais ou militares (agressão ou punição); e, mais indiretamente, operações de desestabilização social interna em regiões propensas a isso, guerra legal, de opinião pública, econômica e financeira, isolamento ou pressão política internacional (BONDS, 2017; LEE, 2014).

2.2.2 Aspectos doutrinários

Analisar como a China pretende empregar suas forças armadas tem sido um desafio para os analistas desde a fundação da RPC. Entretanto, especialmente após as reformas de Deng Xioping na década de 80, essa tarefa tornou-se ainda mais complicada. Isso ocorre por três motivos principais. Primeiro, o país não publica uma estratégia nacional de defesa ou militar unificada, inclusive sequer há um equivalente direto da palavra “doutrina” no idioma nacional³⁵ (MCREYNOLDS, 2016). Segundo, há ainda uma considerável barreira cultural, transpassada pela visão pouco informada sobre o pensamento chinês, sobre a filosofia confuciana e sobre o Partido Comunista Chinês (PCCh), além das barreiras linguísticas, decorrendo frequentes interpretações indevidas, extrapoladas ou simplesmente enviesadas. Terceiro, a ascensão do país à condição de grande potência gerou ajustes estruturais no sistema internacional, aumentando a percepção da ameaça inclusive por parte da China, que passou a fundamentar sua segurança nacional essencialmente pela dissuasão (nuclear e convencional); assim, também é útil para o país, inclusive em custo-benefício, manter certa incerteza sobre suas orientações operacionais mais específicas (FINKELSTEIN, 2007).

Entretanto, apesar de tais barreiras e, ciente das limitações inerentes a esse tipo de pesquisa, pode-se interpretar a forma como o país pretende empregar a força a partir de algumas fontes importantes. As principais são as chamadas Orientações Estratégicas Militares (*junshi zhanlüe fangzhen*); os livros brancos de defesa nacional; publicações da Academia Nacional de Ciências (AMS) e da Universidade de Defesa Nacional (NDU), principalmente as

³⁵ Quando se refere à doutrina russa ou estadunidense, os chineses usam expressões que tangenciam o termo, como “Teoria Militar Russa” ou “Teoria Militar-Operacional Americana” (FINKELSTEIN, 2005, p. 22).

séries Ciência da Estratégia Militar (*zhanlüexue*) e Ciência das Campanhas (*zhanyixue*); a ordem de batalha das forças armadas do país; e o histórico dos exercícios militares de suas forças armadas (FINKELSTEIN, 2007; LI, 2014; MCREYNOLDS, 2016).

Duas ideias permeiam as orientações estratégicas do país. A primeira, chamada de Defesa Ativa, indica que o país não iniciará guerras a fim de atingir objetivos estratégicos, utilizando a força apenas com propósito de defender sua soberania nacional. Entretanto, isso não indica passividade, evoluindo concomitantemente à interpretação chinesa sobre a natureza da guerra moderna, passando a abarcar operações ofensivas não apenas no nível tático e operacional, mas também no nível estratégico – em caso de violação direta de soberania ou de ofensivas militares que possam ameaçar a segurança do Estado chinês (BLASKO, 2014).

A segunda, chamada de Guerra Popular, inicialmente uma estratégia operacional, passou representar uma ideia mais geral de mobilização nacional em torno da defesa nacional, dos militares e do PCCh. Presente em todas as publicações oficiais concernentes à defesa nacional, esse princípio insta a participação da sociedade nas questões de defesa – frequentemente em funções tipicamente militares –, o planejamento de guerra abarcando todos os setores da sociedade e a lealdade das forças armadas ao Partido (BLASKO, 2014).

Abaixo dessas ideias estratégicas, o emprego de força é diretamente moldado pela percepção de ameaça da China e pela sua visão sobre a guerra. As duas maiores inflexões nesse ponto ocorreram na década de 1980, quando passou-se a considerar uma guerra local como cenário provável de conflagração, e na década de 1990, após a Guerra do Golfo, quando houve uma acelerada informatização das forças armadas do país e a implementação do nível operacional da guerra em seu planejamento militar (MULVENON; FINKELSTEIN, 2005)³⁶.

Atualmente, a base de preparação militar tem como objetivo vencer “Guerras Locais Informatizadas”, conceito utilizado pelo país a partir de 2014 (FRAVEL, 2018), evolução direta da “Guerra Local em Condições de Informatização” implementada em 2004 (KAMPHAUSEN; LAI; TANNER, 2014). Trata-se de uma guerra local com objetivos políticos e escopo geográfico limitados, travada sobre reivindicações territoriais, disputas econômicas ou rivalidades étnicas, curta em duração (dias ou semanas), mas podendo atingir alto grau de intensidade, com resultados estratégicos decisivos. Além disso, é informatizada,

³⁶ Essas inflexões tiveram por objetivo conceber operacionalmente a vitória em Guerras Locais em Condições de Alta Tecnologia; unificar o pensamento operacional em todo o ELP; assimilar as experiências em guerras locais das guerras de outros povos e ajustá-las aos conceitos operacionais prévios do ELP; servir de guia para campanhas e batalhas em todos os níveis e escalas; e, finalmente, destacar a importância da logística. As orientações ensejaram reformas abrangentes, envolvendo as três áreas da modernização chinesa (sistemas de armas, doutrina e instituições), indo desde treinamento, ajustes na estrutura da forma, reforma da educação militar profissional até o desenvolvimento de novos sistemas (FINKELSTEIN, 2005, p. 15).

demandando mudanças significativas na condução das campanhas – centradas nas operações conjuntas integradas, abrangendo comando e controle (integração, coordenação e arquitetura), gerenciamento do espaço de batalha, estrutura de força, coordenação entre os serviços, sustentação, sequência operacional e guiagem (FINKELSTEIN, 2007; FRAVEL, 2018).

O braço naval dessas orientações é a chamada Defesa de Alto Mar, cujos objetivos fundamentais são: primeiro, garantir a segurança energética a partir da proteção das linhas marítimas de comunicação (SLOCS); segundo, aumentar a profundidade estratégica para defesa marítima do país em consonância com o deslocamento do centro de gravidade econômico chinês do interior para a costa; terceiro, defender os recursos marítimos em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e nas áreas marítimas contestadas (BLASKO, 2014). A área operacional da Defesa de Alto Mar não é pré-estabelecida, mas estima-se que possa abranger a Primeira Cadeia de Ilhas, sendo função do alcance das aeronaves baseadas em terra e das capacidades antissubmarino da China, tendo um raio de aproximadamente 1.800 km (HEGINBOTHAM, 2015; YOSHIHARA, 2012).

Oriundas de documentos oficiais, essas orientações estratégicas descrevem apenas o ambiente geral e orientam os conceitos operacionais, além de serem frequentemente dúbias, gerando incerteza. Por exemplo, não indicam o nível de profundidade ou de mobilidade da linha defensiva, nem a disposição ou exposição das linhas ofensivas, nem como as reservas serão utilizadas (BIDDLE, 2004). Como alternativa, é frequente ligá-las diretamente às capacidades materiais, extraindo informações importantes que indicam os meios, mas que também são incompletos para descrever o emprego de força, uma vez que carecem dos caminhos para conduzir os meios aos fins³⁷.

Assim, a apreensão sobre emprego de força implica descer ao nível dos conceitos operacionais ou de campanha. Trata-se de questões sensíveis para a segurança nacional e, portanto, o sigilo impede a divulgação completa. Ademais, há sempre o risco de lidar com informações propositalmente equivocadas a título de desinformação. Tais interpretações, então, são balizadas pela análise de publicações de oficiais nas escolas militares, nas academias de ciências, assim como de exercícios das forças armadas chinesas.

Nesse sentido, em análise sobre a última edição do *Ciência da Estratégia Militar (zhanlüexue)*, publicado pela Academia Nacional de Ciências, Taylor Fravel (2016) demonstra o surgimento de novos conceitos no pensamento militar do país. O principal conceito é o de Defesa Avançada, onde a China buscaria expandir o campo de batalha dentro da Primeira

³⁷ Refere-se aqui a lógica tripartite clássica da estratégia como fim, sistemas e recursos como meios e estratégia-operacional e tática como caminhos (MARTEL, 2015).

Cadeia de Ilhas, aumentando sua profundidade estratégica e tornando fronteiras e costa como continuação de suas linhas interiores, visando defender-se de contra-ataques aeronavais em profundidade (FRAVEL, 2016).

A partir disso, Fravel (2016) identifica a preocupação chinesa com cinco principais ameaças: imposição de um cerco estratégico liderado pelos EUA; resistência dos outros países à expansão dos interesses chineses (segurança energética); aumento da insegurança e dos riscos no entorno estratégico; obstáculos para reunificação de Taiwan; instabilidade interna. Mais especificamente, fala-se em quatro possíveis cenários: guerra defensiva de larga escala no continente (baixa probabilidade, alto risco); guerra antissecessão de Taiwan com alta escala e intensidade (alta probabilidade, risco alto); guerras de baixa e média escala por territórios disputados (média probabilidade, médio risco); guerra de baixa escala contraterrorismo ou instabilidades sociais (baixa probabilidade, baixo risco).

Em termos de operações, por sua vez, o manual *Ciência das Campanhas Militares*, também publicado pela ANS, reconhece seis grandes possibilidades: campanha ofensiva de poder de fogo; campanha de bloqueio a ilhas; assalto anfíbio a ilhas campanha de defesa aérea; campanha de defesa de fronteiras; e campanha antidesembarque (FRAVEL; TWOMEY, 2015).

A forma de abordagem ao adversário, entretanto, é menos explícita. Li (2014) reconhece duas correntes no pensamento operacional chinês contemporâneo. A primeira é representada pela ideia de Sistemas Informativos baseados em Sistemas de Sistemas (ISSO)³⁸, enquanto que a segunda é tributária direta da Tradicional Estratégia de Defesa Ativa (TADS)³⁹. Segundo o autor, a premissa central do TADS é que a China enfrentará um adversário mais poderoso em uma eventual conflagração. Para vencer, a TADS prega o movimento constante, baseado na mobilidade, buscando evitar o confronto frontal com os pontos fortes do inimigo, a fim de dividir, dispersar ou isolar as forças adversárias (LI, 2014). Além disso, sugere concentrar os ataques nos pontos fracos do inimigo, a fim de desenvolver

³⁸ O conceito ISSO tenta agregar aspectos da Guerra Centrada em Rede a partir de uma abordagem semelhante, em alguns pontos, a da Revolução em Assuntos Militares (RMA) estadunidense. Por exemplo, ele defende que a única maneira de derrotar um adversário de primeira grandeza é através da integração entre todos os serviços e todos os sistemas. Assim, os serviços não devem ser pensados de forma individual, mas sim em torno de um “sistema de sistemas” (LI, 2014). Isso seria possível graças às novas tecnologias informativas, instaladas em todos os sistemas e integradas em uma grande rede interconectada capaz de dar transparência no campo de batalha em tempo real, “reduzindo o tempo de reação e permitindo ataques mais precisos; criando, assim, condições para a aplicação da força de forma mais dispersa e mais aguda, mas com poder de fogo concentrado” (LI, 2014, p. 272).

³⁹ Condizente com os preceitos gerais da Defesa Ativa, deve-se adotar uma estratégia defensiva baseada nas linhas interiores. No nível operacional e tático, no entanto, a postura deve ser ativa, implicando em diversos movimentos rápidos e ofensivos pelas linhas exteriores (LI, 2014).

superioridade local, mesmo que temporária, sobre o oponente, procurando derrotá-lo em diversas etapas. Essa série de vitórias no nível tático possuiria um efeito cumulativo importante, pois poderia causar uma mudança gradual no equilíbrio das forças no campo de batalha (LI, 2014).

No entanto, evitar-se-ia o engajamento em batalhas de atrito simultâneas, preferindo instrumentalizar pequenas batalhas em série em vitórias no plano estratégico (LI, 2014). Enquanto um provável adversário externo provavelmente preferiria operações rápidas e decisivas a partir de sistemas de informatizados superiores, a China deveria buscar operações prolongadas a fim de acabar com a vontade de lutar inimiga, retomar o controle da guerra e forçar o oponente a ceder (LI, 2014).

Ademais, essa estratégia busca aproveitar-se da geografia, especialmente frente a um adversário extrarregional – com extensas linhas marítimas e a inevitável dispersão de forças, surgiriam vulnerabilidades a serem exploradas. Assim, embora inferiores materialmente, as forças chinesas seriam superiores em massa e teriam o suporte de suas linhas interiores, o que permitiria a concentração de forças rapidamente e a projeção sobre o inimigo a partir de distâncias mais reduzidas, aumentando a letalidade do ataque (LI, 2014).

As opções mais alinhadas ao ISSSO, por sua vez, partem da premissa de que as assimetrias entre a China e os futuros adversários seriam menos relevantes atualmente, optando-se por operações mais diretas. Buscar-se-ia predominantemente desabilitar dois tipos de alvos decisivos. Primeiro, o sistema informacional do inimigo, particularmente suas capacidades de aquisição de informação e transmissão, processamento e utilização de dados. Isso envolveria ataques de precisão de guerra eletrônica e ciberguerra em pontos nodais da rede inimiga, como satélites e radares, a fim de neutralizar permanentemente sua capacidade informacional. Segundo, visar-se-ia atacar os elementos de integração, comando e controle. Por isso, focar-se-ia no centro de gravidade da rede de sistemas do inimigo, buscando romper o fluxo de informação, de energia e de equipamentos – alvos possíveis seriam aeronaves de alerta antecipado e distribuição de dados, porta-aviões e vasos pesados (COSTELLO; MATTIS, 2016; LI, 2014).

Esses ataques seriam diretos, tendo momento e local relativamente previsíveis. Embora, por natureza baseado em operações de informação, o ISSSO tenderia a centralizar todo o esforço de guerra em um engajamento direto. Segundo Li (2014), é justamente essas características, somadas à inexistência de vantagens comparativas ou superioridade do Exército de Libertação Popular (ELP) em tais engajamentos frontais, que preocupa uma parcela importante dos estrategistas chineses. Estes “argumentam que o ISSSO pode ajudar o

ELP a desenvolver vantagens comparativas no campo de batalha no longo prazo”; no entanto, como no curto prazo o ELP será o lado inferior, deve-se empregar a Estratégia Tradicional de Defesa Ativa (TADS) para engajar um oponente mais poderoso (LI, 2014).

A partir disso, tem-se informações importantes em termos de emprego de força. O contexto vislumbrado ainda é centrado em campanhas por Taiwan e pelas disputas territoriais marítimas no entorno imediato, embora exista uma preocupação cada vez maior em projetar força em profundidade, expandindo o campo de batalha e rompendo as linhas logísticas e de comunicação adversárias. Especificamente, as operações envolverão campanhas anfíbias, de bloqueio, de defesa área ou de ataques aéreos em profundidade (FRAVEL; TWOMEY, 2015; KAMPHAUSEN; LAI; TANNER, 2014; MCREYNOLDS, 2016).

Quanto à disposição das forças e a forma de abordagem, percebe-se uma preocupação continuada em evitar a defesa estática; criar profundidade estratégica, expandindo o perímetro à Primeira Cadeia de Ilhas; aproveitar o contingente de reservistas e suas capacidades materiais; realizar contra-ataques pontuais e com baixa exposição; utilizar-se de suas linhas interiores para movimento constante, concentrando-se e dispersando-se conforme as necessidades, diminuindo a previsibilidade e buscando superioridade local. As opções por engajamentos diretos ou indiretos, nesse sentido, por enquanto parecem coexistirem, gerando certo hibridismo, mas com preponderância do TADS – talvez as exceções sejam as orientações para guerra eletrônica e ciber do país, evitando, ainda assim, utilizar-se da ofensiva quando há possibilidade escalada (COSTELLO; MATTIS, 2016).

2.2.3 Aspectos materiais e técnicos

A evolução das capacidades materiais da China nas últimas décadas tem sido bem documentada por diversas fontes (CORDESMAN; COLLEY, 2015; CORDESMAN; KLEIBER, 2006; DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017; HEGINBOTHAM, 2015; KAMPHAUSEN; LAI; TANNER, 2014; KREPINEVICH, 2010; O’ROURKE, 2018; STOKES, 1999; VAN TOL, 2010). A Tabela 1 congrega dados sobre capacidades selecionadas do inventário do país e compara-os com o dos principais atores regionais e com os Estados Unidos⁴⁰. Em suma, percebe-se que, no quantitativo, a China lidera em bombardeiros, IRBM, MRBM, SRBM, MBT, peças de artilharia, submarinos táticos, fragatas e corvetas; ficando em segundo lugar em AIFV, destroieres, vasos anfíbios de grande porte,

⁴⁰ As capacidades forem escolhidas com base nos critérios apresentados na primeira seção. Para mais informações, ver Biddle (2004), Mearsheimer (1984, 2001) e Dunnigan (2003).

aeronaves táticas, caças de 4^a e 5^a geração, helicópteros de transporte, aeronaves de reabastecimento e aeronaves AEW&C; e ainda estando em terceiro lugar em ICBM, aeronaves de transporte e satélites. Ademais, mesmo combinadas, e desconsiderando a forma de emprego, qualquer coalizão de países seria incapaz de atingir proporções consideradas como seguras para uma ofensiva vitoriosa contra a China, como o clássico coeficiente de três atacantes para cada defensor na guerra terrestre (MEARSHEIMER, 1983).

O perfil de força do país tem se mantido relativamente constante desde as reformas de Deng Xioping, embora com incrementos importantes no período: década de 1990 – no início, informatização acelerada, no fim, desenvolvimento de sistemas de negação de área –, nos anos 2000 – integração, crescimento e maior autonomia das capacidades navais e aéreas – e na década de 2010 – sistema de sistemas e diversificação (CORDESMAN; COLLEY, 2015).

Trata-se de um modelo híbrido, desenvolvido a partir de camadas defensivas e com predominância do poder terrestre. É híbrido porque agrega tecnologia, como de informação ou de precisão, a sistemas originalmente pouco complexos, vide mísseis balísticos ou radares VHF e OTH, inseridos em uma rede mais ampla vetorada por sistemas de alta tecnologia, como mísseis antissatélite, satélites de navegação e radares de arranjo fásico miniaturizados (CHEUNG, 2016; KOPP, 2008; LI, 2014). É baseada em camadas com nível progressivo de densidade: a primeira é sustentada por sistemas móveis e baseados em terra; a segunda por capacidades de negação de área predominantemente dentro da primeira cadeia de ilhas; e a terceira com sistemas informacionais ou de projeção de força voltados para dissuasão clássica ou para negação de acesso nas áreas da segunda cadeia de ilhas (COOPER; SHEARER, 2017; LI, 2014). Predomina, entretanto, a centralidade do poder terrestre, seja pela utilização deliberada das vantagens do terreno para basear sistemas voltados para defesa de qualquer camada, seja pela tradição histórica do país enquanto potência continental e do papel do exército na sociedade (MULVENON; FINKELSTEIN, 2005; SAUNDERS; CHEN, 2016).

A base da dissuasão convencional do país está no que se convencionou chamar de capacidades de negação de área, as quais buscam limitar o movimento inimigo teatro operacional, aumentando o atrito geral e tornando insustentável o custo de uma guerra a um agressor em potencial (CHASE; CHAN, 2016b). Isso ocorre em todos os domínios, embora com prioridades e métodos diferentes.

No ambiente terrestre, destaque para o efetivo total de 2,3 milhões de homens em armas, 1 milhão em forças terrestres – suplantados por uma força paramilitar de 7 milhões –, para seus 6.740 blindados de combate pesado (MBT) e 3.860 blindados armados de transporte

de infantaria (AIFV), para suas 13.420 peças de artilharia e para suas 566 aeronaves de ataque solo e 240 helicópteros de ataque (IISS, 2018).

Em termos qualitativos, a perspectiva é menos positiva⁴¹, embora exista uma evolução progressiva, transitando de sistemas meramente motorizados para uma força mecanizada, bem como incorporando sistemas modernos de controle de fogo, de blindagem ativa, de radares e outros sistemas digitais embarcados⁴².

Entretanto, conforme a geografia e o emprego de força chineses indicam, trabalha-se com hipóteses envolvendo missões que vão além do confronto terrestre convencional. Dessa perspectiva, os sistemas mais destacados por analistas, por autoridades estrangeiras e mesmo pelo próprio governo do país – através de desfiles militares e mídia estatal –, têm sido os seus mísseis balísticos (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017; HEGINBOTHAM, 2015; VAN TOL, 2010). A Tabela 01 demonstra a diversificação dos mísseis balísticos convencionais da China, bem como sua preponderância quantitativa frente aos outros atores da região. Para a negação de área, destaca-se a função dos mísseis balísticos de curto alcance (300-1.000 km). Do quantitativo estimado de 1.200 no inventário chinês, os principais são o DF-15B (400 un.) e o DF-11A (800 un.), cujo alcance ameaça engloba Taiwan e a Coreia do Sul na primeira cadeia de ilhas⁴³ (JANE'S, 2018a). Além disso, somados aos mísseis cruzadores de ataque ao solo, como o CJ-10/DH-10/DF-10, tem-se sistemas capazes de realizar funções de negação de área, imposição de bloqueios, concentração de fogo para apoio de desembarque anfíbio e contribuir para a dissuasão convencional do país em toda a região da primeira cadeia de ilhas (HEGINBOTHAM, 2015; HEIM, 2016). Um destaque importante deve ser feito à mobilidade desses sistemas através de veículos autopropulsados e armazenados em túneis com concreto endurecido, diminuindo sua exposição e dificultando a previsibilidade, detecção e interceptação (BIDDLE; OELRICH, 2016; KARBER, 2011).

⁴¹ Segundo a publicação Jane's (2018a, Army, p. 5), "*efforts to transition from a motorised to a mechanised force have continued ..., with mechanisation involving the production of thousands of new transport trucks, including new fast load/off-load "precision logistics" vehicles, new families of light multipurpose vehicles, and the introduction of new wheeled combat vehicles and light mechanised units. In addition, the army is showing greater interest in 'airmobile' concepts of light- and medium-weight forces...*".

⁴² A frota de MBTs, por exemplo, ainda é relativamente antiga: cerca de metade é originalmente de primeira geração (como o Tipo 59), enquanto a outra metade é composta por 850 blindados modernos do Tipo 99 (12% do total) e 2.500 blindados mais antigos, porém modernizados, do Tipo 96 (37%). Acredita-se, porém, que a maioria já tenha sido informatizada e inserida na rede de sistemas chineses. O mesmo ocorre com a artilharia, onde os sistemas autopropulsados ainda são minoria – estimados em 20% (JANE'S, 2018a).

⁴³ O DF-15 tem um alcance de 600 km e carrega uma ogiva de 500 kg, enquanto o DF-11A tem alcance de 350 km e ogiva de 500 kg. Ambos, em suas versões mais modernas, possuem margem de erro (CEP) de 5-10 m e inviabilizam a livre utilização das bases aéreas inimigas na região.

Tabela 1 - Balanço de Forças Regional – Capacidades Seleccionadas

	EUA		China	Rússia	Índia	Japão	Coreia do Sul	Vietnã	Austrália
	Total	PACOM ¹¹							
Orçamento (USD bi)	602,8	?	150,5	61,2	52,5	46,0	35,7	22,9	25,0
Efetivo (milhões)	1,348	0,375	2,035	0,9	1,395	0,247	0,625	0,482	0,057
Reserva (milhões)	0,857	-	0,510	2,0	1,155	0,056	3,100	5,0 ¹⁶	0,002
Ogivas Nucleares	6.450	-	270	6.600	130	-	-	-	-
Bombardeiros	127	9+	162	139	- ¹⁴	-	-	-	-
Submarinos Estratégicos	14	8	4	13	-	-	-	-	-
ICBM ¹ (lançadores)	400	-	70	313	-	-	-	-	-
IRBM ² (lançadores)	-	-	16	-	-	-	-	-	-
MRBM ³ (mísseis)	-	-	182	-	30	-	-	-	-
SRBM ⁴ (mísseis)	-	-	1.200+	136+ ¹³	240	-	30+ ¹⁵	-	-
MBT ⁵	2.831	536+	6.740	3.090	3.097	690	2.614	1.270	59
AIFV ⁶	3.336	-	3.860	6.160	2.500	68	540	300	253
Artilharia	6.894	-	13.420	5.293	9.684	1.774	11.067	3.040	239
Submarinos táticos	54	29	58	49	14	19	24	8	6
Porta-aviões	11	5	1	1	1	-	-	-	-
Porta-helicópteros	9	3	-	-	-	4*	1	-	2
Cruzadores	23	10	-	5	-	2	3	-	-
Destroieres	64	28	23	15	14	32	6	-	1
Fragatas	9	7	59	13	13	9	16	2	11
Corvetas	-	-	102 ¹²	69	8	6	33	6	-
Principais vasos anfíbios	31	10	4	-	1	3	3	-	3
Aeronaves táticas ⁷	3.424	-	1.966	1.112	785	542	603	80	163
Caças de 4ª-5ª Geração	2.821	418+	853	720	364	291	273	46	110
Aeronaves transporte ⁸	658	20+	84	177	36	63	18	-	33
Helicópteros transporte ⁸	2.645	-	383	375	67	129	219	17	88
Aeronave reabastecimento	530	44+	18	15	6	6	-	-	5
AEW&C ⁰⁹	111	27+	27	18	4	17	4	-	6
Satélites ¹⁰	134	-	77	99	12	8	?	-	1

¹Mísseis Balísticos Intercontinentais (+5.500 km). ²Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário (3.500-5.500 km). ³Mísseis Balísticos de Médio Alcance (1.000-3.500 km). ⁴Mísseis Balísticos de Curto Alcance (300-1.000 km). ⁵Main Battle Tank, principal blindado pesado de assalto. ⁶Armored Infantry Fighting Vehicle, blindado de combate leve e transporte. ⁷Caças de todas as gerações, turboélices de ataque ao solo e aeronaves antissubmarino e antinavio. ⁸Inclui transporte médio e pesado. ⁹Airborne early warning and control, aeronave de comando, controle e comunicações para gerenciamento do campo de batalha. ¹⁰Inclui satélites militares ou de uso dual. ¹¹Apenas o Comando do Pacífico dos EUA. ¹²Inclui catamarãs da classe-Houbei por sua capacidade de disparar mísseis cruzadores antinavio. ¹³Estimado com base no número de baterias 9K720 Iskander-M já operacionais. ¹⁴Pode adaptar caças táticos (Mirage 2000H e Su-30MKI) para a função. ¹⁵Aproximado com base no número de lançadores da classe-Hymonmu, capazes de atingir até 800 km, porém dependem de autorização política com base nas obrigações do país com o MTCR. ¹⁶O país considera seu corpo de milícias como reserva principal das forças armadas.

Fontes: IISS (2018), JANE'S (2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2018e, 2018f, 2018g, 2018h) e SIPRI (2017).

Do mesmo modo, esses princípios se aplicam aos mísseis de maior alcance, como os MRBM, IRBM e ICBM. Entretanto, enquanto o último diz respeito à dissuasão nuclear, os dois primeiros têm funções diferentes daquelas destacadas no parágrafo anterior, uma vez que representam sistemas intensivos em tecnologia, com quantitativos mais escassos e capazes de acelerar a escalada para uma guerra de alta intensidade ou mesmo nuclear. Assim, seu uso seria voltado para alvos de alto valor antes mesmo desses adentrarem o teatro de guerra, inviabilizando assim seu acesso e sua projeção de força. Nas chamadas capacidades de antiacesso, tem-se os mísseis DF-16, os da série DF-21 – especialmente sua versão antinavio, o DF-21D, cujo alvo prioritário seriam porta-aviões – e os novos DF-26, os quais ameaçam diretamente o acesso de um ator extrarregional na segunda cadeia de ilhas, ou mesmo o uso de bases mais distantes, como é o caso da estadunidense na ilha de Guam (MONTGOMERY, 2014). O foco seria desabilitar os nódulos centrais da rede informacional adversária, objetivo também perseguido através do desenvolvimento de capacidades antissatélite (ASAT), colocando a China na vanguarda nesse sentido (HEGINBOTHAM, 2015)⁴⁴. Frente aos sistemas de antiacesso, a possibilidade de interceptação por defesas antimísseis é baixa (ARBATOV; DVORKIN; BUBNOVA, 2013)⁴⁵.

Deve-se destacar, entretanto, que as exigências técnicas dos mísseis balísticos antinavio são grandes, englobando necessidade de satélites, radares e sensores capazes de adquirir alvo, guiar projéteis e se defenderem ou serem defendidos contra sistemas supressivos. Essas dizem respeito a necessidade de integração total entre os sistemas que compõem a rede, indo desde aeronaves não-tripuladas munidas de radares em posições avançadas até a própria garantia de sobrevivência dos satélites de guiagem em um contexto de guerra entre as grandes potências. Só nessas condições os sistemas de longo alcance conseguiriam vencer, de fato, a curvatura da terra e atingirem seus alvos (BIDDLE; OELRICH, 2016). Pouca informação se tem sobre a capacidade chinesa em operacionalizar de fato seus sistemas, embora o país esteja investindo bastante em uma arquitetura de ponta em C4ISR e processamento de dados, além de alegar ter realizado testes exaustivos que garantam suas condições para o emprego dos mísseis (HEGINBOTHAM, 2015).

⁴⁴ Em 11 de janeiro de 2007, a China destruiu um satélite próprio a uma altura de 850 km (órbita baixa) utilizando um míssil balístico com ogiva de energia cinética (i.e. sem explosivo). Em 2013, a China lançou um míssil ao espaço profundo, atingindo entre 10.000 e 35.000 km. Segundo especialistas, “o sistema parece designado para colocar um veículo para *kinetic kill* em uma trajetória profunda do espaço, podendo atingir a órbita média da terra (MEO), a alta órbita elíptica (HEO), e a órbita geoestacionária da terra (GEO)” (HEGINBOTHAM, 2015, p. 249).

⁴⁵ O DF-21D, por exemplo, é equipado com veículo de reentrada manobrável (MaRV) e tem um alcance aproximado e 2.000 km, enquanto o DF-26 pode atingir até 3.500 km (HAGT, 2009; JANE’S, 2018a).

Por outro lado, o sistema integrado de defesa área (IADS) da China é composto primordialmente por mísseis superfície-ar (SAM), por radares de alerta antecipado e por aeronaves de interceptação. Com a incorporação da digitalização, as defesas expandiram seu raio de cobertura, sua capacidade de engajamento e sua mobilidade, especialmente radares e SAMs embarcados em caminhões, capazes de realizar lançamento vertical (TEL), diminuindo a exposição frente ao fogo supressivo inimigo e aumentando a capacidade de concentração de fogo e mobilidade (BIDDLE; OELRICH, 2016; HEGINBOTHAM, 2015; KOPP, 2008).

A Figura 2 representa a evolução do alcance dos SAMs chineses, representando a camada mais densa da defesa chinesa, abarcando os principais centros industriais e boa parte do mar territorial. Esses SAMs são importados – como as 160 baterias do S-300 e mais recentemente 16 baterias do S-400 – ou endógenos – como os antigos HQ-2, o HQ-9 e H-12 e o mais moderno HQ-16⁴⁶. Ademais, há parte da defesa área baseada no mar, com função de expandir a profundidade estratégica dentro da primeira cadeia de ilhas⁴⁷. Quanto aos radares, o país desenvolve uma complexa cadeia de sistemas, mesclando radares de arranjo fásico de última geração e radares além-do-horizonte convencionais, bem como aeronaves AEW&C para gerenciamento de batalha na região do Indo-Pacífico (WEEDEN; CEFOLA; SANKARAN, 2010)⁴⁸. Há ainda as aeronaves de interceptação, compostas em sua maioria por aeronaves de 4ª geração, como o J-10, J-11, Su-27, J-16 e Su-30 MKK, em geral com raio de combate que vai além da primeira cadeia de ilhas (HEGINBOTHAM, 2015).

Já as capacidades chinesas de negação do mar estão distribuídas entre as lançadas do continente, de aeronaves, de submarinos e de vasos de superfície. No primeiro caso, tem-se predominantemente mísseis cruzadores antinavio (ASCM) baseados em terra, produzidos de forma modular, como é o caso do YJ-83, que podem ser adaptados para lançamento em diferentes plataformas e representam ativos importantes pela possibilidade de produção em

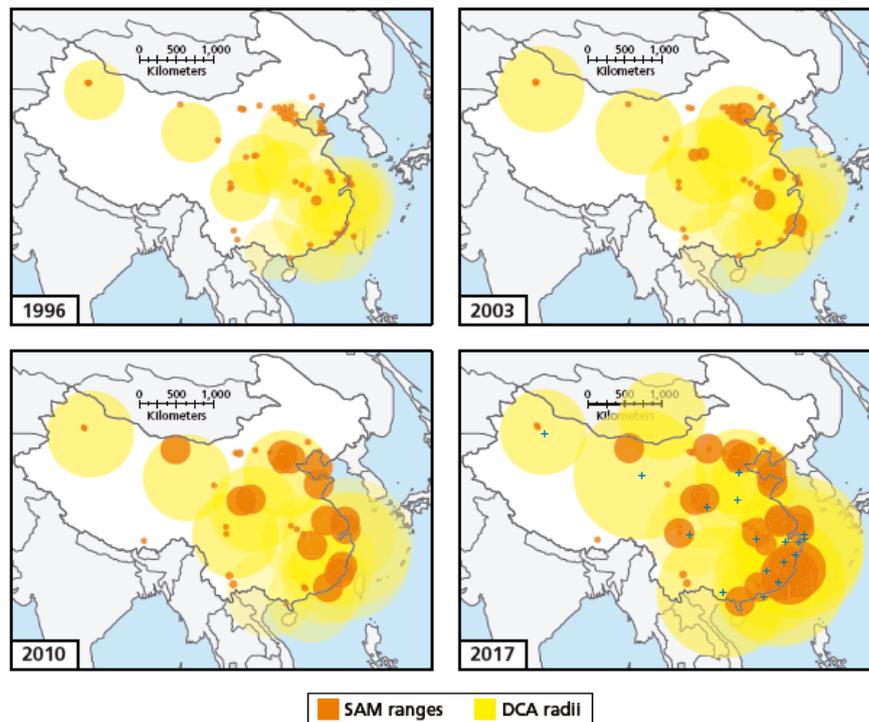
⁴⁶ Enquanto o HQ-2 continua numericamente significativa, o sistema foi modernizado, tem-se o mais moderno HQ-12, com radar, alcance e eletrônica aprimorados. O sistema S-300PMU foi adquirido da Rússia em grandes números, assimilado, modernizado e produzido endogenamente na forma do HQ-9 (com radar AESA). Além disso, o país recentemente comprou o sistema S-400 também da Rússia, considerado por muitos o estado da arte em SAM; o sistema inclui um radar de arranjo fásico AESA e é capaz de engajar aeronaves, mísseis cruzadores e mísseis balísticos a altitudes de mais de 400 km e velocidades de 4,8 km por segundo (HEGINBOTHAM, 2015).

⁴⁷ Nessa função tem-se os destróieres do Tipo 052C e Tipo 052D, capazes de carregar aproximadamente 50 células do SAM HQ-9 cada. Além disso, vasos mais leves como o Tipo 053H3, Tipo 054 (ambos HQ-7) e o Tipo 054A (HQ-16), possuem importante função de cobertura aérea (O'ROURKE, 2018).

⁴⁸ O país possui pelo menos 8 radares de arranjo fásicos terrestres com alcance de mais de 3.000 km localizados em todo o território nacional e capaz de cobrir uma área que vai da Turquia a Ilha de Guam no Pacífico e do norte da Rússia até a Indonésia (WEEDEN; CEFOLA; SANKARAN, 2010). Juntamente aos radares embarcados e à rede de radares além-do-horizonte (OTH), são capazes de monitorar todo o espaço aéreo asiático e da Oceania (HEGINBOTHAM, 2015). Para gerenciamento de batalha, a China dispõe 27 aeronaves de alerta antecipado (AEW), atrás apenas dos EUA (111), destaque para os 4 KJ-2000, munidos de radar de arranjo fásico (AESA) endógeno e supercomputador embarcado (IISS, 2018).

larga escala, pela mobilidade de suas plataformas lançadoras e pelo potencial em encobrimento e concentração de fogo (GORMLEY; ERICKSON; YUAN, 2014)⁴⁹. Quanto às aeronaves, tem-se o bombardeiro H-6G (30 unidades), e os caças JH-7A (120 unidades) e Su-30MK2 (24 unidades), todos munidos de ASCM e com raio de combate de pelo menos 1.500 km (HEGINBOTHAM, 2015).

Figura 2 - Evolução do Sistema de Defesa Aéreo Integrado (IADS)



Fonte: Heginbotham (2015, p. 109)

Entretanto, as capacidades antissubmarino do país ainda são pouco diversificadas, predominantemente apoiadas em submarinos, representando um ponto sensível da defesa chinesa. As capacidades aéreas antissubmarinas baseiam-se em helicópteros (Z-8 e Z-9C) e em poucas aeronaves de patrulhamento marítimo (SH-5 e Y-8X), o primeiro tendo um alcance reduzido, dependendo de vasos de superfície para alcançar distâncias maiores ao preço de diminuir sua segurança, enquanto as aeronaves são escassas – apenas três de cada tipo estão em serviço (IISS, 2015)⁵⁰.

⁴⁹ Essa defesa de costa é formada principalmente pelo míssil cruzador YJ-62 com alcance entre 280 e 400 km e suplementada pelo russo 3M-54 *Klub* e seu equivalente endógeno YJ-83 com alcance de pelo menos 200 km e pelo YJ-8 com alcance de 42 km (GORMLEY; ERICKSON; YUAN, 2014).

⁵⁰ Alguns esforços para melhorar essa condição, no entanto, estão em andamento, como o próprio comissionamento acelerado das novas corvetas Tipo 056 e o desenvolvimento da aeronave Guaxin-8 (equivalente ao P-3 Orion estadunidense) – especula-se que uma unidade já esteja operacional (HEGINBOTHAM, 2015, p. 208-210).

Por outro lado, o país possui a segunda frota de submarinos táticos mais numerosa no mundo, vide Tabela 01. Embora historicamente criticados pela baixa qualidade técnica, os modelos recentes figuram entre os mais silenciosos, como os últimos submarinos da classe Kilo (636) e o Yuan (Tipo 041) (O'ROURKE, 2018). Como a maioria de seus submarinos táticos possuem propulsão convencional (49 de 58), evidenciam uma área operacional limitada, voltada para proteção das linhas marítimas e função antinavio e antissubmarino.

Os vasos de superfície, por sua vez, são os principais elementos da rede antinavio do país, baseando-se em sistemas modernos e diversificados. Os vasos pesados, como os destróieres do Tipo 052C e o 052D, possuem complexidade crescente, alguns dotados de radares de arranjo fásico no estado da arte, bem como de mísseis antinavio modernos e produzidos endogenamente como o YJ-83 e YJ-62⁵¹. Os vasos médios e leves, como as fragatas da classe *Jiangkai* e *Luda*, as corvetas da classe *Jiangdao* e os catamarãs da classe *Houbei*, são capazes de realizar funções típicas de embarcações maiores graças à adaptações e modernizações, como a tecnologia de disparo a frio, por exemplo, que permite a elas fazer essa função e desabilitar vasos de até 30 vezes o seu peso⁵² (O'ROURKE, 2018).

Esse perfil indica a busca pelo controle do mar territorial e pela capilarização da estrutura informacional e de negação do mar na região da primeira cadeia de ilhas. Em termos quantitativos, percebe-se uma preponderância sobre todos os atores da região – exceto em relação aos EUA nos vasos pesados. Entretanto, a preferência por sistemas menores é explícita, já que com incrementos técnicos podem desempenhar funções equivalentes a um custo substancialmente menor. A partir da informatização de todos elementos, mesmo de vasos leves, forma-se uma rede de sistemas complementares, capazes de se concentrar com agilidade e punir a exposição de um atacante, enquanto que, em um eventual contra-ataque, pode-se evadir com mais facilidade as contramedidas inimigas e ameaçar o seu centro de gravidade com sistemas leves (LI, 2014).

Por fim, tem-se os sistemas chineses de guerra eletrônica e ciberguerra, elementos da sua “dissuasão estratégica integrada” (CHASE; CHAN, 2016b). No primeiro caso, esse tipo de contestação informacional inclui boa parte dos sistemas já citados aqui, como aeronaves de guerra eletrônica e SAMs, que visam paralisar as ações adversárias no espaço

⁵¹ Além de radares de arranjo fásico, vários deles são dotados de radares OTH como o Tipo 956/956EM, Tipo 052B, Tipo 052C, Tipo 052D, Tipo 051C, Tipo 054A, formando uma rede de consciência de situação abrangente e capaz de fornecer informação em tempo real sobre a área operacional até a primeira cadeia de ilhas (HEGINBOTHAM, 2015).

⁵² Por exemplo, o Tipo 056 pode carregar 4 mísseis YJ-83 com peso de 190 kg e alcance de 250 km, enquanto que o Tipo 022, a despeito de seu peso baixíssimo, consegue suportar 8 YJ-82 com peso de 165 kg e alcance de 120 km (O'ROURKE, 2018). Devido ao seu tamanho reduzido, ambas também compõem uma importante parcela da defesa dos rios (águas marrons) do país, bem como podem ser produzidas em escala.

eletromagnético, seja através de mísseis antirradiação ou sistemas ASAT (COSTELLO; MATTIS, 2016). Já o segundo envolve o trabalho de *crackers*, atividades de inteligência e outros tipos de ataques cibernéticos, visando ganhos defensivos e ofensivos. Forma-se, assim, uma primeira linha de dissuasão e de mobilização da população chinesa para demonstrar apoio e coesão em torno do governo (COSTELLO; MATTIS, 2016; POLLPETER; CHASE; HEGINBOTHAM, 2017). Os resultados concretos mais explícitos residem especialmente na questão da espionagem industrial e nos ganhos em tecnologias sensíveis (CHEUNG, 2016).

Em suma, da perspectiva das capacidades, por um lado, a China apresenta grande preponderância regional e, mesmo comparado às grandes potências, possui elementos suficientes para manter um nível seguro de dissuasão (CHASE; CHAN, 2016b). Por outro lado, a modernização desses sistemas, mesmo acelerada, ainda precisar completar o processo de irradiação para além de núcleos específicos de alta tecnologia⁵³. Entretanto, dado o conjunto de variáveis político-econômicas favoráveis, mesmo a partir de análises mais pessimistas, isso parece ser uma questão de tempo (BIDDLE; OELRICH, 2016; CHASE et al., 2015).

Sem embargo, mesmo no plano militar, integrar as capacidades materiais e tecnológicas a um emprego de força eficiente depende, especialmente no contexto da digitalização, de variáveis menos objetivas, como estrutura organizacional, treinamento, integração entre as forças, logística, dentre outros. Como visto, as orientações estratégicas chinesas reconhecem essas demandas, porém, similarmente, demonstram ciência sobre as lacunas atuais de suas forças nesse sentido.

Em 2015, Xi Jinping anunciou importantes reformas estruturais no ELP, trocando o sistema de regiões militares, onde os serviços eram pouco integrados e subordinados diretamente às forças terrestres, por estruturas unificadas centrados em Comandos de Teatro (TC)⁵⁴ (BLASKO, 2016). O núcleo dessas mudanças é a criação de uma estrutura conjunta permanente de comando e controle, sob tutela civil. Em suma, podem melhorar a capacidade

⁵³ É o caso já citado da modernização dos MBTs e do problema da heterogeneidade dos caças, congregando caças de segunda e terceira geração aos novos caças de quinta geração (J-20 e J-31) (CHASE et al., 2015),

⁵⁴ Com prazo até 2020, as reformas incluem: estabelecer os cinco Comandos de Teatro, reorganização do CMC (15 departamentos funcionais substituíram os quatro departamento gerais, reportando-se diretamente à CMC; C2 passa a ser liderado pelo Estado-Maior Conjunto (*Joint Staff Department*); instituir a Força de Apoio Estratégico (*Strategic Support Force*), unificando as capacidades espaciais, ciber e de guerra eletrônica; estabelecer o Centro de Comando para Operações Conjuntos (*Joint Operations Command Center*), a fim de exercer um comando unificado da operação entre as quatro forças; instituir a Força de Apoio Logístico Conjunto (*Joint Logistics Support Force*), com centrais nos Comandos de Teatro; estabelecer o Escritório de Operações Além-Mar, coordenador das ações de não bélicas e de cooperação internacional; desmobilizar 300.000 em pessoal, focando-se nas funções não ligadas ao combate, como administração, cultura e academia (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

chinesa de conduzir operações conjuntas por três motivos: (1) desenvolve infraestrutura física e procedimentos operacionais centralizados entre o CMC, os quartéis-generais conjuntos e os serviços; (2) introduz mecanismos de planejamento operacional que inclui *inputs* vindos de todos os serviços; e (3) torna regulares os exercícios e treinamentos conjuntos dentro dos TC, os quais serão cada vez mais complexos e focados em missões realistas (WUTHNOW, 2017). Além disso, o recém-criado Estado-Maior Conjunto foi liberado da maioria de suas funções administrativas e econômicas, focando-se no planejamento estratégico e no comando e controle das tropas (KOKOSHIN, 2016).

Isso decorre diretamente da demanda pelo desenvolvimento das operações conjuntas integradas, modelo destacado nas orientações estratégicas chinesas desde meados da década passada (FRAVEL, 2016). Assim, a reforma instituiu a Força de Apoio Estratégico (SSF), situada em posição autônoma na estrutura organizacional, não estando vinculada diretamente a nenhum dos serviços, responsável pelo espaço-sideral, ciberespaço e guerra eletrônica. Seu objetivo é fornecer apoio informacional dentro e fora do campo de batalha, a fim de que seja possível estabelecer superioridade nesses domínios, além de viabilizar operações integradas entre os serviços (POLLPETER; CHASE; HEGINBOTHAM, 2017).

Destarte, diante dos desafios envolvendo as missões projetadas pela China para o uso da força, especialmente àqueles envolvendo Taiwan – como desembarques anfíbios, rompimento e estabelecimento de bloqueios⁵⁵ –, a preocupação com as operações conjuntas integradas perpassa todas as esferas do planejamento de guerra do país. Segundo McCauley (2017b), dentre as iniciativas, pode-se elencar: pesquisa e teorização sobre comando e *jointness*; desenvolvimento de forças de combate modulares capazes de agir tanto em nível conjunto quanto combinado; melhorar sistemas de C4ISR para sustentar a integração dos serviços; aprimorar as capacidades logísticas conjuntas e integradas para apoiar missões no nível das campanhas e tático; aumentar a autonomia dos comandantes; implementar projeções para desenvolvimento de novas lideranças; intensificar treinamentos de comando e controle, de grupos conjuntos, exercícios transregionais, exercícios integrados em larga escala e desenvolver simulações (MCCAULEY, 2017b)⁵⁶.

⁵⁵ Segundo O’Hanlon (2009), mesmo com preponderância material, a China teria dificuldades para realizar uma invasão anfíbia em Taiwan, por isso tem optado por opções envolvendo diplomacia coercitiva, imaginando cenários com barragem de mísseis e/ou bloqueio naval, os quais são limitados por carecerem de poder terrestre local. Isso ocorre devido aos requisitos para um desembarque anfíbio bem-sucedido, os quais envolvem pelo menos dois fatores dos seguintes: superioridade aérea, vantagem inicial em tropas no ponto de ataque; vantagem em acúmulo de equipamentos no ponto inicial do ataque.

⁵⁶ A ideia do sistema-de-sistemas tem conduzido mudanças substanciais no nível tático e operacional. Um exemplo é o estabelecimento das chamadas “unidades operacionais”. Conforme McCauley (2017b), elas representam a unidade básica que pode realizar uma missão. Assim compreendem elementos operacionais

Isso condiz com o conceito de ISSSO, onde a China agrega sua interpretação da guerra centrada em rede, inclusive com algum conteúdo normativo da RMA, gerando debates internos sobre a pertinência das prescrições baseadas na iniciativa. Por um lado, Chase *et al* (2015) reconhecem, inclusive, uma tendência de analistas do ELP em sobre enfatizar os efeitos positivos da iniciativa na guerra de informação, ignorando as limitações e consequências adversas inerentes a essas posturas. Por outro lado, McCauley (2017b) considera esse processo como natural e positivo, uma vez que inseriria as forças armadas chinesas na era da informação. De qualquer forma, o impasse entre as tendências não impede algum consenso, como as modernizações em termos de comando e controle, de aumento da flexibilidade e de qualificação técnica (LI, 2014).

Na prática, essas inovações são difíceis de mensurar. Analisando os exercícios militares, porém, percebe-se uma mudança significativa desde o início da presente década. Segundo relatório do Departamento de Defesa dos EUA (2017), há um foco em executar operações conjuntas complexas de larga escala, as quais incluem um realismo progressivo durante os exercícios, treinamento de campanhas estratégicas, execução de manobras de longo alcance e operações de mobilidade⁵⁷. Embora a qualidade dos exercícios ainda esteja aquém do projetado pelos próprios analistas do ELP em termos de operações integradas conjuntas

de todos os serviços, organizados por tarefas para realizar missões específicas. É a base do conceito de unidades modulares, as quais podem agir de forma independente ou rapidamente agruparem em forças modulares maiores. Nas forças terrestres, a unidade operacional básica são os batalhões de armas combinadas, que organizados em conjuntos constituem as formações conjuntas de campanha. As formações táticas e de campanha são a operacionalização do sistema-de-sistemas (MCCAULEY, 2017b). A nível operacional, na coordenação dessas unidades, está o Comando Organizacional das Campanhas Conjuntas; segundo Engstrom (2018), “*the joint campaign command organization [联合战役指挥机构] is the highest-ranked tier and is enacted for all campaigns (whether small-, medium-, or large-scale) and is the ultimate command authority for an operational system. The joint campaign command organization is directly subordinate to the supreme command. Within the joint operations command organization are the joint operations commander and his or her deputy commander, their staffs, and two command posts. Under the former MR system, these individuals were appointed by the supreme command to serve as the theater commander and the deputy theater commander when conflict was either being planned for or had broken out. Now, under the new theater command concept that recently replaced the MR [regiões militares] system, the commander of the joint campaign command organization (an operational system unto itself) is the theater command commander. This means that the joint campaign command organization, unlike most of the other components of the operational system, is already constituted in peacetime, thus smoothing the transition to wartime. In wartime, the joint operations commander and deputy commander, along with their respective staffs, relocate from their theater command headquarters to the locations designated as the main command post and the alternate command post, respectively. From these locations, as well as possibly other subordinate command posts headed by commanders in the subordinate command hierarchy outlined later, the operational system is provided with robust and redundant C2*” (ENGSTROM, 2018, p. 30–31).

⁵⁷ Em 2016, por exemplo: Maio - exercício da Marinha do ELP no Mar do Sul da China, Pacífico Ocidental e leste do Oceano Índico (interdição e assalto anfíbio; demonstrou coordenação envolvendo operações dispersas em uma área grande); Agosto - MELP conduziu exercícios no mar do Japão, bombardeiros de longa distância em funções antinavio; Setembro - ala aérea da Força Aérea do ELP em exercícios do Canal de Bashi e o Mar das Filipinas, pouco depois mais de 40 aeronaves fizeram exercícios no Mar do Leste através do Estreito de Miayo e o Mar das Filipinas, representando o maior e mais complexo treinamento de ataque de longa distância do país (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

(CHASE et al., 2015), há uma evolução se comparado com os treinamentos progressos, tendo menos elementos roteirizados e com adversários mais qualificados (LOGAN, 2017)⁵⁸.

Dessa forma, a análise do desempenho tático e operacional chinesa é menos conclusiva do que a análise das capacidades. Entre os analistas, as visões mais pessimistas insistem em evidenciar os pontos deficitários, como o baixo controle civil, a corrupção, os baixos salários, a centralização excessiva, a baixa integração e qualificação das forças, a falta de experiência de combate e a logística com redundâncias desnecessárias e pouco eficiente (CHASE et al., 2015). De certa forma, isso condiz com a própria avaliação do país, que admite que suas forças armadas ainda precisam atingir as demandas da guerra sob condições de informatização. Mesmo os mais otimistas reconhecem o caminho a ser percorrido pela China nesse quesito, embora identifiquem um viés nítido de evolução (MCCAULEY, 2017b).

2.2.4 Aspectos políticos

A eficiência da imposição de uma zona contestada vai além dos aspectos estritamente militares, dependendo de questões como mobilização nacional, legitimidade e alianças. A mobilização de setores estratégicos da sociedade chinesa em torno do ELP decorre principalmente do conceito de guerra popular, onde os setores civis são centrais para defesa e segurança nacional. Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional de 2002:

Em face das novas mudanças na guerra moderna, a China persiste em se basear no povo para construção da defesa nacional, em aflorar a sensibilidade do povo sobre a defesa nacional, em instituir forças armadas que combinam estruturas menores porém adequadas com uma reserva de força poderosa; assenta o princípio de combinar forças para tempos de paz e para tempos de guerra, unindo o exército com o povo, e tendo uma reserva entre o povo, melhorando os mecanismos de mobilização com um escopo de mobilização expandido, e estabelecendo um sistema nacional de mobilização para defesa nacional condizentes com a guerra moderna; e adere a aplicação flexível de estratégias e táticas, criando novos modos de lutar a fim de aproveitar ao máximo a força da Guerra Popular (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2002, tradução nossa).

O conceito serve como elemento de dissuasão, visando o desenvolvimento de tecnologias duais e mesmo mobilização civil direta para apoio das operações militares. Desde a década passada o país vem desenvolvendo um sistema de apoio civil-militar, o qual pode

⁵⁸ Por exemplo, o ELP estabeleceu diversas unidades de elite com função específica de representar forças inimigas nos treinamentos. Para isso, adotam táticas e são formadas aos moldes do possível adversário, geralmente EUA e Taiwan. Enfrentando essas forças, passou-se a escolher aleatoriamente unidades em meio ao ELP, não mais sendo pré-definidas como o eram antes de 2016. Nesse sentido, diminuiu-se a preocupação com o resultado final e passou-se a valorizar as lições aprendidas. Devido a essas condições, as unidades “adversárias” vem tendo uma taxa de vitória 94%, demonstrando certa fragilidade do ELP, porém servindo aos propósitos do treinamento (LOGAN, 2017).

fornecer apoio logístico às tropas em tempos de guerra ou paz, impulsionando os efeitos militares e econômicos (CHASE; CHAN, 2016b). O Livro Branco de Defesa (2008), por exemplo, estabelece como prioridade a integração entre a indústria civil e militar, bem como a capacidade de mobilização econômica a fim de cumprir com as necessidades das operações defensivas sob condições de informatização (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2008).

As reformas de 2015, nesse mesmo sentido, criaram o Departamento de Mobilização para Defesa Nacional, que está sob comando direto do CMC e é responsável por liderar e gerenciar os comandos militares provinciais que lideram a defesa das fronteiras e da costa chinesa, bem como das unidades de reserva e de milícia (BLASKO, 2016). Em termos de recursos humanos, há uma mudança de perfil tanto nos recrutas militares⁵⁹ quanto nas forças auxiliares, as quais se qualificaram e passaram a ocupar funções mais específicas dedicadas à logística, à defesa aérea e a outras ocupações de caráter técnico⁶⁰. Assim, a mobilização nacional contribui diretamente para a dissuasão na medida em que demonstra uma propensão maior da China em suportar guerras de atrito e de evitar uma derrota militar rápida.

Contribuindo com a mobilização nacional e com a capilarização social das forças armadas, há um processo deliberado de sustentação da legitimidade do PCCh e do ELP (SHAMBAUGH, 1991). Apesar do fiador da estabilidade do regime ser principalmente econômico – tripé: crescimento econômico, manutenção do nível de emprego e aumento do

⁵⁹ Tradicionalmente reconhecidos como partes de uma grande massa de baixa formação, desde o início da década passou-se a incentivar estudantes universitários ou recém-formados, especialistas com alto nível de proficiência nas mais diversas áreas, a ingressarem nas forças armadas. Para isso, passou-se a aplicar políticas específicas, indo desde o oferecimento de benefícios sociais a esse pessoal mais qualificado, ou mesmo ampliando as perspectivas de progressão funcional dentro ou fora da carreira militar, até empréstimos estudantis para especializações após o tempo de serviço, dentre outros (CORDESMAN; COLLEY, 2015). O resultado dessa nova postura reflete na composição atual dos recrutas: enquanto em 2011 mais de dois terços dos ingressantes na carreira militar eram camponeses, já em 2014 esse número já havia diminuído para a metade do total de 400 mil recrutas (MOORE; BARREDA, 2016). A tendência, no entanto, é que cada vez mais o capital humano a ingressar nas forças armadas chinesas seja composto por universitários ou graduados.

⁶⁰ No Livro Branco de Defesa Nacional de 2006, consta que “unidades técnicas e especializadas ao invés de infantaria estão se tornando a espinha dorsal da milícia. A proporção da artilharia antiaérea, artilharia de solo, mísseis, comunicações, engenharia, antiquímica, reconhecimento, informações e de outras unidades técnicas especializadas está sendo aumentada. [...] Uma nova estrutura organizacional da milícia está tomando forma, com unidades técnicas especializadas e unidades com especialidades correspondentes servindo como corpo principal, além do crescente protagonismo de unidades de defesa aérea, unidades da Marinha, da Força Aérea, da Segunda Força de Artilharia e de unidades para emergências. O Estado tem aumentado o investimento no armamento e nos equipamentos da milícia, com prioridade para equipamentos de defesa aérea, pronta resposta e manutenção da estabilidade. O Estado tem descartado equipamentos antigos. A reforma do treinamento da milícia foi aprofundada; um sistema de quatro níveis para organização do treinamento foi implementado, sendo eles: comandos militares provinciais, comando militares da prefeitura, departamentos distritais ou municipais do Exército de Libertação Popular e departamentos básicos do Exército de Libertação Popular. Através do treinamento interligado, assim como do treinamento conjunto com outras unidades ativas do ELP, a milícia tem melhorado suas capacidades de conduzir a rápida mobilização e desenvolver as suas funções especializadas” (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2006, tradução nossa).

consumo e do bem-estar (GOLDSTEIN, 2005; KISSINGER, 2011)⁶¹ –, o ELP também possui papel central para legitimação. O conceito de “Três Guerras” é ilustrativo desse mecanismo. Citadas explicitamente em documentos oficiais a partir de 2003, elas passaram a ocupar o núcleo das tarefas políticas do ELP, sendo divididas em: guerra psicológica, guerra de opinião pública e guerra legal. Segundo Lee (2014), enquanto a primeira é mais geral e consiste em disseminar informações específicas através de meios diversos a fim de atingir objetivos políticos e militares, a segunda e a terceira são mais específicas e, respectivamente referem-se à opinião pública e às questões legais internas e externas. As três possuem dois aspectos: um ofensivo, destinado a agir sobre um adversário potencial, e um defensivo, buscando proteger suas forças armadas e povo de investidas psicológicas inimigas. Os métodos envolvem operações de mídia, propaganda, coerção, censura, dentre outros (LEE, 2014).

No cenário internacional, a China equilibra a expansão de suas capacidades com uma política não revisionista desde a administração de Deng Xiaoping em 1978 (SHAMBAUGH, 2013). Embora marcada por algumas crises, especialmente com Taiwan, a política externa do país foi caracterizada pela passividade e pela reatividade, focando no desenvolvimento de parcerias bilaterais, porém predominantemente comerciais, dentro e fora de sua região.

Entretanto, a partir da gestão Xi Jinping em 2013, o processo de legitimação internacional do país se tornou mais intenso. Segundo Yan Xuetong (2014), passou a ser desenvolvida uma política externa mais ativa, envolvendo meios não apenas econômicos, mas também políticos, militares e institucionais, a fim de consolidar um entorno estratégico harmônico, desenvolver relações políticas sólidas e proteger a soberania nacional, a segurança e o desenvolvimento. O papel dos valores e da legitimidade é explicitada em um dos pilares desse novo paradigma, chamado por Xi de “credibilidade estratégica”, insumo essencial para o país ressurgir enquanto grande potência e “autoridade humana”, envolvendo maior participação e responsabilidade internacional, inclusive em questões securitárias (YAN, 2014)⁶². Cabe referência, entretanto, que a transição entre os paradigmas é um processo em andamento (POH; LI, 2017), ocorrendo a partir de bases implementadas já nos anos 2000, intensificado após a crise financeira (CUNHA, 2011), como o aumento da participação nas organizações internacionais; o estabelecimento das “parcerias estratégicas” e aprofundamento

⁶¹ Para mais informações sobre a ascensão chinesa de uma perspectiva econômica ou de economia política, ver Cunha (2011), Tocchetto (2015) e Medeiros e Morais (2011).

⁶² Aqui está o maior contraste com a política externa gestada por Deng Xioping e dominante até a ascensão de Xi Jinping, a qual, segundo Shambaugh (2013), era marcada por passividade, pouca presença e capilaridade institucional e aversão a responsabilidades. Ademais, as constantes referências em discursos ao “Sonho Chinês”, bem como à “Autoridade Humana” almejada pela China, ilustram essa transição (POH; LI, 2017). Sobre a evolução da política externa chinesa, ver Silva (2015).

das relações bilaterais; a expansão dos laços econômicos; e a redução da desconfiança na esfera securitária (SHAMBAUGH, 2013).

Em termos práticos, Xi Jinping desenvolveu uma série de iniciativas; algumas partindo da esfera comercial, mas abarcando pontos estratégicos, indo desde questões políticas e de defesa até assuntos educacionais e culturais. Pode-se citar como exemplos: o fortalecimento e a expansão das ações e membros da OCX; aproximação com os países da ASEAN e criação de um novo fórum sobre questões de defesa no âmbito dos encontros da instituição; a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB); apresentação do Novo Conceito Asiático de Segurança (NASC), buscando criar uma nova arquitetura regional de segurança “comum, abrangente e cooperativa” e pretendendo tornar-se o principal provedor de segurança na Ásia Pacífico; e, o mais significativo, o lançamento da *Belt and Road Initiative* (BRI) (BAVIERA, 2016; POH; LI, 2017; SILVA, 2015)⁶³. Trata-se de uma estratégia abrangente de diversificação, fortalecimento do mercado e da logística, bem como de influência política e prestígio da China enquanto potência global (JOHNSON, 2016).

Essas iniciativas, no longo prazo, podem legitimar a criação de uma esfera de influência chinesa na Ásia Pacífico, na medida em que diminuem a ingerência de potências externas nos assuntos regionais (POH; LI, 2017). Em termos de zona contestada, entretanto, os efeitos são mais imediatos, visto que equilibram ações mais assertivas em matérias polêmicas e sensíveis para o país⁶⁴, como a questão das disputas marítimas, assim como forçam os países menos autônomos da região a manterem, no mínimo, uma condição de neutralidade na disputa entre China e Estados Unidos. Ademais, da perspectiva da defesa nacional, a situação não apenas contribui para o chamado balanceamento regional (MONTGOMERY, 2014), mas também diminui a possibilidade de uma guerra em múltiplos *fronts* e reduz as opções inimigas para utilização de bases regionais na projeção de força de um ator extrarregional. Em suma, possibilita que a China concentre seus esforços em teatros de guerra limitados e potencializa sua capacidade de sustentação do atrito.

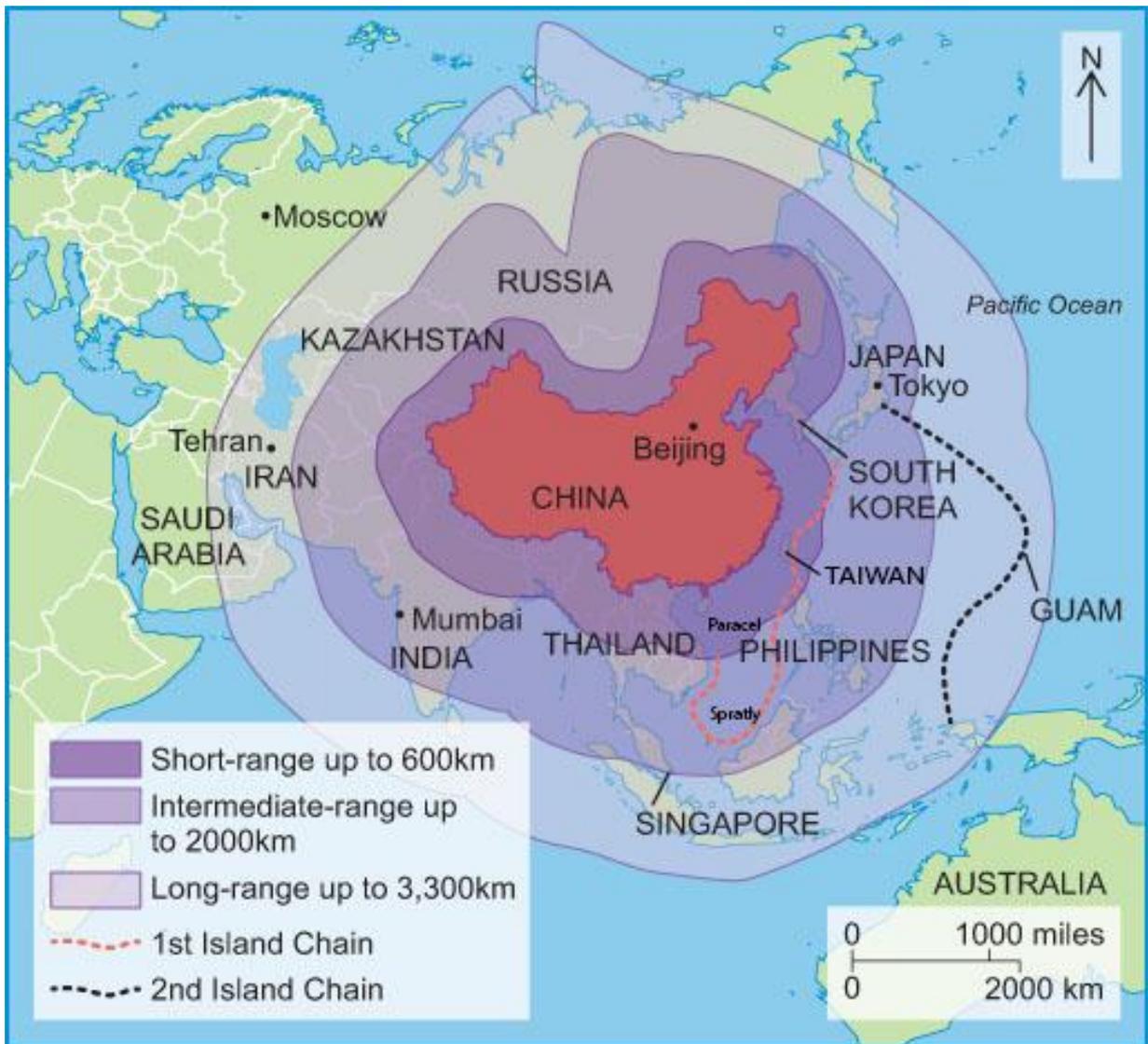
⁶³ A BRI é composta por milhares de quilômetros de rodovias, pontes, oleodutos, gasodutos, ferrovias e redes de comunicações, envolvendo mais de 60 países e um orçamento estimado entre USD 4 e USD 8 trilhões. Um dos objetivos principais do projeto é garantir a segurança energética do país, o qual conta com um mercado consumidor de mais de 1 bilhão de pessoas, tem crescimento econômico de 7% e ainda é fortemente dependente de importações no setor de energia para sustentar sua produção. Nesse sentido, é significativo a construção de gasodutos e oleodutos e terminais portuários e ferroviários, vindos desde a Ásia Central (Turcomenistão, Cazaquistão) ou do Oriente Médio (Irã, Arábia Saudita) e passando pelo Sul da Ásia (Paquistão, Sri Lanka, Mianmar), buscando eliminar a dependência chinesa das rotas marítimas pelo Estreito de Malaca (na Indonésia) e Ormuz (no Irã) (TAGOTRA, 2018). Cerca de 80% do fluxo de petróleo transportado por rotas marítimas passa por esses dois pontos de estrangulamento.

⁶⁴ É delicado, entretanto, o equilíbrio entre essas ações assertivas e as iniciativas de cooperação por parte da China. Baviera (2016), por exemplo, questiona a sustentabilidade desse modelo e argumenta que isso ainda deve ser posto a prova em momentos de crise.

2.3 DINÂMICA REGIONAL DA ZONA CONTESTADA CHINESA NA ÁSIA-PACÍFICO

Conforme o processo de consolidação dessas características da China avance, a tendência é que a situação da projeção de força na Ásia-Pacífico seja cada vez mais limitada. As variáveis analisadas permitem traçar alguns marcos operacionais da zona contestada chinesa⁶⁵, identificando-se três camadas, ilustradas pela imagem abaixo.

Figura 3 - Camadas Defensivas da República Popular da China



Fonte: adaptado de BBC (2018)

⁶⁵ A delimitação da área operacional do A2/AD é tema recorrente nos debates acadêmicos, representando matéria não consensual. Os números ainda são bastante divergentes: por um lado, há autores que estimam a capacidade de contestação chinesa como tendo raio pouco maior que 200 km; por outro lado, situando-se na outra extremidade, existem analistas que sugerem um raio de até 2.000 km. Para mais informações sobre essas e diferentes graduações, conferir Biddle e Oelrich (2016), Montgomery (2014), Beckley (2017), Tol *et al* (2010), Erickson *et al* (2017), Heginbotham (2015) e Till (2012).

A primeira, chamada aqui de defesa em linhas interiores, possui uma extensão total de 600 km da costa chinesa, ou aproximadamente 3 milhões de km² a partir da costa, e abrange boa parte dos mares próximos: Coreia do Sul, Mar do Japão, fração ocidental do Mar do Leste, Ilhas Rikyuu (inclusive Okinawa), Taiwan, estreito de Luzon e Ilhas Paracel. Esse espaço tende a se consolidar como área de efetivo controle por parte da China, através da contestação em todos os domínios simultaneamente: aéreo, naval, terrestre, espacial e ciber. Isso não significa, entretanto, uma espécie de comando absoluto chinês nessa região. Esse controle é relativo⁶⁶, e sua efetividade depende das capacidades adversárias e das missões planejadas, não garantindo, por exemplo, o sucesso de missões mais ofensivas e de projeção de força⁶⁷, como o caso de um desembarque em anfíbio em Taiwan, por exemplo⁶⁸. Pode-se dividir essa primeira camada em duas partes com diferente nível de densidade. Uma, com extensão de até 220 km, é função do raio dos principais sistemas antiaéreos do país baseados em terra, garantindo uma maior liberdade aos vasos de superfície e às aeronaves, até mesmo para alguma missão ofensiva (GOLDSTEIN, 2017). A outra, entre 220 e 600 km, é função da aviação de caça – apoiadas pelas aeronaves AEW&C –, mísseis balísticos e submarinos de ataque, restrita, em casos de maior simetria entre as forças, a operações defensivas ou de contra-ataque (BIDDLE; OELRICH, 2016).

A segunda camada, por sua vez, abrange uma área com raio aproximado de até 1.800 km, aproximadamente 12 milhões de km² a partir da costa, sendo função das aeronaves baseadas em terra com função antinavio e das capacidades antissubmarino (BLASKO, 2014). Nesse espaço, inclui-se parte da Segunda Cadeia de Ilhas, Japão, Filipinas, Malásia, Vietnã, Índia e as Ilhas Spratly no Mar do Sul. Aqui, a forma de contestação seria diferente, sem garantia de controle imediato por parte da China, mas com crescente grau de incerteza quanto

⁶⁶ Na teoria do poder naval, Corbett [1911] (2005) argumenta que o controle do mar não deve ser visto como uma condição absoluta ou um fim em si mesmo, como o conceito de comando do mar de Mahan, mas sim como um meio de utilizar o mar para fins operacionais e estratégicos ou para negar o uso por parte de um adversário. Till (2012) adiciona que o controle do mar possui diversas gradações: quanto maior, mais liberdade tem-se para o uso do mar – configurando-se, assim, em uma pré-condição para todas as outras atividades no e a partir do mar. De forma análoga, na teoria da guerra espacial, Klein (2006) argumenta que o comando do espaço nada mais é do que a capacidade de controlar o acesso de um adversário às linhas celestiais de comunicações, bem como garantir o seu próprio uso frente às tentativas contrárias.

⁶⁷ Biddle e Oelrich (2016), por exemplo, identificam três opções para a China impor a sua soberania sobre as áreas disputadas: (1) invasão dos territórios disputados (mais improvável pela invasão anfíbia); (2) ataques aéreos e/ou com mísseis para coerção (sucesso pouco provável, devido à limitação de bombardeios estratégicos); e (3) impor bloqueios coercitivos sobre os territórios disputados (mais crível).

⁶⁸ Sobre os resultados de uma eventual guerra por Taiwan: a despeito da grande capacidade chinesa de saturação, punição e coerção com mísseis balísticos ou cruzadores, diversos autores demonstram uma limitação do poder chinês em ocupar efetivamente a ilha através de um desembarque anfíbio (BECKLEY, 2017; MEARSHEIMER, 2007; O'HANLON, 2009; PORTER, 2015).

à liberdade de movimento de forças adversárias sem punição ou engajamento⁶⁹. A projeção de força a partir do país seria ainda mais limitada, restrita a ações pontuais de contra-ataque e interdição⁷⁰ ou a operações envolvendo ataques com mísseis de longo alcance em função de coerção, punição ou retaliação⁷¹. Em essência, tal área serviria para expandir a profundidade da defesa chinesa através do uso de minagem, submarinos convencionais e nucleares e as aeronaves de longo alcance, limitando o movimento do adversário e sua capacidade de concentração de forças, permitindo com que a China obtenha superioridade numérica em diferentes pontos da primeira camada defensiva – baseada nas linhas interiores (GOLDSTEIN, 2017; TILL, 2012).

A terceira camada, com alcance de até 3.300 km, mais de 24 milhões de km², compreende toda a Segunda Cadeia de Ilhas, o mar das Filipinas, Indonésia e Guam. Aqui, dado o menor número de sistemas com alcance compatível, não se pode falar em negação de área ou controle do mar. Similarmente, a projeção de força por parte da China em distâncias tão longas é restrita apenas à operações militares de cooperação e de não guerra (*operations other than war*)⁷². Entretanto, essa camada tem importante papel dissuasório, na medida em que compreende capacidades de longo alcance capazes de atingir alvos de alto valor, como porta-aviões e a principal base dos EUA na Ásia-Pacífico (Guam), especialmente com o uso de mísseis balísticos. Assim, pode-se impedir, frequentemente com a mera posse de tais sistemas, a entrada das principais plataformas de projeção de força cujo alvo seja o continente ou sistemas no mar interior à Primeira Cadeia de Ilhas, bem como ameaçar os nódulos principais da cadeia logística do adversário (JOHNSON, 2017; LIM, 2017).

Por conseguinte, da perspectiva dos Estados Unidos, principal ator extrarregional com ambições de projeção de força na região, essa situação demanda uma reformulação do arcabouço estratégico, operacional e institucional referentes a tais missões, tradicionalmente baseado na presença avançada, em capacidades de curto e médio alcance e na centralidade dos porta-aviões (UNITED STATES, 2010). Em xeque está a credibilidade estadunidense perante

⁶⁹ Esse é o espaço chamado por alguns autores de “Negação de Área”, vide Tol *et al* 2012. Adota-se aqui tal conceito, porém de uma perspectiva diferente: sem representar um espaço de absoluta negação de área, mas sim de incerteza e dissuasão (ERICKSON *et al.*, 2017).

⁷⁰ Aqui, inclui-se operações menores na retaguarda inimiga com forças especiais e interdição em profundidade para rompimento de linhas de comunicações – o que, no caso da China, seria realizado especialmente por mísseis balísticos, dado o baixo número de escoltas e a baixa autonomia dos submarinos.

⁷¹ Funções importantes e que geram certa dissuasão, mas que carecem de poder de definição em eventuais conflagrações, especialmente contra adversários melhor equipados. Para limitações do bombardeio estratégico e do poder aéreo como forma de definição militar, ver Pape (1996) e Mearsheimer (2007).

⁷² Mesmo no longo prazo, segunda metade desse século, ou com a frota porta-aviões planejada, de até cinco unidades, a projeção de força nesses espaços ainda não será factível, dado os estrangulamentos geográficos, da defesa e a capacidade dos outros países da região (BECKLEY, 2017; LI, 2014).

seus aliados regionais, tributária da capacidade de honrar os acordos de defesa mútua, especialmente com Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Nova Zelândia e Austrália, bem como de proteger as linhas marítimas de comunicações (ETZIONI, 2016b). Nessa dinâmica, a distância e terreno são variáveis frequentemente ignoradas: para projeção de força na região, os EUA precisam vencer milhares de quilômetros, sustentar forças cada vez mais intensivas em recursos a partir de linhas marítimas extensas ou de algumas bases dentro do alcance das capacidades chinesas; por outro lado, para defender-se, a China, não apenas tem a vantagem do território e da defensiva, podendo concentrar grandes quantidades de forças com relativa rapidez, mas também pode adotar orientações estratégicas mais seguras, baseadas em campanhas de interdição e de imposição de bloqueios, visando justamente isolar as bases avançadas e maximizar o atrito (MONTGOMERY, 2014).

Frente a expansão da zona contestada chinesa, a tendência é que os EUA passem a depender menos das bases avançadas, especialmente no Japão e na Coreia do Sul, recuando para fora das camadas defensivas mais densas da China e diversificando suas instalações em estruturas dispersas por toda a região – que demanda um adensamento das relações políticas com os governos locais –, processo já em andamento desde o rebalanceamento anunciado no governo Obama e que, na prática, manteve-se com Trump (CLARKE; RICKETTS, 2017; CLINTON, 2011; CULLEN, 2017). Exemplo é a instalação de baterias de mísseis antiaéreos na Coreia do Sul, venda de equipamentos similares ao Japão, deslocamento dos novos *Littoral Combat Ship* (LCS) para Cingapura e mobilização de 2.500 fuzileiros navais no norte da Austrália, em Darwin, situadas estrategicamente além do alcance dos mísseis chineses.

Entretanto, a complexidade de tal recuo é expressiva, na medida em que envolve compromissos históricos e divergências quanto as estratégias militares para contenção da China. Assim, o esforço dos EUA indica a busca por três caminhos. Primeiro, criar bolhas de segurança que abarquem suas bases avançadas dentro da zona contestada chinesa, materializada no Estudo Antimíssil, servindo tanto para defesa quanto para projeção de força local⁷³.

Segundo, desenvolver capacidades ofensivas de longo alcance capazes de se situarem fora da zona contestada e baseadas em sistemas furtivos, a fim de penetrar e desabilitar as defesas antiaéreas e outros nódulos do poder militar chinês. Como exemplo, cita-se o desenvolvimento da nova classe de bombardeiros *stealth*, vista como prioridade pelo governo

⁷³ Essa projeção, dada sua localização dentro da camada mais densa dos sistemas chineses, seria limitada predominantemente a ataques preemptivos. Para mais informações sobre as contradições da Defesa Antimíssil dos EUA, ver Martins e Cepik (2014).

estadunidense (UNITED STATES, 2012), o B-21 *Raider*, cuja quantidade mínima será de 100 unidades a serem entregadas na década de que vem pela Northrop Grumman a um custo estimado em até USD 23 bilhões, com adicionais de USD 550 milhões por aeronave (GERTLER, 2017). Além disso, tem-se o projeto de ataque global imediato e o desenvolvimento das tecnologias hipersônicas, que serviriam para neutralizar os principais nódulos da defesa chinesa a um preço ainda incerto e com consequências agudas sobre o equilíbrio internacional⁷⁴.

Terceiro, incentivar o desenvolvimento de capacidades defensivas próprias nos países da Ásia-Pacífico, através de parcerias, transferência de tecnologias ou a mera venda de equipamentos por parte dos EUA, a fim de limitar o ímpeto da China em eventuais crises e diminuir sua capacidade dissuasória. Aqui inclui-se o provimento de informações que só os EUA dispõem, envolvendo satélites e radares, mas também de equipamentos relativamente simples de negação de área, como mísseis antinavio para fechar os estreitos e impor um bloqueio naval à China, ou sistemas antiaéreos a fim de diminuir as possibilidades do adversário estabelecer superioridade aérea (BONDS, 2017; HAMMES, 2014; KELLY; ATLER; NICHOLS, 2013).

Na prática, os três vêm ocorrendo de forma simultânea, em maior ou menor grau dependendo do contexto local: os dois primeiros, materializam-se na ideia do Escudo Antimíssil e no conceito de *Air-Sea Battle*⁷⁵, enquanto que o segundo condiz com a ideia do *Offshore Control*⁷⁶. O resultado, destarte, será a imobilização das bases situadas na primeira camada defensiva da China (até 600 km), a incerteza sobre a projeção de força na segunda camada defensiva (até 1.800 km) – cujo resultado dependerá em grande medida de quem tomar a iniciativa, gerando instabilidade – e um nível ainda incerto de vulnerabilidade das bases na terceira camada (até 3.300 km) – mas que não serão os tradicionais portos seguros para as forças estadunidenses (BIDDLE; OELRICH, 2016; DOBBINS et al., 2017; ERICKSON et al., 2017; GOLDSTEIN, 2017; HEGINBOTHAM, 2017; TILL, 2012).

Por consequência, as ações dos países na Ásia-Pacífico serão constrangidas por essas condições, gerando incerteza e, a depender da interação China-EUA, aumentando o risco de

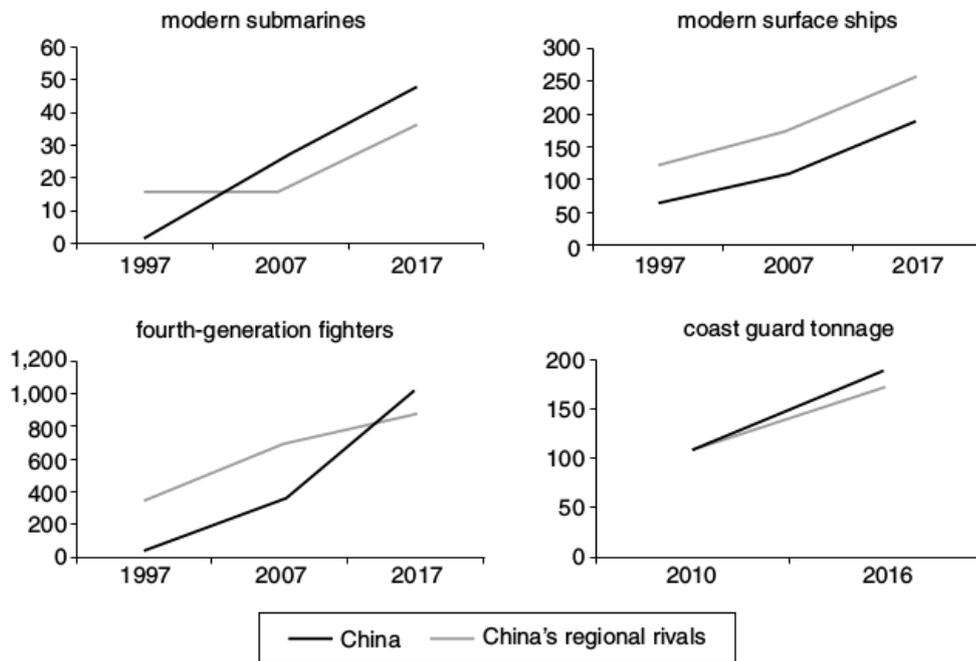
⁷⁴ Sobre isso, ver Simionato dos Santos e Cepik (2017).

⁷⁵ Atualmente também chamado de Conceito de Acesso e Manobra Conjunta nos Comuns Globais (JAM-GC), tem sido implementado desde 2010 e busca realizar ataques integrados e em profundidade nos centros de Comando e Controle e dos sistemas de lançamento, antiaéreos (SAMs) e de estocagem do adversário, para desestabilizar, destruir e derrotar suas defesas (ETZIONI, 2016a; UNITED STATES, 2012).

⁷⁶ Surgiu em contrapartida ao *Air-Sea Battle*, cujo foco reside na ofensividade e preempção, busca trabalhar com aliados regionais para interditar as importações e exportações chinesas, interceptando seus navios comerciais, enquanto incentiva a construção de capacidades defensivas próprias dos países da região, buscando dissuadir a China através do seu esgotamento econômico (HAMMES, 2014).

escalada. Destaca-se, entretanto, que não se vislumbra, no futuro próximo, algum tipo de hegemonia militar da China na região. Apesar da expansão da zona contestada, há um equilíbrio no balanço de forças entre o país e o somatório das capacidades dos vizinhos – a tonelagem da marinha chinesa corresponde à 30% da tonelagem total regional⁷⁷. A Figura 4 compara alguns sistemas selecionados, indicando que, pelo menos no quantitativo, a superioridade não garante capacidade de ação unilateral, dependendo da capacidade política, inclusive da variável legitimidade elencada anteriormente.

Figura 4 - Balanço de Forças Regional



Fonte: Beckley (2017, p. 82)

A análise do inventário dos países na região, também demonstra uma evolução expressiva de suas capacidades militares. Por exemplo, o Japão ainda possui as forças armadas mais avançadas da região, com o maior número de vasos pesados, especialmente destróieres e porta-helicópteros, está em processo de aquisição de caça de 5ª geração, bem como possui boa capacidade antissubmarino (IISS, 2018). Taiwan vem desenvolvendo uma força capaz de oferecer uma resistência suficiente para gerar dissuasão e inviabilizar um desembarque anfíbio na ilha, dificilmente sustentando medidas independentistas, porém tornando excessivamente custosa uma ocupação por parte da China, que até pode impor

⁷⁷ Comparado aos números de outras hegemônias navais históricas, como dos EUA na América e do Japão Imperial na Ásia, os números são baixos, uma vez que nos dois casos a proporção nunca ficou abaixo de 80%, aproximando-se dos 99% em boa parte do tempo (BECKLEY, 2017).

bloqueios à ilha, porém dificilmente haveria uma solução rápida e sem custos⁷⁸. Entretanto, a expansão vai além dos atores tradicionais, incluindo países emergentes como Vietnã⁷⁹ e Indonésia⁸⁰ (BECKLEY, 2017; IISS, 2018).

Quadro 1 - Quadro Sinóptico – Camadas Defensivas e Situação Estratégia Regional

Camada Defensiva		Primeira	Segunda	Terceira
Alcance		600 km	1.800 km	3.300 km
Amplitude		3 milhões km ²	12 milhões km ²	24 milhões de km ²
Territórios abrangidos		Coreia do Sul, Mar do Japão, Mar do Leste (parte), Ilhas Rikyuu, Taiwan, Ilhas Paracel	Japão, Filipinas, Malásia, Vietnã, Índia e Ilhas Spratly	Segunda Cadeia de Ilhas, Indonésia e Guam
Sistemas principais		IADS, caças, SRBM, submarinos de ataque	Aviação de interceptação, antinavio e antissubmarino, SRBM	IRBM, ASBM, Aviação estratégica
Objetivo estratégico		Controle	Profundidade	Dissuasão
Missão potencial		Negação de área	Antiacesso	Retaliação
Projeção de força	China	Médio	Baixo	Baixo
	Outros	Baixo	Médio	Alto
Potencial dissuasório		Alto	Alto	Médio
Nível de controle		Alto	Baixo	Baixo

Fonte: elaboração própria

O quadro sinóptico acima relaciona o potencial das camadas defensivas da China com as opções estratégicas decorrentes disso e das forças regionais. Como se pode ver, embora exista certa segurança na primeira camada, para além dela, há dificuldades expressivas à projeção de força tradicional da China. Nesse cenário, potencializa-se a importância

⁷⁸ Exemplos de capacidades das forças armadas de Taiwan para dissuasão são seus caças F-16C/D baseados em hangares de concreto endurecido e/ou instalações subterrâneas, seus mísseis cruzadores antinavio e de ataque ao solo, baseados em submarinos, solo ou aeronaves (COLE, 2014; O'HANLON, 2009; THOMAS; STILLION; REHMAN, 2014).

⁷⁹ As forças armadas do país têm sido reforçadas por uma série de aquisições importantes, notavelmente aquelas vindas da Rússia, como os submarinos da classe *Kilo*, apontados por alguns como os mais avançados da região, além dos sistemas antiaéreos baseados em terra, baterias do russo S-300 e o sistema israelense SYPDER, com alcance de 300 km e grande capacidade de sobrevivência frente a ataques aéreos. Ademais, o país está em processo de aquisição do sistema S-400 da Rússia, principal meio anti-aéreo do mundo. Sua força aérea, por sua vez, é equipada por mais de 100 caças, incluindo 35 Su-30MK2V com mísseis Kh-31 antinavio, equiparados aos caças mais modernos da China (BECKLEY, 2017; IISS, 2018)

⁸⁰ A despeito de possuir capacidades menos expressivas do que Japão, Taiwan e Vietnã, Jakarta aproveita-se do elemento geográfico, podendo realizar operações de negação do mar e do ar a uma força limitada da China operando em mares distantes. Para isso, sua marinha utiliza-se de 12 fragatas, 20 corvetas e 30 vasos rápidos equipados com mísseis antinavio, bem como opera dois submarinos sul-coreanos com sistemas eletrônicos modernos, incluindo mísseis antinavio comparáveis aos chineses (BECKLEY, 2017).

estratégica das ilhas do Mar do Leste e do Sul, representando nódulos importantes para dar profundidade estratégica à defesa chinesa. Assim, o controle do mar na segunda cadeia será central para as pretensões chinesas, exigindo, entretanto, certa capacidade de projeção de força e ações integradas a distância, ainda incipiente no país. Essa situação é ilustrada pelos recorrentes choques de baixa-intensidade com forças paramilitares nos territórios disputados, que se inserem nesse contexto de dificuldades mútuas, uma vez que a projeção de força chinesa nas Spratly, por exemplo, envolveria um esforço incompatível com o perfil de força chinês, ao passo que forças paramilitares podem agir mais livremente, sendo contidas com cautela pelos países da região, já que esses desejam evitar a escalada para uma guerra convencional com a China (BECKLEY, 2017; TILL, 2012).

2.4 CONCLUSÕES

O caso chinês ajuda a ilustrar o futuro da dinâmica entre projeção de força e zona contestada. As últimas representam uma forma de instrumentalização dos elementos do poder nacional para manutenção da soberania e para defender-se de uma intervenção estrangeira, garantindo assim a inexpugnabilidade, elemento base da polaridade do sistema interestatal.

A China combina sistemas relativamente simples com elementos de alta tecnologia, integrando-os através de uma rede informacional em aperfeiçoamento. A prioridade é aproveitar o potencial do país em capital produtivo e humano, através da mobilização nacional. Os fatores geográficos dificultam a projeção de força contra o país: o terreno inibe a abertura de linhas de abordagens amplas pelo continente eurasiático, enquanto que a topografia fornece abrigo para os sistemas defensivos da China. Busca-se aproveitar as vantagens das capacidades baseadas em terra, no litoral e em túneis (maior ocultação, maior sobrevivência e menor custo) sem abrir mão de alguma capacidade de realizar ataques de médio e longo alcance, seja para auxiliar no controle do mar no seu entorno estratégico ou mesmo para fins gerais de dissuasão convencional – ameaçar bases avançadas adversárias, romper as linhas inimigas e impor bloqueios ou retaliar. Entretanto, o poder parador da água, ao mesmo tempo que protege, dificulta a saída da China para o Leste, combinando-se com as cadeias de ilhas no seu entorno imediato para limitar a projeção de força chinesa e mesmo a segurança de suas linhas marítimas de comunicação.

A fim de ganhar profundidade defensiva entre o Pacífico e seus centros industriais, financeiros e sociais situados na costa, há uma tentativa deliberada de expansão das linhas interiores em direção à cadeia de ilhas, criando um novo perímetro de defesa, mas que

envolveria disputas territoriais e negociações políticas. Ao mesmo tempo, há esforços no sentido de atenuar esses problemas, através do desenvolvimento de sistemas com alcance maior, produzidos em larga escala e com maior mobilidade, aumentando a densidade defensiva e expandindo a zona contestada.

Ademais, o perfil de força e as orientações estratégicas do país dão indícios de que há uma preocupação em romper o cerco estratégico liderado pelos EUA, a fim de garantir a segurança energética e evitar a independência de Taiwan. Os dois tipos de guerras mais prováveis seriam por Taiwan (alta intensidade) e pelos territórios disputados (baixa ou média intensidade). Para isso, seria empreendida campanhas ofensivas de poder de fogo, bloqueios navais, mísseis antiaéreos e desembarques anfíbios. Os conceitos operacionais predominantes envolvem a busca por uma defesa em profundidade, mas sem adotar posições estáticas, compostas por forças cada vez mais motorizadas e integradas.

Há ainda duas claras tendências quanto a melhor forma de abordagem a um adversário: uma tradicional, baseia-se na assimetria e é menos direta, focando no atrito, e outra emergente, que crê na horizontalização das capacidades através das novas tecnologias, no sistema de sistemas, preocupando-se mais com a iniciativa e com os ataques em profundidade no centro de gravidade inimigo. Atualmente, ambas coexistem e, de certa forma, suas contradições contribuem para o fortalecimento da dissuasão convencional do país, na medida em que aumenta a incerteza sobre a forma de emprego. Entretanto, é crescente a preocupação de analistas sobre a preponderância de uma tendência sobre a outra em eventuais conflagrações, vistas como incompatíveis a partir de um certo ponto. Embora haja poucas informações precisas sobre isso, a análise das orientações estratégicas indica que, pelo menos no curto e no médio prazo, a tendência emergente, mais assertiva, ficará restrita a formas alternativas de guerra, focadas no espectro eletromagnético e ciber.

Assim, o monitoramento de como a China pretende usar a força torna-se premente nas análises securitárias. Uma postura ofensiva, baseada em ataques em profundidade e na projeção de força para além da cobertura de seus SAMs dificilmente seria bem-sucedida frente a uma força melhor preparada ou que adote táticas assimétricas. As fraquezas das forças chinesas ainda residem especialmente na informatização e na integração entre as forças, o que não inviabiliza a classificação do emprego de força chinês como moderno, mas indica melhores chances com estratégias assimétricas. Destarte, enquanto essa for a visão predominante, materializada no conceito de TADS e conjugada com um emprego de força defensivo, a China terá maior probabilidade de contestar a projeção de força sob seu território e controlar o mar na região da Primeira Cadeia de Ilhas.

Por sua vez, as iniciativas políticas e econômicas visam legitimar a expansão das capacidades chinesas e compensar ações pontuais mais assertivas nas questões sensíveis ao país (Taiwan e ilhas). Conjuntamente, isso faz com que exista um incentivo grande aos países da região a se manterem em posição neutra nas disputas entre China e EUA. Internamente, os esforços no sentido de manter a coesão nacional com o Partido Comunista Chinês e de limitar a interferência externa e o surgimento de valores divergentes contribuem para sustentar a mobilização nacional, embora o país reconheça que essa fonte de poder pode se tornar uma ameaça à própria sustentabilidade do regime.

Diante do exposto, tem-se uma expansão da zona contestada à projeção de força no entorno da China em pelo menos 600 km de sua costa, mas criando incerteza sobre a habilidade dos EUA em acessar livremente todos os domínios em uma área que pode chegar até 2.000 km do continente. A partir disso, a China terá cada vez mais liberdade de ação nesse espaço; no entanto, estará sujeita aos mesmos constrangimentos tecnológicos, físicos e políticos caso busque projetar força além disso. Então, o fortalecimento de sua posição depende do equilíbrio entre uma tendência mais comedida e outra mais expansionista em seu planejamento estratégico.

O resultado potencial é a formação de várias zonas contestadas na região, a principal em torno da China e outras menores a partir dos outros atores, dependendo de sua capacidade de angariar recursos (internos ou externos, via EUA ou não). Destarte, essas relações não são estáticas, dependendo de um conjunto de interações entre atores locais e extrarregionais. Em conjunto, a região da Ásia-Pacífico presencia a expansão da zona contestada chinesa e, ao mesmo tempo, o surgimento de diversas bolhas de segurança que mimetizam o próprio A2/AD chinês, utilizados tanto para própria defesa de outros atores quanto para eventuais ações de projeção de força por parte de algum aliado externo. Entretanto, a tendência é que o ímpeto de qualquer um dos atores em romper as barreiras tende a ser contido pelo contexto de contestação mútua e pela própria superioridade da guerra defensiva.

Frente a isso, o reposicionamento dos EUA e de seus aliados regionais definirá o tipo de interação securitária regional. Por um lado, caso tenham continuidade os esforços ofensivos e preemptivos, a tendência é o enrijecimento das relações, de uma maior instabilidade em crises (com alto potencial escalatório) e de uma diminuição do papel da política no curso das ações. Por outro lado, uma avaliação estratégica realista sobre os potenciais e limitações do perfil de força chinês por parte dos outros atores pode levá-los a adotar medidas mais defensivas e a desenvolver capacidades próprias análogas às chinesas, o

que tende a evitar uma corrida armamentista desenfreada, favorecer o controle da escalada em crises e as mediações políticas.

As implicações para a ordem internacional decorrentes dessa nova dinâmica securitária na Ásia-Pacífico se relacionam com a consolidação da China no primeiro escalão da política internacional. Esse é um processo importante de mudança no sistema, com tendência à multipolaridade, estrutura que abre espaço para um maior grau de instabilidade, na medida em que incentiva os atores a realizar movimentos de balanceamento ou alinhamento (WALTZ, 2004; MEARSHEIMER, 2007). O padrão de relacionamento, então, sofrerá modificações, demandando uma maior concertação para o desenvolvimento de políticas em todos os níveis, aumentando a importância do cálculo político e aumentando a entropia do sistema.

Assim, os riscos de ações mal executadas ou precipitadas são maiores, retomando a importância do *tempo* político. Nesse sentido, com a zona contestada chinesa sendo suficiente para gerar dissuasão a uma intervenção estadunidense no Pacífico ocidental, abre-se espaço para o surgimento de uma zona de influência chinesa crescente, transpondo a esfera econômica e adentrando espaços novos, incluindo provisão de segurança a aliados e coordenação institucional. A forma de balanceamento do Japão, por exemplo, tende a ser externa e passará pela ajuda estadunidense, atraindo recursos e atenção do outro polo do sistema para questões que não estão diretamente relacionadas com a sua própria segurança.

Dessa forma, o cálculo político dos EUA oscilará entre dois extremos, de um lado buscando manter suas pretensões hegemônicas, na acepção de Mearsheimer (2007), e, de outro, retomando sua tendência isolacionista – assistindo passivamente o surgimento de novas potências como a China ou mesmo a Rússia. Portanto, a expansão da zona contestada à projeção de força estadunidense na Ásia-Pacífico pode desencadear uma série de ajustes estruturais no sistema, impactando os três níveis de análise (WALTZ, 2004), onde as possibilidades podem ou não ser conflitivas (CUNNINGHAM & FRAVEL, 2015). Conforme apresentado, a viabilidade de qualquer um dos cenários depende inclusive de escolhas internas chinesas, de sua interpretação quanto a posição de outros atores e quanto ao seu papel no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **A Zone of Engagement**. London: Verson, 1992.
- ARBATOV, A.; DVORKIN, Vladimir; BUBNOVA, Nataliia (EDS.). **Missile Defense: Confrontation and Cooperation**. Moscow: Carnegie Moscow Center, 2013.
- BAVIERA, Aileen. China's Strategic Foreign Initiatives Under Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 57–79, 2016.
- BBC. **How China is advancing its military reach**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/m8R9PX>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- BECKLEY, Michael. The Emerging Military Balance in East Asia: How China's Neighbors Can Check Chinese Naval Expansion. **International Security**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 78–119, 2017.
- BIDDLE, Stephen. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2004.
- BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 7–48, 2016.
- BLASKO, Dennis J. The Evolution of Core Concepts: People's War, Active Defense, Offshore Defense. In: KAMPHAUSEN, Roy; LAI, David; TANNER, Travis (Eds.). **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era**. Carlisle: SSI/US Army War Collage, 2014.
- BLASKO, Dennis J. Integrating the Services and Harnessing the Military Area Commands. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 39, n. 5–6, p. 685–708, 2016.
- BONDS, Tim. **What role can land-based, multi-domain anti-access/area denial forces play in deterring or defeating aggression?** Santa Monica, Calif: RAND Corporation, 2017.
- BROOKS, Risa; STANLEY, Elizabeth A. (EDS.). **Creating military power: the sources of military effectiveness**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 2007.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International Systems in World History: remaking the study of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CEPIK, Marco. Segurança Internacional: da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: BONILLA, Adián; ÁLVAREZ, Isabel (Eds.). **Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. San José, CR: FLACSO, 2013. v. 1p. 307–324.
- CHASE, Michael et al. **China's incomplete military transformation: assessing the weaknesses of the People's Liberation Army (PLA)**. Santa Monica, CA: RAND, 2015.
- CHASE, Michael; CHAN, Arthur. **China's evolving approach to "integrated strategic deterrence"**. Santa Monica, Calif: RAND Corporation, 2016. a.

CHASE, Michael; CHAN, Arthur. **China's evolving approach to "integrated strategic deterrence"**. Santa Monica, Calif: RAND Corporation, 2016. b.

CHEUNG, Tai Ming. Innovation in China's Defense Technology Base: Foreign Technology and Military Capabilities. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 39, n. 5–6, p. 728–761, 2016.

CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony. Did Obama have a grand strategy? **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 40, n. 1–2, p. 295–324, 2017.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. New York: Oxford University Press, 2007.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, [s. l.], 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/DssNmU>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

COLE, Michael. **Five Taiwanese Weapons of War China Should Fear**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/rxtT6V>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

COOPER, Zack; SHEARER, Andrew. Thinking clearly about China's layered Indo-Pacific strategy. **Bulletin of the Atomic Scientists**, [s. l.], v. 73, n. 5, p. 305–311, 2017.

CORBETT, Julian S. **Some principles of maritime strategy**. [s.l.] : Project Gutenberg, 2005.

CORDESMAN, Anthony; COLLEY, Steven. **Chinese Strategy and Military Modernization in 2015: A Comparative Analysis**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2015.

CORDESMAN, Anthony; KLEIBER, Martin. **Chinese Military Modernization and Force Development**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2006.

COSTELLO, John; MATTIS, Peter. Electronic Warfare and the Renaissance of Chinese Information Operations. In: MCREYNOLDS, Joe (Ed.). **China's Evolving Military Strategy**. Washington: The Jamestown Foundation, 2016. p. 174–213.

CULLEN, Patrick. The Rebalance to Asia Under Trump: What Comes Next? **The RUSI Journal**, [s. l.], v. 162, n. 2, p. 8–15, 2017.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, [s. l.], v. 19, n. suplementar, p. 9–29, 2011.

CUNNINGHAM, Fiona S.; FRAVEL, M. Taylor. Assuring Assured Retaliation: China's Nuclear Posture and U.S.-China Strategic Stability. **International Security**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 7–50, 2015.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington: United States' Department of Defense, 2014.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2017**. United States: Office of the Secretary of Defense, 2017.

DOBBINS, James et al. **Conflict with China: Prospects, Consequences, and Strategies for Deterrence**. Santa Monica: RAND Corporation, 2011.

DOBBINS, James et al. **Conflict with China Revisited: Prospects, Consequences, and Strategies for Deterrence**. Santa Monica: RAND Corporation, 2017.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 145–170, 2014.

DUARTE, Érico E. Clausewitz, Corbett e o Desafio das Guerras Limitadas. **R. Esc. Guerra Naval**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 117–146, 2015.

ENGSTROM, Jeffrey. **Systems Confrontation and System Destruction Warfare: How the Chinese People’s Liberation Army Seeks to Wage Modern Warfare**. Santa Monica: RAND Corporation, 2018.

ERICKSON, Andrew S. et al. Correspondence: How Good Are China’s Antiaccess/Area-Denial Capabilities? **International Security**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 202–213, 2017.

ETZIONI, A. Air Sea Battle: A Case Study in Structural Inattention and Subterranean Forces. **Armed Forces & Society**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 169–191, 2016. a.

ETZIONI, Amitai. **Foreign policy: thinking outside the box**. New York: Routledge, 2016. b.

FINKELSTEIN, David. China’s National Military Strategy: An Overview of the “Military Strategic Guidelines”. In: KAMPHAUSEN, Roy; SCOBELL, Andrew (Eds.). **Right Sizing the People’s Liberation Army**. Carlisle: SSI/US Army War Collage, 2007. p. 69–140.

FRAVEL, M. Taylor; TWOMEY, Christopher P. Projecting Strategy: The Myth of Chinese Counter-intervention. **The Washington Quarterly**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 171–187, 2015.

FRAVEL, Taylor. China’s Changing Approach to Military Strategy: The Science of Military Strategy from 2001 e 2013. In: MCREYNOLDS, Joe (Ed.). **China’s Evolving Military Strategy**. Washington: The Jamestown Foundation, 2016. p. 40–74.

FRAVEL, Taylor. Shifts in Warfare and Party Unity: Explaining China’s Changes in Military Strategy. **International Security**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 37–83, 2018.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, [s. l.], n. 16, p. 3–18, 1989.

GERTLER, Jeremiah. **Air Force B-21 Raider Long-Range Strike Bomber**. Washington: Congressional Research Service, 2017.

GOLDSTEIN, Avery. **Rising to the Challenge: China’s Grand Strategy and International Security**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

GOLDSTEIN, Lyle. The US–China Naval Balance in the Asia-Pacific: An Overview. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 232, p. 904–931, 2017.

GORMLEY, Dennis; ERICKSON, Andrew; YUAN, Jingdong. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China’s Cruise Missile Ambitions**. Washington: NDU Press, 2014.

GRAY, Colin S. Inescapable geography. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 22, n. 2–3, p. 161–177, 1999.

HAGT, Eric. China's Antiship Ballistic Missile: developments and missing links. **Naval War College Review**, [s. 1.], v. 62, n. 4, p. 87–115, 2009.

HAMMES, Thomas X. Offshore Control: A proposed Strategy for an Unlikely Conflict. **Strategic Forum**, Insitute for National Security Studies, p. 01–14, 2014.

HEGINBOTHAM, Eric. **The U.S.-China Military Scorecard: Forces, Geography, and the Evolving Balance of Power, 1996--2017**. Santa Monica: RAND Corporation, 2015.
Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR392.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

HEGINBOTHAM, Eric. **China's evolving nuclear deterrent: major drivers and Issues for the United States**. Santa Monica, Calif: RAND, 2017.

HEIM, Jacob L. **Missiles for Asia The Need for Operational Analysis of US Theater Ballistic Missiles in the Pacific**. [s.l.] : RAND Arroyo Center Santa Monica United States, 2016.

HSIAO, L. C. Russell. China's "Underground Great Wall" and Nuclear Deterrence. **China Brief**, [s. 1.], v. 9, n. 25, p. 1–2, 2009.

IISS. **The Military Balance**. Stockholm: International Institute for Strategic Studies, 2017.

IISS. **The Military Balance**. Stockholm: International Institute for Strategic Studies, 2018.

JANE'S. **China - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. a.

JANE'S. **United States - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. b.

JANE'S. **Russian Federation - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. c.

JANE'S. **Republic of Korea - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. d.

JANE'S. **Japan - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. e.

JANE'S. **Australia - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. f.

JANE'S. **Vietnam - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. g.

JANE'S. **India - Country Profile**. Jane's: IHS Markit, 2018. h.

JOHNSON, Christofer. **President Xi Jinping's "Belt and Road" Initiative**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/jNYzFd>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

JOHNSON, James Samuel. China's "Guam Express" and "Carrier Killers": The anti-ship asymmetric challenge to the U.S. in the Western Pacific. **Comparative Strategy**, [s. 1.], v. 36, n. 4, p. 319–332, 2017.

KAMPHAUSEN, Roy; LAI, David; TANNER, Travis. **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era**. Carlisle: SSI/US Army War Collage, 2014.

KAPLAN, Robert D. **The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate.** New York: Random House, 2012.

KARBER, Phillip. **Strategic Implications of China's Underground Great Wall.** Georgetown University, , 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/UvUqsP>>

KELLY, Terrence; ATLER, Anthony; NICHOLS, Todd. **Employing Land-Based Anti-Ship Missiles in the Western Pacific.** Santa Monica: RAND Corporation, 2013.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLEIN, John J. **Space warfare: strategy, principles, and policy.** New York, NY: Routledge, 2006.

KOKOSHIN, Andrei. **2015 Military Reform in the People's Republic of China: Defense, Foreign and Domestic Policy Issues.** Cambridge: Belfer Center/Harvard University, 2016.

KOPP, Carlo. China's Air Defence missile systems. **Defence Today**, Ipswich, Australia, p. 22–24, 2008.

KREPINEVICH, Andrew. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

LEE, Sangkuk. China's 'Three Warfares': Origins, Applications, and Organizations. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 198–221, 2014.

LI, Nan. China's Evolving Naval Strategy and Capabilities in the Hu Jintao Era. In: KAMPHAUSEN, Roy; LAI, Daviv; TANNER, Travis (Eds.). **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era.** Carlisle: SSI/US Army War Collage, 2014.

LIM, Yves-Heng. Expanding the Dragon's Reach: The Rise of China's Anti-access Naval Doctrine and Forces. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 40, n. 1–2, p. 146–168, 2017.

LOGAN, David. The Evolution of the PLA's Red-Blue Exercises. **China Brief**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 16–21, 2017.

MARTEL, William. **Grand Strategy in Theory and Practice: The Need for an effective American Foreign Policy.** New York: Cambridge University Press, 2015.

MARTINS, José Miguel Quedi; CEPIK, Marco. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: A lógica da Preempção e Suas Implicações Internacionais. In: ARTURI, Carlos (Ed.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14–47.

MCCAULEY, Kevin. Snapshot: China's Western Theater Command. **China Brief**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 3–9, 2017a.

MCCAULEY, Kevin. **PLA System of Systems Operations: Enabling Joint Operations.** Washington: The Jamestown Foundation, 2017b.

MCREYNOLDS, Joe (ED.). **China's Evolving Military Strategy**. Washington, DC: The Jamestown Foundation, 2016.

MEARSHEIMER, John. **Conventional Deterrence**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguir; MORAIS, Isabela Nogueira De. Um Abordagem Estruturalista das Desigualdades de Renda na China. **Revista Tempo do Mundo**, [s. l.], v. v. 3, p. 99–123, 2011.

MONTEIRO, Nuno. **Theory of Unipolar Politics**. New York: Cambridge University Press, 2014.

MONTGOMERY, Evan Braden. Contested Primacy in the Western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection. **International Security**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 115–149, 2014.

MOORE, Brian; BARREDA, Renato. China's PLA Gets Smarter (and Bigger, Faster, Stronger). **Foreign Policy**, [s. l.], 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/8qecyi>>. Acesso em: 21 maio. 2018.

MULVENON, James; FINKELSTEIN, David (EDS.). **China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army**. Alexandria: CNA, 2005.

NYE, Joseph. **Power in a Global Information Age**. London: Routledge, 2004.

O'HANLON, Michael E. **The Science of War**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization: implications for US Navy Capabilities - Background and Issues for Congress**. Congressional Research Service, , 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/1Ppz1B>>

PAPE, Robert. **Bombing to Win: Air Power and Coercion in War**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in 2002**. Beijing: Information Office of State Council, 2002.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in 2006**. Beijing: Information Office of State Council, 2006.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in 2008**. Beijing: Information Office of State Council, 2008.

POH, Angela; LI, Mingjiang. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 84–97, 2017.

- POLLPETER, Kevin; CHASE, Michael; HEGINBOTHAM, Eric. **The Creation of the PLA Strategic Support Force and Its Implications for Chinese Military Space Operations**. Santa Monica, Calif: RAND Corporation, 2017.
- PORTER, Patrick. **The global village myth: distance, war and the limits of power**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2015.
- POSEN, Barry. **The sources of military doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars**. Ithaca: Cornell Univ.Pr, 1984.
- POSEN, Barry. Command of the Commons: the Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, [s. 1.], v. 28, n. 1, p. 5–46, 2003.
- POSEN, Barry. **Restraint: a new foundation for U.S. grand strategy**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2014.
- SAUNDERS, Phillip C.; CHEN, John. **Is the Chinese Army the Real Winner in PLA Reforms**. [s.1.] : National Defense University Washington United States, 2016.
- SHAMBAUGH, David. The Soldier and the State in China: The Political Work System in the People's Liberation Army. **The China Quarterly**, [s. 1.], n. 127, p. 527–568, 1991.
- SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University Press, 2013.
- SILVA, Athos Munhos Moreira Da. **A Ascensão da China e seus Impactos para o Leste Asiático**. 2015. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SIMIONATO DOS SANTOS, Guilherme; CEPIK, Marco. O conceito de Ataque Global Imediato: premissas equivocadas, consequências perigosas. **Carta Internacional**, [s. 1.], v. 12, n. 3, p. 5–29, 2017.
- SIPRI. **Yearbook 2017**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2017.
- STOKES, Mark. **China's Strategic Modernization: implications for the United States**. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI), 1999.
- TAGOTRA, Niharika. Asia's Energy Security Future: The Geopolitical Dimension. **The Diplomat**, [s. 1.], 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/UyxymZ>>. Acesso em: 25 maio. 2018.
- THOMAS, Jim; STILLION, John; REHMAN, Iskander. **Hard Roc 2.0: Taiwan and Deterrence Through Protraction**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2014.
- TILL, Geoffrey. **Asia's Naval Expansion: an arms race in the making?** Stockholm: IISS, 2012.
- TOCCHETTO, Júlia Simões. **A China em Transição: Desdobramentos da Crise Financeira Global e o Rebalanceamento do Modelo de Crescimento**. 2015. Monografia de Conclusão de Curso em Relações Internacionais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UNITED STATES. **China Physiography. CIA Library.** 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/WX1p59>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNITED STATES. **Joint Operation Access Concept (JOAC).** Department of Defense, 2012.

US ENERGY INFORMATION AGENCY. **International Energy Outlook.** US Energy Information Agency, , 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ep8of5>>

VAN EVERA, Stephen. **Causes of war: power and the roots of conflict.** Ithaca: Cornell University Press, 1999.

VAN TOL, Jan. **AirSea battle: a point-of-departure operational concept.** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

WEEDEN, Brian; CEFOLA, Paul; SANKARAN, Jaganath. Global space situational awareness sensors. In: 2010 Advanced Maui Optical And Space Surveillance Conference, Maui, Hawaii 2010, **Anais...** [s.l.: s.n.] Disponível em: <<https://goo.gl/9YXqeq>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

WISHIK, Anton Lee. An Anti-Access Approximation: The PLA's Active Strategic Counterattacks on Exterior Lines. **China Security**, [s. l.], v. 19, p. 37–48, 2011.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International security**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 5–41, 1999.

WUTHNOW, Joel. “A Brave New World for Chinese Joint Operations?” **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 40, n. 1–2, p. 169–195, 2017.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 153–184, 2014.

YERGIN, Daniel. **A Busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

YOSHIHARA, Toshi. China's Vision of Its Seascape: The First Island Chain and Chinese Seapower. **Asian Politics & Policy**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 293–314, 2012.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James. Command of the sea with Chinese characteristics. **Orbis**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 677–694, 2005.

ZHANG, Hui. **The defensive nature of China's “underground great wall”.** 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wd16i7>>.

TERCEIRA PARTE

AGENDA DE PESQUISA

3 AGENDA DE PESQUISA FUTURA

O presente estudo identificou algumas possibilidades em termos de agenda de pesquisa. Em essência, elas dizem respeito a utilidade de se incluir o debate sobre projeção de força e zonas contestadas no debate sobre segurança internacional. Com isso, pode-se expandir o instrumental analítico e traçar cenários mais fidedignos acerca da estrutura do sistema, do equilíbrio e do padrão de amizade e inimizade. De forma imediata, a continuidade do esforço de pesquisa pode seguir por três áreas: (i) debate teórico e refinamento de variáveis a fim de integrar o instrumental desenvolvido com a análise macro de relações internacionais; (ii) análise da perspectiva do polo principal do sistema e, por conseguinte, da maior fonte de projeção de poder, no caso os EUA, sua grande estratégia e condicionantes; e (iii) estudos de caso de outras zonas contestadas em potencial e suas dinâmicas próprias.

Quando se fala em estrutura do sistema internacional, capacidade de interação entre as unidades ou mesmo grande estratégia, frequentemente utilizam-se variáveis tangíveis para mensuração, como PIB ou capacidades militares selecionadas. Em outros casos, tem-se também variáveis intangíveis, como prestígio ou influência *latu sensu*. Na maior parte das vezes, entretanto, ambas as opções tratam como dados os resultados estratégicos da interação entre esses indicadores, sendo comum, inclusive, considerá-los como fins em si mesmo. É o caso de análises que definem a polaridade a partir da posse de ogivas nucleares ou apenas da capacidade econômica. Nesse sentido, conforme reconheceu Kennedy (2014) há uma carência por análises que foquem no processo, ou nos meios, que conduzem os ativos de um país até seus fins políticos, seja no uso da força propriamente dita ou nas situações relacionadas (CLAUSEWITZ, 2007).

A alternativa apresentada aqui é o estudo dos processos de projeção de força. De modo amplo, a temática da projeção de poder engloba questões políticas, militares e econômicas, ou, em outros termos, questões de poder duro e de poder brando. A proposta, entretanto, foca-se primariamente na projeção de força militar, uma vez que trata de variáveis centrais para a estrutura do sistema (WALTZ, 2004), ao mesmo tempo que possui vantagens metodológicas sobre outras opções, dado a maior quantidade e tangibilidade das ferramentas para análise – conflagrações, sistemas, doutrina e exercícios (MEARSHEIMER, 2007). Subsidiariamente, incluem-se elementos políticos e econômicos habilitadores para isso, como os relacionados com a transição tecnológica, como pesquisa, desenvolvimento e competição estratégica.

Dessa perspectiva, alguns conceitos importantes e que podem ser operacionalizados com os objetivos propostos, como o de zonas contestadas (POSEN, 2003, 2014), de esferas de

influência (ETZIONI, 2016b; HAST, 2014), de inexpugnabilidade (CEPIK, 2013) ou mesmo de logística (DUARTE, 2013). O estudo de caso principal, nesse sentido, seria o sistema internacional pós-Guerra Fria, o qual transitou de uma breve unipolaridade para uma unimultipolaridade e, segundo projeções, tende a ser cada vez mais multipolar (LAYNE, 2011). Assim, do prisma estadunidense, enquanto principal potência do sistema, pode-se identificar constrangimentos e tendências desse processo, especialmente através de sua grande estratégia, de seu perfil de força e de sua política externa.

Conforme argumenta Hugh Liebert (*et al* 2014), desde o estabelecimento dos EUA como Estado-continente, a sua grande estratégia é movida basicamente por dois objetivos: primeiro, evitar a ascensão de uma potência Europeia ou Asiática que seja capaz de transpor as defesas oceânicas estadunidenses e, segundo, moldar a ordem internacional à semelhança de sua ordem interna (DA SILVA; LIEBERT; WILSON III, 2014). Da perspectiva do realismo ofensivo, o primeiro objetivo representaria um constrangimento estrutural natural às grandes potências do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2007). A principal forma de fazer isso, segundo Mearsheimer (2007), é através da projeção do poder militar, que é função das capacidades militares, porém condicionadas pela distância e pelo poder parador da água.

Silverstone (2014), por sua vez, parece ir ao encontro disso, na medida em que constata ser a busca pelo acesso a todas as regiões do globo (*grand area access*) como uma meta presente nas mais diferentes vertentes estratégicas estadunidenses desde o início do século passado. Operacionalmente, Barry Posen (2003) explicou essa condição pelo “comando dos comuns”: em síntese, os EUA detinham o controle das rotas oceânicas, do espaço aéreo acima de 5.000 km e do espaço-sideral. Isso garantia a capacidade de projeção de força global, simbolizada pela utilização constante dos porta-aviões e de seu grupo de batalha como instrumentos de dissuasão⁸¹.

No entanto, desde os anos 2000, parecem surgir cada vez mais evidências acerca dos limites da aplicação de força nesses moldes. Além das experiências fracassadas no Iraque e no Afeganistão, há uma crescente incapacidade do país em sustentar uma posição hegemônica quanto ao uso da força no sistema internacional, ou mesmo ditar os rumos da política internacional – caso da Guerra da Geórgia, da Ucrânia e da Síria. Ao mesmo tempo, a recuperação da Rússia e a ascensão da China, bem como o surgimento de blocos como os BRICS, IBAS, OCX impactaram a unipolaridade e o unilateralismo.

⁸¹ Um exemplo que ilustra essa prática, é o caso da Crise dos Estreitos de 1996 entre China e Taiwan, encerrada apenas após Washington enviar dois porta-aviões para a região.

Nesse sentido, essa situação indica não apenas uma mudança na polarização do sistema, mas também pode ser sintoma de uma nova polaridade, nucleada em três grandes potências, EUA, China e Rússia. Assim, a projeção de força militar, ou melhor, a capacidade de impor zonas contestadas a ela, junta-se com outras variáveis e conforma a estrutura do sistema. Essas zonas contestadas, inicialmente reconhecidas como limitadas por Posen (2003), parecem estar em expansão, vide caso chinês (BIDDLE; OELRICH, 2016; GOLDSTEIN, 2017; HEGINBOTHAM, 2015). O entorno estratégico russo, assim como outros nódulos importantes das linhas marítimas de comunicações globais, merece uma análise mais aprofundada, como é o caso do Irã e uma possível contestação do acesso no Golfo Pérsico.

Um questionamento importante diz respeito ao impacto dessa nova situação sobre a estabilidade do sistema. Por um lado, Mearsheimer (2007) sugere a existência de um nível maior de instabilidade na transição de um mundo unipolar para uma estrutura multipolar. Por outro, mesmo autores realistas como Etzioni (2016b) e Layne (2011), por exemplo, sustentam que há espaço para concertação e não veem como inevitável uma conflagração. De qualquer forma, a dinâmica que dará forma a esses movimentos no nível estratégico ainda é incerta, demandando análises mais aprofundadas a fim de se evitarem soluções fáceis e conclusões deterministas.

Outra questão premente trata de como a grande estratégia dos Estados Unidos pretende lidar com essa questão. A Estratégia de Defesa Nacional mais recente do país, nesse sentido, reconhece o surgimento desses novos desafios e, representando uma inflexão em relação aos documentos anteriores, coloca as questões securitárias geradas pela ascensão de novos polos do sistema como preponderante, superando inclusive assuntos como terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, dois pontos prioritários desde o início do presente século (UNITED STATES, 2018). De uma perspectiva histórica, cabe acompanhar se haverá uma mudança da grande estratégia atual de primazia, que, segundo Posen (2014), vem sendo adotada desde o fim da guerra fria tanto por democratas quanto por republicanos – mesmo que com elementos de engajamento seletivo.

A análise proposta, da perspectiva dos processos, ou, nesse caso, da esfera operacional da guerra, pode contribuir para a apreensão dessas mudanças. Por exemplo, a adoção do polêmico conceito operacional de *Air-Sea Battle* vem pautando diversos debates públicos, na academia e em *think-tanks* nos EUA e em outras partes do globo (HAMMES, 2014; UNITED STATES, 2013; VAN TOL, 2010). Baseado em ataques em profundidade para romper as defesas e os bloqueios chineses, e com um orçamento de sistemas relacionados estimado em

mais de USD 500 bilhões até 2025, tal conceito é um exemplo de como o EUA pretendem superar os desafios à projeção de força e da centralidade da questão (ETZIONI, 2016a).

Assim, a resposta estadunidense à ascensão de zonas contestadas a projeção de força, nas palavras de Kissinger (2011), diz respeito a como se dará a recomposição hegemônica do sistema⁸². Até que ponto existirá uma acomodação pacífica dos novos polos, de suas zonas contestadas e de potenciais esferas de influências ainda é incerto, porém a análise das dinâmicas que permeiam essas transformações é premente. Da mesma forma, o entendimento sobre o papel histórico da questão do acesso regional global nas diferentes grandes estratégias dos EUA poderá indicar a amplitude de opções estratégicas do país, bem como constrangimentos estruturais externos e internos.

REFERÊNCIAS

BIDDLE, Stephen. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2004.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 7–48, 2016.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International Systems in World History: remaking the study of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional: da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: BONILLA, Adián; ÁLVAREZ, Isabel (Eds.). **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. San José, CR: FLACSO, 2013. v. 1p. 307–324.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. New York: Oxford University Press, 2007.

DA SILVA, Joseph; LIEBERT, Hugh; WILSON III, Isaiah. **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: SSI/US Army War Collage, 2014.

DUARTE, Érico E. **A Independência Norte-Americana: Guerra, Revolução e Logística**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

ETZIONI, A. Air Sea Battle: A Case Study in Structural Inattention and Subterranean Forces. **Armed Forces & Society**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 169–191, 2016. a.

ETZIONI, Amitai. **Foreign policy: thinking outside the box**. New York: Routledge, 2016. b.

GOLDSTEIN, Lyle. The US–China Naval Balance in the Asia-Pacific: An Overview. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 232, p. 904–931, 2017.

⁸² O termo se refere ao processo de acomodação dos novos polos, com alguma mudança potencial no padrão de hegemonia do sistema, sem necessariamente ocorrer a transição hegemônica clássica.

HAMMES, Thomas X. Offshore Control: A proposed Strategy for an Unlikely Conflict. **Strategic Forum**, Institute for National Security Studies, p. 01–14, 2014.

HAST, Susanna. **Spheres of influence in international relations: history, theory and politics**. Surrey, England ; Burlington, VT: Ashgate Pub. Company, 2014.

HEGINBOTHAM, Eric. **The U.S.-China Military Scorecard: Forces, Geography, and the Evolving Balance of Power, 1996--2017**. Santa Monica: RAND Corporation, 2015.
Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR392.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

KENNEDY, Paul. **Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAYNE, Christopher. The unipolar exit: beyond the Pax Americana. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 149–164, 2011.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

POSEN, Barry. Command of the Commons: the Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 5–46, 2003.

POSEN, Barry. **Restraint: a new foundation for U.S. grand strategy**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2014.

SILVERSTONE, Scott. America Grand Strategy and the Future of Landpower in Historic Context. In: DA SILVA, Joseph; LIEBERT, Hugh; WILSON III, Isaiah (Eds.). **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI), 2014. p. 55–80.

UNITED STATES. **Air-Sea Battle: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial Challenges**. Air-Sea Battle Office, , 2013.

UNITED STATES. **National Defense Strategy of the United States of America**. Department of Defense, 2018.

VAN TOL, Jan. **AirSea battle: a point-of-departure operational concept**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.